



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 97

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 4 de junho de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Bruno Belo*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores procedeu à leitura de um [Voto de Pesar pelo falecimento de Agustina Bessa-Luís](#), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

De seguida, passou-se para a Agenda da Reunião, para o [Debate de urgência sobre o “Incumprimento dos compromissos do Governo da República para com a Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerdo.

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado António Lima, de seguida usou da palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Participaram no debate os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco Coelho (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Marco Costa (*PSD*), Mário Tomé (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

No decorrer do debate pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado António Lima (*BE*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Posteriormente, passou-se para a [**Eleição do Presidente do Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores**](#), tendo sido eleito o Dr. Gualter José Furtado.

Depois, foi aprovada por maioria a [**Proposta de Resolução n.º 13/XI – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”**](#), apresentada pela Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e BE e pela Representação Parlamentar do PCP, tendo apenas pedido a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

De seguida, passou-se para o [**Projeto de Resolução n.º 112/XI – “Recomenda ao Governo Regional que, ao abrigo do art.º 19 da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e das competências que constitucional e estatutariamente lhe estão conferidas, inicie o processo negocial com os sindicatos representativos dos docentes nos Açores para o seu reposicionamento na carreira”**](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, tendo para o efeito usado da palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo que justificou a retirada do diploma.

Posteriormente, foi debatida e aprovada por unanimidade a [**Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XI – “Recuperação do tempo de serviço prestado em funções docentes para progressão na carreira”**](#).

Feita a apresentação pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino Meneses*), pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), António Lima (*BE*), Jorge Jorge (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*) e a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

Após a votação, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Jorge (*PSD*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

Por fim, foi apresentado o relatório sobre a [Petição n.º 28/XI – “Para que a total reposição do tempo de serviço dos docentes seja tida em consideração e regularizada com a máxima celeridade”](#), apresentada por Hildeberto Manuel Pereira Peixoto, na qualidade de primeiro subscritor, pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*).

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Paiva (*CDS-PP*), Jorge Jorge (*PSD*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 33 minutos.

Presidente: Bom dia.

Sras. e Srs. Deputados, façam o favor de ocupar os vossos lugares para darmos início à chamada.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues
António Gonçalves Toste Parreira
Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves
Carlos Emanuel Rego Silva
Dionísio Medeiros Faria e Maia
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha
Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César
Iasalde Fraga Nunes
João Paulo Ávila
João Vasco Pereira da Costa
José António Vieira da Silva Contente
José Manuel Gregório de Ávila
Manuel Alberto da Silva Pereira
Manuel José da Silva Ramos
Maria da **Graça Oliveira Silva**
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto
Mário José Diniz Tomé
Marta Ávila de Matos
Marta Cristina Moniz do Couto
Mónica Gomes Oliveira Rocha
Renata Correia Botelho
Ricardo Bettencourt Ramalho
Sónia Cristina Franco Nicolau
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Jorge Azevedo **Paiva**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, conforme foi deliberado ontem pela Conferência de Líderes, antes de entrarmos na Agenda da Reunião, vamos apresentar e depois proceder à votação de um voto de pesar pelo falecimento de Agustina Bessa-Luís, subscrito por todos os partidos com assento neste Parlamento e após a sua votação guardaremos um minuto de silêncio.

VOTO DE PESAR

No dia 3 de junho faleceu Agustina Bessa-Luís, escritora portuguesa contemporânea e um dos nomes maiores da literatura portuguesa.

Maria Agustina Ferreira Teixeira Bessa-Luís nasceu a 15 de outubro de 1922, em Vila Meã, em Amarante. Em 1932, foi estudar para a cidade do Porto e, em 1945, depois de casar com Alberto Luís, mudou-se para Coimbra.

Estreou-se como romancista, em 1948, com a novela “Mundo Fechado” e, a partir daí, manteve um ritmo literário ininterrupto e que poucos escritores portugueses conseguiram igualar. Em 1950 fixou-se definitivamente na cidade do Porto, onde editou o primeiro romance “Os Super-Homens”.

Foi em 1954, que publicou “A Sibila”, romance que marcou historicamente a literatura portuguesa. Esta obra, que reflete a crise sócio-económico-cultural que, no conflito rural/urbano, minava Portugal naquela época, obteve sucesso imediato, sendo premiada com o Prémio Delfim Guimarães e depois o Prémio Eça de Queirós.

Com mais de cinquenta livros publicados, Agustina Bessa-Luís fez parte de uma nova geração de escritoras, com uma nova conceção de romance onde se manifestam as mais diferentes técnicas narrativas. A obra *agustiniana* sempre revelou grande preocupação pela condição social e cultural da realidade portuguesa do século XX, associando-se-lhe, sempre, a problemática feminina. Além de romancista foi, também, autora de peças de teatro, guiões de cinema, biografias, ensaios e livros infantis, tendo visto alguns dos seus romances serem adaptados ao cinema por Manoel de Oliveira, realizador e amigo da autora, e com quem esta trabalhou de perto.

A escritora pertenceu ao Conselho Diretivo da Comunidade Europeia de Escritores, foi diretora do jornal “O Primeiro de Janeiro”, foi responsável pelo Teatro Nacional D. Maria II, foi membro da Alta Autoridade para a Comunicação Social e pertenceu à Academia de Ciências, Artes e Letras de Paris, Academia Brasileira de Letras e Academia das Ciências de Lisboa.

Recebeu vários prémios literários como o Prémio Adelaide Ristori, do Centro Cultural Italiano de Roma, ganhou por duas vezes o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores, recebeu o Prémio Vergílio Ferreira pela sua carreira como ficcionista e o Prémio Camões, o mais alto galardão das Letras em Portugal, considerando o júri que a sua obra e cito “traduz a criação de um universo romanesco de riqueza incomparável que é servido pelas suas excepcionais qualidades de prosadora, assim contribuindo para o enriquecimento do património literário e cultural da língua comum”. Fim de citação.

Em 2005, ganhou um Prémio no Festival Grinzane de Cinema, em Turim e em 2015 recebeu o Prémio Eduardo Lourenço atribuído pelo Centro de Estudos Ibéricos da Guarda pela sua projeção nacional e internacional.

Recebeu ainda, entre outras várias distinções, a Grã-Cruz da Ordem de Sant'Iago pelo então Presidente da República, Jorge Sampaio.

Com um estilo único, paradoxal e enigmático, Agustina Bessa-Luís foi uma mulher muito à frente no seu tempo. Deixa-nos uma obra que a própria definiu como e cito “uma obra que, sendo imperfeita, é realizada em liberdade de espírito.” Fim de citação.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Pesar como tributo à memória de Agustina Bessa-Luís.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, à Câmara Municipal do Porto e à Sociedade Portuguesa de Autores.

Horta, 4 de junho de 2019

Os Líderes Parlamentares, Francisco César, Luís Maurício, Artur Lima, António Lima, João Paulo Corvelo e Paulo Estêvão.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Guardaremos então agora um minuto silêncio.

(Neste momento, a câmara guardou um minuto de silêncio)

Presidente: Vamos então entrar na Agenda da Reunião.

O primeiro ponto é **debate de urgência sobre o “Incumprimento dos compromissos do Governo da República para com a Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos, como é habitual, foram definidos pela Conferência de Líderes, conforme estipula o artigo 132.º. Estão assim distribuídos: o Bloco de Esquerda, o PS e o Governo dispõem de 32 minutos; o PSD, 24 minutos; o CDS, 15 minutos; e as representações parlamentares do PCP e do PPM, 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A atual legislatura na República iniciou-se com um Governo do PSD/CDS, de Passos Coelho e Paulo Portas.

Fruto da vontade da maioria que resultou das eleições legislativas de 2015, firmaram-se acordos à esquerda, que permitiram a formação de um Governo do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porque deitaram o Governo eleito abaixo!

O Orador: Esses acordos, que se vieram a apelidar de “gerigonça”, permitiram devolver rendimentos, aumentar o salário mínimo, as reformas há muito congeladas, aumentar os apoios sociais, reduzir os impostos sobre o trabalho, entre várias outras medidas.

Os açorianos e açorianas sentiram essas medidas e a melhoria que significaram para as suas vidas.

O Governo da República do Partido Socialista, no que respeita à relação com os Açores e às suas responsabilidades para com a Região, meses depois de tomar posse, afirmava, nestas ilhas que era “tempo de revalorizar a Autonomia Regional”, o que implicaria “o reforço da cooperação e solidariedade entre o Governo da República e o Governo da Região Autónoma dos Açores.”

O primeiro-ministro, António Costa, declarava, na visita que realizou aos Açores em 2016, o seu “empenho na reafirmação dos valores da solidariedade e no desenvolvimento” da “relação solidária entre o Estado e a Região”.

Falava-se então de “um novo impulso de desenvolvimento económico-social e da promoção da defesa dos interesses regionais”.

É tempo, assim, desta Casa fazer também a avaliação em que se materializou esse anunciado “novo impulso”, estando a legislatura a terminar na Assembleia da República e o vigésimo primeiro governo constitucional prestes a concluir o seu mandato.

Na opinião do Bloco de Esquerda, para além da mudança de discurso, mais aberto e positivo, a mudança necessária para com os Açores ficou, na sua essência, por concretizar.

Trazemos este debate a esta Casa, de forma a elencar, colocando a claro os compromissos que ficaram por cumprir por parte deste Governo da República para com a Região. Esse debate e essa avaliação é central em democracia e tem de ser feito também nesta Casa.

A epígrafe deste debate não poderia, infelizmente, ser outra. A palavra “incumprimento” é, assim, inevitável. Isso porque sem margem para dúvidas foram poucos os compromissos com os Açores que foram cumpridos pelo atual Governo da República.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começamos pela instalação dos radares meteorológicos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: Em abril de 2016, com a retirada completa das infraestruturas Norte Americanas da Serra de Santa Bárbara foi desativado definitivamente o radar meteorológico lá existente - do qual incompreensivelmente dependíamos. A promessa de instalação de três radares nos Açores foi feita e reafirmada várias vezes.

Hoje não há um único radar meteorológico em funcionamento nos Açores.

Ainda esperamos pelo Radar de Santa Bárbara, na ilha Terceira, para não falar do radar a instalar na ilha de São Miguel e do radar a instalar na ilha das Flores. Estamos a falar de um investimento inferior a 2 milhões de euros no caso do radar de Santa Bárbara, valor que é irrisório no quadro do Orçamento do Estado.

Ainda no que se prende com a proteção das populações, nada se sabe da segunda tripulação dos helicópteros da base aérea n.º 4 na ilha Terceira.

Esta segunda tripulação chegou a ser anunciada em 2016, mas a verdade é que continuou sem chegar e nem um voto de protesto aprovado nesta Casa fez com que surgissem notícias suas. A sua ausência dificulta a busca e salvamento, assim como as evacuações médicas, como se demonstrou quando surgiu a necessidade, em 2017, de realizar duas evacuações médicas simultaneamente em ilhas diferentes - São Jorge e Graciosa.

Na área da justiça o caso mais gritante e absolutamente incompreensível é o do estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

Promessa eleitoral de vários governos do PS, PSD/CDS e votado ao abandono durante décadas, abriu-se nesta legislatura alguma esperança que este problema atentatório dos direitos humanos fosse resolvido de uma vez por todas. Esse compromisso consta da declaração conjunta do Governo da República e do Governo Regional assinada em 2016.

Apesar da obra estar inscrita em vários orçamentos do Estado, o que se fez foi apenas uma obra de beneficiação da atual cadeia, um remendo, que ainda nem sequer terminou.

O novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada está perdido algures entre o nevoeiro e a bagacina. São três milhões e meio de euros para remover bagacinas durante três anos, como se alguém acreditasse que não seria possível avançar mais depressa ou escolher outro local.

Querem mesmo que os açorianos/as acreditem que não existia mesmo nenhum terreno em condições em toda a ilha de São Miguel para construir o novo estabelecimento prisional?

Segundo a Secretária de Estado Adjunta da Justiça - pasme-se – é o Governo Regional que afirma que demora dois anos a remover a bagacina da Mata das Feiticeiras.

Promessa atrás de promessa e o Ministério da Justiça conseguiu a proeza de, em 4 anos, falar deste assunto dezenas de vezes sem que nada acontecesse.

Inventa-se de tudo, até montanhas para que a obra não se faça. Por este andar nem na próxima legislatura haverá novo estabelecimento prisional em São Miguel.

No que respeita às forças de segurança na Região, muito ficou por fazer. Ainda recentemente o comandante da PSP nos Açores reivindicava o reforço do número de agentes, a construção de um novo comando regional e das esquadras da Ribeira Grande e do Corvo.

Na área da ciência e investigação, o Primeiro Ministro prometeu, com pompa e circunstância, em declaração conjunta com o Governo Regional, a criação de um Centro de Investigação Oceanográfica, a sediar na ilha do Faial, com o objetivo de promover uma plataforma de cooperação científica e tecnológica internacional de âmbito transatlântico.

Em 2017, a Sra. Ministra do Mar afirmava que se iria investir 15 milhões de euros em equipamentos para este observatório, até 2021. Já estamos em 2019 e nem um cêntimo foi investido neste projeto, para além das reuniões da comissão instaladora.

Chega-se ao fim da legislatura e pouco se sabe acerca do projeto e o que se sabe, nada tem a ver com o que foi prometido. Vir dizer que o que vai ser criado no Faial já tem dois milhões de euros garantidos é quase anedótico perante o que estava prometido.

Não deixa de ser curioso que António Costa, enquanto Primeiro-Ministro, não mais tenha vindo aos Açores para inaugurar tantas obras prometidas.

Deputado Francisco César (PS): Essa do Partido Socialista teve piada! E onde andaram os outros partidos que estão coligados?

O Orador: Ainda no que respeita ao Mar, prometeu o primeiro ministro António Costa, na sua visita aos Açores de 2016, rica em compromissos e promessas, proceder à alteração do Decreto-Lei 38/2015, que desenvolveu a Lei do Mar, decreto que o próprio Governo Regional considerou inconstitucional e bem. Nada foi feito até hoje.

E foi preciso que o Bloco de Esquerda tomasse a iniciativa de propor uma alteração à Lei do Mar, para que o Governo Regional saísse do casulo e apresentasse uma anteproposta de lei sobre este assunto. Chegou à Assembleia da República a proposta do Governo Regional que procura repor os direitos dos Açores relativamente ao seu mar mas falha na proteção do ambiente marinho.

A atual lei, responsabilidade de PSD e CDS, mas também do PS, incluindo os deputados dos Açores eleitos na Assembleia da República, é defendida acerrimamente pela Sra. Ministra do Mar. Não admira assim que nada se tivesse alterado no Decreto-Lei que a desenvolve, como tinha sido acordado.

Também na área laboral o Governo da República e o Partido Socialista têm também falhado com os Açores. Os trabalhadores da base das Lajes continuam sem acesso a coisas tão básicas como a medicina no trabalho e nunca o governo do PS assumiu essa exigência na comissão bilateral.

Ainda no que respeita aos direitos de quem trabalha, até hoje esperam as ex-trabalhadoras da COFACO da ilha do Pico, pela majoração dos apoios sociais que uma resolução da Assembleia da República recomendou por unanimidade.

E quando o Bloco de Esquerda quis inscrever essa majoração no Orçamento do Estado para 2019, o Grupo Parlamentar do PS chumbou a proposta, com a

abstenção do PSD. Os deputados do PS dos Açores vergaram-se assim também eles à vontade do Ministro das Finanças, Mário Centeno.

Quanto à mobilidade dos Açorianos, o Ministro das Infraestruturas, agora eurodeputado eleito, dizia em tempos que era preciso racionalizar custos, o que em *economês*, quer dizer: cortar. Não sabemos quando nem quanto, mas sabemos que isso vai acontecer e quem vai sofrer com esses cortes serão os açorianos e açorianas e não as companhias aéreas.

Já sabe o Governo Regional o resultado desse grupo de trabalho ou é só para anunciar para depois das eleições?

Mas vejamos também o que cumpriu o Governo da República para com os Açores.

A reciprocidade entre o serviço regional de saúde e o serviço nacional de saúde - reivindicação muito antiga e justa, foi finalmente assegurada. Mas a julgar pelo que dizia em tempos o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, em sequência deste acerto de contas os Açores até teriam valores a receber. Será que o Ministro das Finanças, Mário Centeno, já pagou aos Açores esta dívida?

Na ilha Terceira, foram transferidas para a posse da Região as casas dos Norte Americanos e não poderia ser de outra forma. O que se faria em alternativa?

Levar-se-iam as casas para fora dos Açores?

Na área da tecnologia, foram vários os projetos anunciados e que se começaram a criar nos Açores.

O que se está a estabelecer é a utilização dos Açores, devido à sua posição geoestratégica e às condições especiais da sua localização atlântica, como terreno para instalações de rastreamento e observação de fenómenos atmosféricos e oceânicos, assim como de controle de iniciativas na área espacial.

Mas a criação de laboratórios, centros de investigação e desenvolvimento de grande dimensão, que criem conhecimento e atraiam e fixem pessoas qualificadas, é coisa que não se vê.

Nesta legislatura deixamos de ouvir o slogan que tanto ouvimos no passado, tantas vezes dito pelo Partido Socialista e pelo Governo Regional - “Os Açores primeiro”.

Os compromissos do Governo da República com os Açores são uma mão cheia de nada. O Governo Regional e o Partido Socialista nos Açores têm consciência disso mesmo. É por isso que o lema “Os Açores Primeiro” deu lugar ao silêncio do Partido Socialista e do Governo Regional.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional, Berto Messias.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Se me permitem eu tentarei responder à maioria das questões colocadas pelo Sr. Deputado António Lima e que tem também a participação no âmbito da sua implementação do Governo dos Açores, com exceção das questões referentes aos radares meteorológicos, ao Centro de Investigação Oceanográfica do Mar e da Ciência que deixarei as respostas para o meu colega, Secretário Gui Meneses.

Antes de mais não posso deixar de referir o seguinte. Percebemos que começou a campanha eleitoral para as eleições legislativas nacionais aqui, nos Açores, pela voz do Sr. Deputado António Lima, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... que vem aqui iniciar e dar o pontapé de saída para esse processo eleitoral. Mas é importante para que os mais esquecidos não possam achar que essa questão não se coloca, a verdade é que hoje temos, como se sabe, no nosso país um Governo do Partido Socialista apoiado pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda e todos nós certamente já assistimos variadíssimas vezes às notícias públicas da direção nacional do Bloco de Esquerda sobre os grandes sucessos que a governação felizmente tem conseguido em muitas matérias também com o apoio do Bloco de Esquerda.

Portanto, o Governo que temos hoje no nosso país é um Governo do Partido Socialista apoiado pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista Português. Isso é absolutamente claro e também porque sabemos todos nós que por vezes seja qual for o Governo que está em funções a nível nacional sabemos que muitas vezes temos em alguns departamentos, em alguns setores, algumas resistências à implementação e ao aceleração de medidas nas regiões autónomas, no caso em particular nos Açores, e, portanto, também se espera que o Bloco de Esquerda possa usar da sua influência junto do Bloco de Esquerda nacional para também pressionar o Governo nacional, tendo em conta que o Partido Socialista é, pode dizer-se assim, parceiro de coligação do Bloco de Esquerda a nível nacional também na Assembleia da República.

Deputada Mónica Rocha (PS): É só quando interessa!

O Orador: Relativamente às questões que foram aqui colocadas.

Relativamente à segunda tripulação dos helicópteros, Sr. Deputado António Lima, está desatento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estão no Governo, apoiam-se uns aos outros e depois criticam-se uns aos outros, é incrível!

O Orador: A segunda tripulação está em funções e foi colocada em outubro do ano passado e, portanto, nós temos neste momento já essa segunda tripulação.

Relativamente à cadeia de Ponta Delgada de facto tem sido um processo com várias vicissitudes que, na nossa perspetiva deveria ter andado com maior velocidade. A verdade é que agora, como sabe, nós estamos na primeira fase desse projeto, ou seja, a fase da remoção de bagacinas que depois dessa primeira fase estar concluída avançaremos para a obra propriamente dita e esperamos que este investimento seja realizado o mais rapidamente possível.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com blocos!

O Orador: Da parte do Governo Regional aquilo que nós fizemos foi, acolhendo o pedido do Ministério da Justiça, referenciar um possível terreno para a instalação dessa infraestrutura. Foi feito e ceder título gratuito também ao Governo da República esse terreno no Cabouco, na Lagoa, mais concretamente conhecido como a Mata das Feiticeiras.

Relativamente às forças de segurança, Sr. Deputado António Lima, penso que é fundamental que na análise que se faz nesta matéria possamos também perceber onde é que estávamos e onde é que estamos hoje.

Nós temos vindo a crescer consideravelmente na nossa Região no número de agentes colocados. Comparando aquele que era o número de agentes, por exemplo, da Polícia de Segurança Pública em 2013 com aqueles que temos hoje, há um crescimento significativo.

Temos também já a informação por parte do Ministério da Administração Interna da colocação também de novos agentes, de quase três dezenas de agentes neste ano de 2019 aqui, na nossa Região, e também é importante referir aquele que tem sido o trabalho de parceria entre o Governo Regional e o Governo nacional no apetrechamento de novos equipamentos, de novas viaturas para as forças de segurança aqui, na Região, num investimento que é superior a dois milhões e meio de euros para aquisição de viaturas, para equipamentos ...

Deputado António Lima (BE): O Governo Regional!

O Orador: ... e também no apoio a requalificação de infraestruturas.

Desse ponto de vista posso informar a câmara e o Sr. Deputado António Lima que já estão concluídos os investimentos que foram feitos de melhoria na esquadra de São Roque do Pico, na esquadra de Santa Cruz das Flores, na esquadra das Velas, na esquadra das Lajes das Flores e na divisão policial da Horta, estando os investimentos previstos também na esquadra do Nordeste, na esquadra da Ribeira Grande, nas instalações policiais de São Joaquim em Ponta Delgada, na Divisão Policial de Angra do Heroísmo e no Comando Regional dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É só tirar a bagacina e está tudo feito!

O Orador: Portanto, há uma planificação que está a decorrer conforme nos foi notificado e, portanto, Sr. Deputado, dizer que os compromissos do Governo da República nos Açores são uma mão cheia de nada, pura e simplesmente não corresponde à verdade e até julgamos que não se possa falar de incumprimentos. Até julgamos que não se deve falar de incumprimentos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! É prazos!

O Orador: Todas as questões que foram referenciadas como sendo necessárias implementar rapidamente, foram de facto iniciadas e os processos estão em andamento.

Há matérias que tiveram várias vicissitudes.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas qual foi a vicissitude?

O Orador: O caso, por exemplo, dos radares meteorológicos devido às empresas concorrentes terem contestado. Há um conjunto de questões processuais que nós não controlamos. Há um conjunto de questões processuais que eventualmente deveriam andar mais depressa.

Agora, tudo aquilo que foi comprometido e assumido está verdadeiramente em andamento e ainda bem que assim é ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O radar funciona maravilhosamente bem! Com um alcance que chega a Nova Iorque!

O Orador: ... e que contrasta completamente com aquele que era o tratamento que tínhamos com o anterior Governo da República.

O novo Governo da República formado depois do acordo parlamentar entre o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o PCP iniciou uma nova fase de relacionamento institucional entre o Estado Português e a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é para rir com certeza!

O Orador: Isso é para nós absolutamente indiscutível e há um conjunto de medidas que são muito claras, desde logo do ponto de vista orçamental, desde logo daquele que é o cumprimento estrito da Lei das Finanças Regionais, desde logo daquilo que foi o assumir o valor de cerca de 9 milhões de euros para fazer face às despesas no âmbito das obrigações de serviço público para as ligações inter ilhas dentro da nossa Região que não acontecia até agora, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso mesmo!

O Orador: ... desde logo o assumir do valor devido à Região no âmbito das receitas de jogos sociais no valor de cerca de 17 milhões de euros, o que não acontecia até agora.

Portanto, Sr. Deputado António Lima, eu percebo a sua cátedra partidária tendo em conta que nos aproximamos das eleições legislativas. Isso é absolutamente legítimo. Estamos aqui também a discutir política partidária e isso é legítimo, mas dizer que os compromissos do Governo da República para com a Região são uma mão cheia de nada pura e simplesmente não corresponde de todo à verdade.

Relativamente à Base das Lajes e aos trabalhadores da Base das Lajes.

Sr. Deputado António Lima, é indiscutível as evoluções que nós conseguimos no âmbito da salvaguarda dos trabalhadores da Base das Lajes, quer naqueles que se reformaram por acordo entre as partes, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso não foi vocês!

O Orador: ... quer aqueles que foram reposicionados dentro da Base das Lajes, violando aliás aquilo que dizia o acordo laboral.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não foram vocês!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, temos agora outras frentes. Temos, sim senhor!

Temos a questão da descontaminação que tem de ser intensificada, temos a necessidade de arranjar alternativas e é esse o trabalho que está a ser feito no âmbito do Air Center, no âmbito do Terceira Tech Island, no âmbito de um conjunto de medidas que estão a ser implementadas e que garantem mais economia e mais riqueza para a ilha Terceira também combatendo aquele que foi o downsizing e o abrandamento natural que esse downsizing causou na ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *Very well, very well!*

O Orador: Temos outras frentes em que temos de agir e estamos naturalmente a agir também com a ajuda do Governo da República.

Relativamente ao subsídio social de mobilidade não é correto dizer-se que vai haver cortes, que os açorianos vão ser penalizados.

Não há uma única indicação, uma única referência que permita ao Sr. Deputado António Lima ou a qualquer deputado desta Casa afirmar isso. Não há!

Neste momento há um grupo de trabalho que está a trabalhar e a avaliar aquela que é a implementação desse modelo quer na nossa Região, quer na Região Autónoma da Madeira. Esse grupo de trabalho terá conclusões muito em breve e aquilo que está a ser feito é precisamente avaliar a forma como este modelo tem sido implementado, que é, diga-se em abono da verdade, um bom modelo para os açorianos e para nós, para o Governo dos Açores, através da participação desse grupo de trabalho, há um conjunto de linhas vermelhas que

têm de ser salvaguardadas, desde logo não penalizar os açorianos no acesso à mobilidade fundamental para fora da Região ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e para dentro da Região.

Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mais uma questão relativamente às casas dos americanos. Eu devo dizer que esse é um processo que na nossa perspetiva foi irrepreensível e exemplar. O processo de cedência finalmente daquelas casas para a Região, que vão agora ser reaproveitadas para as tais alternativas que são importantes para a ilha Terceira e para os Açores é para nós um modelo e uma forma de trabalhar entre os dois governos para nós exemplar.

As casas foram cedidas à nossa Região, vão ser requalificadas, vão ser utilizadas para abrir novas oportunidades, em novos nichos de mercado, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É já a seguir!

O Orador: ... em novos negócios, em novas economias para a ilha Terceira. Isso está à vista de todos. Basta ir à ilha Terceira e perceber isso e, portanto, Sr. Deputado, nós consideramos absolutamente legítimo que o Sr. Deputado faça as referências que muito bem entender, mas também se pede nesta questão uma abordagem politicamente séria, Sr. Deputado.

Há questões que deviam ter andado mais depressa, com certeza; há questões que têm de ser melhoradas e nós estamos a acompanhá-las e a monitorizá-las.

Agora, Sr. Deputado, é incomparavelmente diferente aquela que foi a postura do Governo da República depois do atual acordo parlamentar que permite ao Partido Socialista estar em funções no Governo, apoiado pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP, completamente diferente daquele que era o modelo anterior, porque nós fazíamos, nem fazemos, análises contabilísticas sobre aquilo que vale os Açores em termos de votos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Bloco de Esquerda tem uma proposta!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Desde logo assinaram o Memorando de Entendimento!

O Orador: ... por exemplo, como outros muito recentemente vieram e muito menos em momentos de crise ou quando tivemos de fazer face a despesas relativamente a intempéries o anterior Governo mandava-nos ir à banca, o atual Governo aumentou a dotação dos fundos comunitários para se fazer face a essas intempéries.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, isto é completamente diferente e contrasta em absoluto com aquilo que tínhamos antes e com aquilo que temos atualmente. Terminei, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Vamos abrir o debate.

A Mesa tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cumprisse o Governo com aquilo que o Sr. Primeiro Ministro tanto gosta de afirmar, de que palavra dada é palavra honrada e este debate de urgência seria certamente não só desnecessário, como até descabido.

A poucos meses do final da legislatura é já uma certeza que vários dos compromissos assumidos não serão de facto cumpridos nesta legislatura e com

muita preocupação verificamos que resoluções relativas a esta Região, aprovadas até por unanimidade na Assembleia da República, continuam por cumprir por parte do Governo da República.

É o caso preocupante da Resolução n.º 242/2018, que recomenda ao Governo que institua um regime especial e transitório de facilitação do acesso, majoração de valor e prolongamento da duração dos apoios sociais aos trabalhadores em situação de desemprego nos concelhos da Madalena, Lajes e São Roque da ilha do Pico e a todos os ex-trabalhadores da COFACO.

Apesar da pergunta efetuada ao Governo da República pelo Deputado do PCP na Assembleia da República, António Filipe, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é que é uma intervenção!

O Orador: ... o que é certo é que continuamos sem saber quando e se o Governo da República dará cumprimento a esta resolução e ficamos na dúvida se o Governo da República tem consciência ou está minimamente preocupado com a grave situação social criada na ilha do Pico decorrente do encerramento da Fábrica da COFACO naquela ilha.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Preocupação também não parece ter o Governo em dar cumprimento à resolução quanto ao aumento da pista do aeroporto da Horta e isto apesar do próprio Grupo Parlamentar do Partido Socialista ter também ele próprio apresentado uma proposta nesse sentido.

Apesar de ser um facto inegável a submissão por parte do Governo da República dos interesses nacionais aos interesses dos franceses da VINCI, cujo exemplo mais gritante será certamente o da construção, ou melhor dito, da não construção do novo aeroporto de Lisboa, não se entende, contudo, que possa tal submissão por minimamente em causa a operacionalidade da estrutura aeroportuária de uma das gateways da nossa Região, tão dependente dos transportes aéreos.

Deputado Artur Lima (CSD-PP): Isso é que é falar!

O Orador: É que estamos a falar de questões tão importantes para a operacionalidade do aeroporto da Horta como o aumento da pista, como da criação da faixa de segurança denominada RESA e do ILS.

Questão importante e que diz diretamente respeito também à operacionalidade do meio de transporte aéreo é a questão da rede de radares meteorológicos que também não passaram de mais um compromisso até agora não cumprido.

E que dizer do não cumprimento do compromisso acerca da descontaminação dos solos da Base das Lajes? Será que para o Governo da República uma questão ambiental de tal monta não merece senão o desinteresse e o desprezo?

E se este tem sido o comportamento do Governo da República não podemos, contudo, deixar de questionar qual tem sido o papel do Governo Regional junto do Governo da República no sentido desta descontaminação avançar rapidamente como é exigível.

E por falar na ilha Terceira não podemos deixar de fazer a pergunta:

Onde para a Revitalização Económica e os auxílios à Terceira decorrentes do downsizing da Base das Lajes?

Mais um compromisso que ao que parece o Governo da República se esqueceu de ter assumido para com a nossa Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Questão sem dúvida alguma de grande importância quer para a Região, quer para o todo nacional é sem dúvida tudo o que diz respeito à Zona Económica Exclusiva.

Se há coisa em que a nossa Região se pode orgulhar mercê da sua posição geográfica é sem dúvida o seu contributo para a grande extensão da nossa Zona Económica Exclusiva e do Espaço Aéreo do Atlântico.

Se a nível do nosso Espaço Aéreo do Atlântico a empresa pública NAV EPE cumpre excepcionalmente e reconhecidamente bem o seu papel como aliás é

internacionalmente reconhecido, já o mesmo não acontece com o nosso espaço marítimo. Porque esta é uma questão que entendemos de suma importância e com a qual estamos muito preocupados apresentámos uma resolução sobre o reforço da fiscalização da nossa Zona Económica Exclusiva que neste momento se encontra em apreciação em sede de comissão parlamentar.

Sendo esta fiscalização da competência da República, é entendimento do PCP que compete ao Governo Regional exigir junto do Governo da República uma fiscalização efetiva e eficaz da nossa Zona Económica Exclusiva. É de facto uma exigência nacional de uma importância que não pode de forma alguma ser descurada ou remetida para segundo plano.

A importância do nosso mar foi aliás reconhecida pela decisão de criar o Observatório do Atlântico, só que também aí não passou de mais um compromisso até agora não cumprido pelo Governo da República para com a nossa Região.

Há que pressionar e exigir o cumprimento deste compromisso.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podemos finalizar sem referir o compromisso assumido pelo Ministério da Justiça, nomeadamente quanto ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

São conhecidos e têm sido aliás por várias vezes notícia pela negativa as condições degradantes existentes nesse estabelecimento prisional.

Para nós PCP que acreditamos na reabilitação e na recuperação para a vida normal em sociedade não é admissível que os presos estejam sujeitos a condições humilhantes e degradantes.

A rápida instalação do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada em edifício com condições condignas com a vida e reabilitação da população prisional é uma exigência que se impõe e que a Região tem forçosamente de exigir o cumprimento do compromisso por parte do Governo da República.

Termino deixando desde já uma garantia. Por parte do PCP não deixaremos de exigir quer aqui, quer na República o cumprimento dos compromissos assumidos e que consideramos essenciais ao nosso país e ao desenvolvimento da nossa sociedade.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O incumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado e pelo Governo da República para com a Região Autónoma dos Açores demonstra como a atual maioria parlamentar que suporta o Governo da República olha para os direitos dos açorianos e para a nossa autonomia política.

É grave, muito grave o que se passa.

Está em causa a certeza que se deve oferecer aos açorianos um compromisso de um Governo da República responsável, em vez na descrença no poder político, que aumenta a cada anúncio e que o Governo da República proclama sem concretizar, Sr. Secretário Regional.

É preciso que sejamos realistas e que falemos verdade aos açorianos a cada dia que passa, que aumenta a cada anúncio. Os incumprimentos hipotecam o progresso da nossa Região e o nosso futuro.

O CDS tem contribuído nesta Assembleia com propostas concretas, nesta Assembleia e na Assembleia da República, que procuram responder aos direitos dos açorianos e aos interesses dos Açores. É essa a nossa responsabilidade aqui, perante os açorianos, e na Assembleia da República perante a autonomia.

E Sr. Secretário Regional devo-lhe dizer o seguinte: radares meteorológicos.

V. Exa., Sr. Secretário, devia talvez fazer um ato de penitência quando se refere a isso, porque foi o Governo Regional o principal responsável por deixar desmantelar o radar meteorológico da Serra de Santa Bárbara. Foi alertado para

isso pelo CDS. Fizemos aqui intervenção, fizemos denúncia pública do que ia acontecer e o Governo fez orelhas moucas. Aliás, até foi anunciado na Comissão Bilateral Permanente que o iam fazer e o Governo Regional deixou. Portanto, teria sido (como diria alguém) que o Sr. Secretário tivesse feito aqui um *mea culpa* relativamente ao radar da Serra de Santa Bárbara.

Como também devia ter feito um *mea culpa* relativamente à descontaminação da ilha Terceira e dos solos e aquíferos da ilha Terceira. Não é intensificar, Sr. Secretário. É verdadeiramente começar e é verdadeiramente (e a CAPAT em breve irá avaliar o que se está a fazer) se o que se fez até agora foi bem feito, o que é que se fez, como se fez, porque parece-me que nessa matéria há que unirmos esforços e unirmos na defesa da nossa terra contra aqueles que a poluíram.

Nesse sentido, Sr. Secretário, foi aqui aprovada uma iniciativa do CDS, uma iniciativa do CDS que responsabilizava o Governo da República pela descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira, aliás, cumprindo a Lei das Finanças Regionais.

Portanto, é preciso não só intensificar, Sr. Secretário, como avaliar e o CDS tomará uma iniciativa muito em breve sobre essa matéria, pedindo todos os relatórios que foram feitos depois de intervencionados uma ou outra zona e que nós saibamos que foi mais betão do que descontaminada, mas para lá vamos, vamos avaliar com serenidade um problema sério que a contaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira e tem de ser encarado com determinação e com seriedade.

E venham lá os populistas do turismo, venha lá quem tem interesses no turismo queixar-se que não se pode fazer e que não se deve alertar e que não se deve ... A mim preocupa-me a minha terra onde eu vivo e as minhas filhas irão viver, se quiserem, talvez os meus netos e os nossos netos e quem lá quiser viver.

Para si era isso que tinha, Sr. Secretário.

Mas agora se me contassem eu não acreditava. Se me dissessem: “O Bloco de Esquerda fez uma intervenção no Parlamento a exigir o cumprimento das medidas do Governo da República, do seu Governo, do Governo do Bloco de Esquerda.”

E começa bem o Sr. Deputado António Lima quando se refere ao anterior Governo democraticamente eleito, o Governo do PSD e do CDS (democraticamente eleito!), que através do golpe palaciano (para não lhe chamar golpe de estado) os senhores puseram abaixo, o senhor e o seu partido.

Portanto, se o Partido Socialista está no Governo foi com o seu voto, com o voto da sua bancada. Portanto, o senhor nesta sua intervenção maniqueísta não pode ficar impune. A sua intervenção maniqueísta é absolutamente inacreditável, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda. Os senhores é que viabilizaram o Governo do Partido Socialista e depois é curioso: ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Graças a Deus!

O Orador: ... o que é mau é do Governo do Partido Socialista, o que é bom é do Bloco de Esquerda.

Deputados José Ávila e José Contente (PS): Muito bem!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, tenha pelo menos a decência e a seriedade política de dizer a verdade e a verdade que as pessoas merecem ouvir.

Depois, eu acho que o que o senhor ali fez foi um ato de contrição. Não o quero ofender, mas eu acho que o que o senhor ali fez foi um ato de contrição pelos pecados que tem feito relativamente à autonomia e relativamente aos Açores, porque o senhor tem apoiado o Governo socialista em todas as coisas que não cumpriu teve o apoio do Bloco de Esquerda. Rigorosamente todas!

Portanto, vir aqui dar uma de Frei Tomás, “faz o que ele diz, mas não o que ele faz”, foi essa a atitude que o senhor teve ali de cima, que o partido teve ali de cima.

Devo-lhe dizer, Sr. Deputado, por isso talvez é que a abstenção esteja no ponto em que está, porque esta postura ...

Deputado António Lima (BE): Ou o CDS!

O Orador: ... política, permita-me, desavergonhada demagogia e refinado populismo (repito: esta postura política de desavergonhada demagogia e refinado populismo) é realmente o que leva as pessoas a desinteressarem-se da política.

Senão vejamos as suas atitudes e das coisas que o senhor falou. Vamos ao Orçamento de Estado, aos Orçamentos de Estado do Governo da República que o seu partido aprovou todos.

O CDS propôs verba para a instalação dos radares nos Açores. Sabe como é que o seu partido votou? Contra, Sr. Deputado!

O CDS propôs verba para o estabelecimento prisional de Ponta Delgada. Sabe como é que o seu partido votou? Contra, Sr. Deputado!

O CDS propôs verba para o aumento do Aeroporto da Horta. Sabe como é que o seu partido votou, Sr. Deputado? Contra!

O CDS propôs verba para a descontaminação (10 milhões de euros) dos solos e aquíferos da ilha Terceira. Sabe como é que o seu partido votou, Sr. Deputado? Contra!

E para citar aqui uma saudosa deputada, Benilde, "*Shame on you*", Sr. Deputado, e *shame* no seu partido que realmente, desavergonhadamente, vem aqui fazer a mais barata propaganda política, eleitoralista, onde realmente os senhores são os responsáveis pelo não cumprimento, porque senão os senhores tinham apresentado propostas neste sentido, que não o fizeram e aprovaram todos os Orçamentos de Estado do Governo da República.

Portanto, a culpa é mais vossa do que deles. A culpa é mais vossa do que deles! Porque os senhores sacholaram e assinaram as medidas contra os Açores.

Portanto, demagogia, maniqueísmo, é essa sua intervenção. Foi isso que o senhor aqui trouxe e isso os açorianos com certeza que darão por isso.

Ainda por cima se vem aqui ufano dizer que pôs um Governo abaixo. “Nós estamos contentes, porque pusemos um Governo democraticamente abaixo.”

Não me espanta, porque isto é a vossa origem, é a vossa genética e é aquilo que os senhores proclamam, é aquilo que os senhores defendem na Venezuela, na Nicarágua e outros países. Portanto, é a vossa genética, é a vossa maneira de ser: é por Governos abaixo onde quer que seja e o Bloco de Esquerda em Portugal vai nesse caminho.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, eu quero muito trazer-lhe boas notícias da Mata das Feiticeiras. Eu acho mesmo, Sr. Deputado, desconfio, que as feiticeiras estão a se casar. É que o nosso povo diz quando faz sol e chuva ao mesmo tempo as feiticeiras estão a se casar e o BE o que nos trouxe foi “sol na eira e chuva no nabal” ao mesmo tempo, porque realmente, Sr. Deputado, há de convir que é um bocadinho estranho o BE considerar-se cúmplice e corresponsável pela devolução de rendimentos, pelo aumento de salário mínimo, pelos apoios sociais, pela diminuição dos impostos para o trabalho, mas achar que tudo o que ainda não está feito, designadamente nos Açores, independentemente de também estar mal informado e adaptando a frase de Miller Fernandes “um pessimista é sempre um realista mal informado”, como terei oportunidade de lhe dizer, a verdade, Sr. Deputado, é que isso não faz sentido e temos todos que assumir as nossas responsabilidades por inteiro. Não ponho minimamente em causa, que se note, ... Aliás, o BE quando chega a

maio, o tempo das cerejas (já o ano passado foi a mesma coisa em maio), costuma trazer aqui um debate e lembra-se do Governo da República, mas faz bem. Tem toda a legitimidade para isso e é bom que nós discutamos sempre o relacionamento entre a Região e a República e que nós tenhamos consciência de que esse relacionamento é e continuará a ser sempre um relacionamento tendencialmente conflitual, com alguma tensão, e que é também dessa tensão que se fortalece a autonomia, que nós concluimos pela necessidade da nossa pedagogia permanente ao nível da autonomia. Nós todos, ou quase todos, também já sabemos que por vezes temos alguma dificuldade ou no tempo, ou no modo, ou no grau, mesmo junto dos nossos correligionários de fazer passar na íntegra a nossa mensagem. Todos sabemos isso!

Olhe, por exemplo, o CDS-PP que tem um enorme mérito a respeito da chamada de atenção que há muitos anos faz nesta Casa acerca da importância dos radares meteorológicos também e que inclusive conseguiu sensibilizar a República para em 2010 ser aprovada uma resolução na Assembleia da República para a efetivação desses radares meteorológicos também teve depois com o seu Governo (que não era só seu, sejamos justos) a sua dificuldade e é bom lembrar, porque é justo, o CDS/Açores quando ao fim de dois anos o seu Governo não desatava com os radares meteorológicos o CDS/Açores apresentou aqui uma resolução para que isso fosse feito e, portanto, todos nós sabemos que às vezes as coisas na República não correm como isso.

Já não vou falar do PSD!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vale a pena!

O Orador: O PSD tem nesta matéria um longo histórico. Eu não tenho grandes dúvidas que se perguntássemos ao Dr. Mota Amaral se ele como Presidente dos Açores preferiu trabalhar com o Primeiro-Ministro Mário Soares ou com o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, eu acho que adivinhava a resposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E acertava!

O Orador: Recentemente o PSD aprimorou essa conflitualidade e agora já consegue ter enormes divergências entre o PSD/Açores e o PSD da República quando estão ambos na oposição e já não se trata de executar medidas. Portanto, sobre isto estamos conversados.

Mas tendo consciência destas dificuldades, desta tensão e deste conflito que temos por mais ou menos inevitável, fatal e até saudável é bom fazer um balanço. Há um histórico que pode ser avaliado com objetividade e eu não tenho qualquer tipo de dúvida e acho que a esmagadora maioria dos açorianos não têm e acho que muita gente de outros quadrantes políticos, incluindo o PSD, não tem, que os Governos da República do Partido Socialista foram em geral bem melhores e mais amigos das autonomias.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Ninguém pode ter dúvidas disso.

A começar em 96, com a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que não existia e que permitiu a adaptação fiscal; com o pagamento das dívidas do Serviço Regional de Saúde que então foi feito; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não serviu de nada!

O Orador: ... com a baixa do tarifário aéreo entre os Açores e o continente em cerca de 27%; com a harmonização do tarifário elétrico; com o porte pago especial para os jornais e revistas do continente nos Açores; com mais recentemente ainda o projeto de ligação por cabo de fibra ótica às Flores e ao Corvo; com a disponibilidade e o financiamento de grandes obras nos Açores, como as Portas do Mar; e sobretudo o Governo da República nunca nos falhou em alturas de calamidades, coisa que não podemos dizer de outros governos, designadamente do PSD.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Mas estamos a falar agora e até porque talvez se pareça que é pouquinho o que agora temos, talvez fosse bom, porque será rápido, segundo

o entendimento de Vs. Exas., fazermos um balanço das coisas positivas que já têm a ver com este Governo da República, porque não é à toa que durante décadas tivemos o escândalo de haver uma discriminação e de não haver uma referenciação automática e uma inter mobilidade entre os doentes do Serviço Regional de Saúde e do Serviço Nacional de Saúde, porque apesar de tudo o nosso turismo muito focado no planeamento público e nas ajudas públicas devido às economias, à baixa escala que temos e à dificuldade das acessibilidade, também foi este Governo da República que anunciou na célebre cimeira e cumpriu, que fez as diligências e os apoios que foram necessários para que a Ryanair começasse a voar para a Terceira, porque durante décadas o voo entre a Madeira e a ilha de Porto Santo era participado pelo Estado, mas no arquipélago dos Açores as obrigações de serviço público inter ilhas nunca o foram a não ser com este Orçamento de Estado pela primeira vez em nove milhões de euros, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem! É verdade!

O Orador: ... porque durante décadas não recebíamos a participação a que tínhamos direito e que não é tão pequena como isso dos jogos sociais ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está resolvido!

O Orador: Oh, Sr. Deputado João Bruto da Costa, esta agora é para si, já que está doido para falar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estava a falar para o lado!

O Orador: ... dos jogos sociais, Sr. Deputado João Bruto da Costa. Porque, sabe, conseguiu-se que a Região recebesse 17 milhões de euros numa participação do bolo global para os Açores de 12,3%. E sabe o que é que aconteceu com este decreto lei?

Foi pedida a sua retificação na Assembleia da República pelo PSD que era contra, porque se estava a tirar dinheiro à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Maurício e Deputada Mónica Seidi (PSD): Não é bem assim!

O Orador: É verdade. Vamos ver, Sra. Deputada.

Também falámos aqui muito na Base das Lajes. Ainda bem! Ainda bem que falámos na Base das Lajes, porque sobre isso também é importante dizer qualquer coisa. Dizer que a certificação para o civil daquela pista só agora é que foi feita. Também foi falada nessa cimeira e foi feita e é importante, com certeza que é importante, porque ela significa previsibilidade, significa devolução de poder à Região, significa uma muito maior rapidez na execução das decisões.

Logo a seguir, é verdade, em julho do ano passado, foram feitos alguns NOTAMS a dar conta dessa realidade.

Sabemos todos, porém que houve alguns engulhos no sentido da publicitação plena e geral pelo INAC de ser feita, mas felizmente creio que na sequência de uma intervenção pública da Sra. Secretária Regional, Ana Cunha, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também por insistência nossa nesta Casa!

O Orador: ... esse problema e também por insistência do CDS, é verdade, essa questão ficará muito brevemente resolvida.

O terminal de cargas também está sendo feito; Santa Rita, finalmente, juntando o Município praiense, os apoios do Governo Regional; também apoios do Governo República, designadamente ao nível da alteração do limite legal de endividamento, dos apoios para o saneamento básico daquela zona, também aí há uma solução que é possível e eu gostava que o BE, que teve o mérito nesta Casa de nos por a refletir, de levantar o assunto, de apresentar uma resolução, que o PS teve a abertura de negociar e discutir quer com o BE, quer depois com todos os Grupos e Representações Parlamentares desta Casa, e o BE também tem esse mérito e nós gostaríamos que também aqui o EB com alguma justiça

se associa-se ao nível parlamentar a esta coisa, porque afinal, Sr. Deputado António Lima, nem tudo é mau.

Mas há outras importantes que foram faladas também nessa cimeira e que estão feitas.

Ao nível dos produtores agrícolas e da não consideração como rendimento da matéria tributável os subsídios ao investimento. Isto está consagrado em lei. Assim como também para os agricultores com menores rendimentos ficou finalmente consagrada a possibilidade de haver um cálculo de rendimento convencional que aliás, sejamos justos, vem ressuscitar um velho decreto legislativo regional de 84 da autoria ainda dos governos do PSD, mas que tinha sido posto em causa e que não era aplicado desde 2011.

Há coisas, é verdade, Sr. Deputado António Lima, com as quais nós não estamos totalmente satisfeitos, que nós pensamos que deveriam ser feitas ou ainda não foram feitas e que não têm ainda resolução.

Falou-se aqui, por exemplo, na Cofaco. Nós aprovámos aqui uma resolução acerca da Cofaco e acerca da majoração de apoios sociais para os trabalhadores da Cofaco. Essa resolução relembro foi aqui aprovada por unanimidade.

Ora bem, também por iniciativa do PCP na Assembleia da República, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a ver? O BE não faz nada!

O Orador: ... houve uma resolução nesse sentido que foi aprovada por unanimidade.

O PCP apresentou uma alteração ao Orçamento de Estado para 2019 (era para consolar o Sr. Deputado Artur Lima, não foi só o CDS que teve propostas chumbadas, no Parlamento o PCP também teve) tinha uma no sentido de ser efetivada essa majoração social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! O BE é que não teve!

O Orador: A verdade é que o Partido Socialista votou contra e nós obviamente não concordamos com essa posição, mas também é preciso dizer o seguinte,

aliás, lembrando o que o Sr. Deputado Artur Lima tanto gosta de lembrar: como o PS na República não ganhou as eleições, a verdade é que a proposta do PCP em bom rigor não foi chumbada só pelo PS; a verdade (e ao contrário do que se disse na altura no Pico) é que a proposta do PCP foi chumbada, porque teve a abstenção do Partido Social Democrata também.

Deputado Luís Maurício (PSD): Já explico isso! Já sabia que iam chegar aí, a esse “intricamento” discursivo!

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor votou contra!

O Orador: Tudo tem a sua explicação, Sr. Deputado, mas nós estamos a ver os resultados. Também continuamos a insistir independentemente dos números e independentemente das questões técnicas que nos apontem, para a necessidade de ser efetivado nos Açores um Centro Tutelar Educativo.

Conhecemos as respostas que o Governo da República nos tem dado. Não nos satisfazem completamente e a solução apresentada alternativa e uma casa de apoio a seguir ao cumprimento da institucionalização também não nos agrada.

Mas aqui também continuaremos a insistir, como sempre, no sentido de aquilo que são as nossas reivindicações e aquilo que pensamos ser melhor para os Açores ser levado avante e ser efetivamente efetivado.

Afinal, Sr. Deputado António Lima, se pensarmos bem algumas coisas têm sido feitas por este Governo da República, de forma direta e indireta (referiu algumas indiretas) também nos Açores e também é preciso dizer que no rigor dos termos e da verdade haverá com certeza sempre uma grande diferença entre nada fazer e haver concretos atos jurídicos e materiais de execução, como é o caso do radar de Santa Bárbara que atrasou porque felizmente somos um estado de direito ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e nos concursos públicos as pessoas podem reclamar, recorrer e ir para os tribunais e, portanto, isso naturalmente que atrasou esse processo,

assim como no que diz respeito à Mata das Feiticeiras o terrapleno que está sendo feito nesse terreno também foi posto em causa por um dos concorrentes a essa empreitada e são coisas que felizmente acontecem num estado de direito. Sabemos que as ditaduras nesses aspeto são mais rápidas e mais eficazes, mas não é isso que queremos.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados. Eu prometo voltar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após duas sessões de ausência tenho muito gosto de regressar ao debate e devo dizer que em relação a este debate que o Bloco de Esquerda propôs ao Parlamento dos Açores, esta urgência, que achei uma escolha politicamente corajosa por parte do Bloco de Esquerda. Corajosa! E considerei uma escolha corajosa, porque o Bloco de Esquerda tem evidentes fragilidades nesta matéria. Devo dizer, Sr. Deputado, que há duas grandes desilusões nesta legislatura que agora termina no âmbito da Assembleia da República: Carlos César, o desempenho de Carlos César enquanto líder parlamentar do Partido Socialista, em que uma parte significativa dos açorianos tinha colocado grandes expectativas, portanto, com Carlos César os nossos problemas ficariam resolvidos, com Carlos César chegaríamos ao oásis e a relação seria uma relação extraordinária ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): E é!

O Orador: ... dada a influência do ex-presidente do Governo Regional como líder parlamentar na Assembleia da República e também como presidente

nacional do Partido Socialista. Muita gente esperava grandes coisas que não aconteceram.

Mas devo dizer também que muita gente esperava da parte do Bloco de Esquerda que utilizasse o seu papel de enorme influência, porque eu lembro-me bem quando aqui foi dito por alguns militantes do Bloco de Esquerda: “Não, não! Nós agora estamos numa situação extraordinária, porque este Governo tem uma legitimidade parlamentar. O António Costa e o Partido Socialista não ganharam as eleições, ficaram em segundo lugar.” Portanto, não tendo o mandato uma legitimidade popular direta não foi referendado, portanto, o candidato António Costa perdeu as eleições, essa legitimidade do ponto de vista constitucional foi-lhe garantida pelo Parlamento, por uma maioria parlamentar. Portanto, nunca nenhum governo na história da democracia portuguesa esteve tão dependente da maioria parlamentar que foi gerada pelo Partido Socialista, pelo Bloco de Esquerda e pela CDU. Ou seja, este governo foi o governo mais dependente do ponto de vista parlamentar da maioria de esquerda que se gerou e esperava-se que Vs. Exas. nestas circunstâncias tivessem aproveitado esta posição de pressão, esta posição de influência para resolver os problemas do país e também para resolver os problemas da Região Autónoma dos Açores, mas não foi isso que aconteceu.

V. Exa. acabou de confessar ali, daquela tribuna, que afinal para os Açores esta ligação, esta aliança política entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista não teve resultados. Foi V. Exa. que o afirmou e os eleitores perguntam-se agora: “Mas se com um partido que tinha ficado em segundo lugar e totalmente dependente de uma maioria parlamentar o problema não foi resolvido, portanto, votar no Bloco de Esquerda não teve a eficácia política que se esperava numa situação extraordinária, única na nossa história parlamentar, agora pergunto-me o seguinte e muita gente que votou Bloco de Esquerda se pergunta o seguinte: então e agora que o António Costa e o Partido Socialista muito provavelmente

de acordo com as sondagens irá ganhar as eleições, portanto, sairá destas eleições muito mais fortalecido, entanto diga-me V. Exa agora qual é a vantagem de votar Bloco de Esquerda nestas circunstâncias?

Se não tiveram influência em relação a um Primeiro-Ministro enfraquecido, que tinha ficado em segundo lugar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: ... que influências terão Vs. Exas em relação a um partido Socialista que sairá reforçado nas próximas eleições?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É que ao menos do ponto de vista democrático tem uma vantagem direta de poder atribuir as culpas daquilo que não é feito ao Partido Socialista, porque o Partido Socialista assume naturalmente as consequências daquilo que não foi feito. Agora votar no Bloco de Esquerda tem uma desvantagem democrática: é que Vs. Exas. são responsáveis por aquilo que não foi feito, mas não assumem essas responsabilidades. Dizem que as responsabilidades são dos outros, mas são Vs. Exas. que aprovam o Orçamento de Estado e as transferências para a Região Autónoma dos Açores e os projetos que aqui são desenvolvidos no âmbito da Região Autónoma dos Açores. Portanto, é esta a incongruência de V. Exa. e o eleitor saberá e perguntará: “Bom, então é melhor votar diretamente no Partido Socialista. Porque é que vamos votar no Bloco de Esquerda se a capacidade de influenciar as políticas do Partido Socialista foi tão fraca em relação à Região Autónoma dos Açores nos últimos quatro anos?”

Eu penso que esse é o seu grande problema e V. Exa. concordará.

Eu devo dizer depois também que em relação às nossas questões eu bem vi que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista trouxe umas coisinhas pouquinho e tentou fazer brilhar uma série de medidas absolutamente avulsas e que não resolveram os nossos problemas estruturais, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Já chega, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): Basta!

O Orador: ... não resolveram os nossos problemas do ponto de vista das responsabilidades da República nas questões ambientais, não resolveram as questões do ponto de vista da participação da República que é necessária em gravíssimos problemas que temos de enfrentar, nomeadamente em relação à pobreza. É necessária uma agenda açoriana que seja uma agenda ambiciosa e que tenha evidentemente uma comparticipação financeira muito mais acentuada por parte da República e Vs. Exas. contentam-se com pouco.

Mas o vosso problema também do ponto de vista do eleitor foi a promessa que vocês fizeram, ...

Deputado José Paulo Ávila (PS): “Vocês” é uma casa de família!

O Orador: ... Vs. Exas. fizeram ao eleitor açoriano. É que os senhores disseram: “Nós agora temos quem mande lá fora, nós temos agora um presidente de um Grupo Parlamentar do Partido Socialista altamente influenciado, que pode influenciar de forma decisiva as políticas na República que era Presidente do Partido Socialista e afinal foi uma desilusão total para todos nós que observámos ao longo destes anos e chegou a muito pouco daquilo que foi prometido.

Deputado José Paulo Ávila (PS): A desilusão foi para si!

O Orador: O que eu aqui defendo (e termino esta primeira intervenção) é que para a próxima legislatura o que é preciso é assumir compromissos concretos, ambiciosos e que exista absoluta segurança, que os deputados que são eleitos para representar os Açores na Assembleia da República de facto tenham independência e autonomia para votar favoravelmente sempre, sempre a favor dos interesses dos Açores.

Deputado Francisco Coelho (PS): É preciso é que vão votar!

Deputado Francisco César (PS): Olhe que sem votos não chega lá!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário e Srs. Membros do Governo:

Faltam quatro meses para as próximas eleições legislativas nacionais e de facto parece-nos pertinente lembrar os açorianos ...

Deputado Francisco César (PS): O que é que o Rui Rio fez por nós!

A Oradora: ... que o partido que suporta o Governo quer na Região, quer na República, continua infelizmente por apresentar incumprimentos que prejudicam os açorianos de uma forma em geral. É que durante estes quatro anos ouvimos de facto um rol de promessas que não foram cumpridas e que já não serão, pese embora tenham sido amplamente prometidas e divulgadas até.

Todos nós sabemos que o Dr. António Costa veio aos Açores em abril de 2016 numa visita de charme e cortesia, onde habilmente veio assinar a célebre declaração conjunta.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Já veio algumas vezes cá, o Rui Rio é que não! Ainda há duas semanas esteve cá!

A Oradora: Por esta altura foram então proferidas algumas declarações por sua excelência, o Sr. Primeiro-Ministro, que gostaria de salientar duas e que passo a citar: “É agora tempo de valorizar a autonomia regional, o que implica o reforço da cooperação e solidariedade entre Governo da República e Governo da Região Autónoma dos Açores.”

Ou ainda: “Os açorianos não podem ser alvo de discriminação devido à sua situação de insularidade.” Fim de citação.

Pois muito bem, então a pergunta que se segue é que perante os compromissos que não saíram do papel o que é que faltou aos camaradas socialistas da República para não cumprir aquilo que vieram aqui anunciar aos camaradas socialistas da Região e a todos os açorianos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É que assim de facto demonstram que a sua cooperação entre Governos, quer da República, quer da Região, não importa se sejam eles da mesma cor, não importa sejam eles suportados por ambos os partidos, neste caso o Partido Socialista.

Em relação a este assunto centrar-me-ia nos compromissos que de facto à ilha Terceira dizem respeito.

Já aqui foi falado da reinstalação do radar da Serra de Santa Bárbara que todos nós sabemos que foi desativado em 2016. O que é certo é que desde 2016 no próprio Orçamento de Estado constam rubricas com esta finalidade, mas que até agora nada foi executado.

No ano passado foi lançado o concurso público. De facto, foi dado um prazo para esse concurso. Em janeiro foi anunciado que o segundo concorrente ... Portanto, quem ficou em segundo lugar teria recorrido do concurso e que num prazo na altura considerado célere seria dada uma resposta. O que é certo é que continuamos em maio e pouco ou nada se sabe relativamente a esse concurso.

A própria Ministra do Mar, a Dra. Ana Paula Vitorino, salientou por ocasião numa visita que fez à Região que este radar representava muito para a segurança do país e que constituía uma efetiva urgência.

Ora, pois, muito bem, o que é certo é que em matéria de segurança as preocupações da nossa Ministra do Mar desapareceram e continuamos sem ter qualquer tipo de radar instalado na Região.

Relativamente ao PREIT este é mais um exemplo claro daquilo que é a falta de vontade política ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Olhe que não!

A Oradora: ... e talvez a falta de solidariedade entre ambos os Governos, quer da República, quer da Região.

Aos olhos do Governo socialista da República o PREIT vale zero. Repito: o PREIT vale zero!

Dos quase 300 milhões que constam no PREIT e que são da responsabilidade da República não constam em nenhum dos Orçamentos de Estado elaborado pelo Sr. Ministro das Finanças, Dr. Mário Centeno. Simplesmente não está lá inscrita nenhuma ação com este fim. Está sim um descritivo que diz “execute-se o PREIT”, mas não sabemos onde estão inscritas as verbas.

O PREIT salta de Orçamento de Estado em Orçamento de Estado e muito pouco acontece. Apenas consta, como já referi, o tal descritivo.

Ora, isto é tudo aquilo que o PS não veio cá prometer em 2016 e até em plena campanha eleitoral disse que ia pagar toda a parte direta e indireta que seria da responsabilidade da República.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Vocês não fazem campanha há quanto tempo mesmo?

A Oradora: Das medidas que constam no PREIT e que até agora continuam por cumprir algumas são mesmo essenciais para a ilha Terceira numa perspetiva que possibilitaria a criação de emprego e também gerar riqueza não só para a ilha, mas conseqüentemente para toda a Região.

Refiro-me, por exemplo, ao porto da Praia da Vitória e aos investimentos para aquela infraestrutura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): GNL proposta do CDS!

A Oradora: No PREIT estão inscritos 77 milhões de euros para investimentos destinados ao porto da Praia que são da responsabilidade direta do Governo da República.

O porto da Praia seria definido então como o porto abastecedor nacional de gás natural liquefeito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E vai ser!

A Oradora: O que é certo é que até ao momento não sabemos nada e que até ao momento nunca houve qualquer candidatura ao plano Juncker.

Aproveitando ainda o porto da Praia, seria criado o registo internacional de navio dos Açores tendo em conta a nossa posição geoestratégica, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhor não sabe? Deve ter estado ausente em Vila Franca de Xira!

A Oradora: ... mas infelizmente até a própria Ministra do Mar parece desconhecer este projeto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Esperemos que este esquecimento do porto da Praia por parte dos socialistas não seja propositado e em detrimento do Porto de Sines.

No que concerne à descontaminação total de solos e aquíferos da ilha Terceira ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Proposta por quem?

A Oradora: ... gostaríamos também de saber o que é que está a ser feito com este propósito, pois na República recordo que foi aprovada por unanimidade e subscrita por todos os partidos uma resolução que visava tudo isto: descontaminação total de solos e aquíferos da ilha Terceira subscrita por todos os partidos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Proposta por quem? Seja séria! Uma proposta do CDS!

A Oradora: ... e que previa a inscrição de 100 milhões de euros ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja séria! Foi uma proposta do CDS aprovada por unanimidade!

A Oradora: ... cujo Governo da República teria de reivindicar junto dos açorianos.

A mesma resolução prevê ainda transparência e publicidade de todo o processo relativamente a esta matéria e que até agora continua por cumprir.

Para terminar, gostaria só de relembrar o impasse que ainda se verifica a nível da certificação civil da Base das Lajes ou até mesmo do Centro de Defesa do Atlântico sabemos apenas que o Sr. Ministro da Defesa veio à Região (pasmese só!) escolher o edifício, mas que continua por apresentar o modelo de implementação que estaria associado a este Centro de Defesa do Atlântico.

Pois bem, estes foram alguns dos compromissos eleitorais assumidos pelo executivo de António Costa e que não vão ser cumpridos quando estamos praticamente no fim da legislatura, que contam obviamente com a cumplicidade do Governo Regional dado que em conjunto têm publicitado medidas que não estão a ser aplicadas na ilha Terceira.

Existe, pois, uma grande diferença entre aquilo que é anunciado e aquilo que é cumprido e esta bancada não se inibirá de denunciar isto mesmo, quer em prol dos açorianos, quer em prol de todos os terceirenses.

Obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa tem várias inscrições que ficarão para depois do intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 33 minutos.

Presidente: Vamos então retomar os nossos trabalhos.

Está inscrito e dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Eram 12 horas e 07 minutos.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por em relação ao Observatório do Atlântico colocar aqui alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, eu já tive oportunidade de dizer aqui nesta Casa qual era o estado de desenvolvimento deste projeto e tive a oportunidade de na altura dizer que depois da Comissão Consultiva ter produzido um relatório que no fundo resume algum racional sobre o que poderia ser este Observatório, desse relatório foram extraído algumas das ideias chave e colocadas em forma de projeto que será submetido aos Fundos EEA Grants para o qual já existe e já está acordado como um projeto pré-definido para financiamento dos Fundos EEA Grants.

Para clarificar aqui alguns pontos os Fundos EEA Grants são um acordo com a Noruega, Liechtenstein e Islândia. O total do programa de 2014/2021 tem um valor global de 102.7 milhões de euros. São vários os eixos de financiamento que esse programa tem, nomeadamente o Crescimento Azul, que é onde se enquadra o projeto pré-definido do Observatório do Atlântico, o ambiente, a cultura, entre outros eixos de financiamento no âmbito deste programa EEA Grants.

No caso do eixo do Crescimento Azul estão previstos mais de 44 milhões de euros para fomentar a economia azul em Portugal, naturalmente em colaboração com os estados doadores.

Como disse na altura também, e como tive oportunidade de dizer, este projeto não está ainda concluído, portanto, ainda está em fase de desenvolvimento para ser candidatado à aprovação no âmbito dos fundos EEA Grants e está a ser desenvolvido pelo IPMA (é um trabalho, como devem compreender, muito

técnico), pelo Fundo Regional de Ciência e Tecnologia e pela ARDITI, que é um organismo da Madeira semelhante ao Fundo Regional de Ciência e Tecnologia.

Em relação a isto também me permita dizer o seguinte. O Bloco de Esquerda (e isto tem sido uma bandeira do Bloco de Esquerda) ao apresentar e ao insistir na questão do Observatório do Atlântico, naturalmente com todo o mérito que isso nos merece, convinha também o Bloco de Esquerda (já tive também a oportunidade de o dizer aqui) densificar um pouco também quais são as suas ideias em relação ao que é o Observatório, o que é que pensa que é um Observatório do Atlântico e o que é que pensa que é um Centro de Investigação Internacional, porque assim coloca-se numa situação muito confortável, isto é, esperar para ver o que é que vai surgir, sem apresentar também o seu racional e as suas ideias para este Observatório e, portanto, tudo o que for feito (imagino eu!) a partir daqui (e estaremos aqui para ver se isso vai ou não acontecer), tudo o que seja apresentado em relação ao que será este projeto, pelo menos nesta primeira fase de candidatura e o projeto em que será apresentado a candidatura, o Bloco de Esquerda naturalmente critica tudo o que acontecer, porque o Bloco de Esquerda não define também aquilo que é o seu racional em relação a este assunto. Portanto, a sua posição é muito confortável e com certeza tudo o que for apresentado será alvo de discordância e estou aqui para ver se isso não vai acontecer.

É preciso que o Bloco de Esquerda também defina isso, quais são objetivos, como é que isso se concilia com os atuais centros de investigação nesta área, quais são as áreas de observação do Observatório do Atlântico. É isso que está a ser desenvolvido e, portanto, era bom que também o Bloco de Esquerda apresentasse aqui quais são as suas ideias para esse tal Observatório.

Em relação aos radares meteorológicos há a dizer o seguinte. Já foi aqui dito pelo Sr. Deputado Francisco Coelho as vicissitudes porque passou este processo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vicissitudes, está bem! Eu chamava outra coisa!

O Orador: O que se pode dizer neste momento e a informação que temos é que houve uma empresa que impugnou o concurso. Este processo ou este problema já foi ultrapassado.

Entretanto, a Direção Geral do Orçamento obriga o IPMA a inscrever novamente este projeto. Neste momento o IPMA aguarda o visto prévio do Tribunal de Contas para lançar este concurso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então estava mal feito!

O Orador: O valor do concurso é de 1 milhão e 550 mil euros e também me permita dizer que o que se prevê para este radar é um radar mais moderno do que aquele que existia, portanto, é um radar de última geração, com tecnologia mais moderna, naturalmente, e que ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor nem diga isso!

O Orador: ... servirá eventualmente melhor aquilo que são os objetivos da instalação deste radar.

Em relação ao radar a instalar no Pico da Barrosa, em São Miguel, também posso adiantar o seguinte.

Foram feitos no início deste ano, em janeiro, pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia com os seus técnicos, pelo IPMA e pelo instituto de telecomunicações, levantamentos do local e das condições técnicas para a instalação do radar no Pico da Barrosa de forma a garantir que as soluções possam permitir à Região Autónoma receber este radar naquele local. Esse levantamento foi feito a uma série de antenas que como sabem que estão lá instaladas e após este levantamento que foi feito também com o IPMA, como já

disse, o Instituto de Telecomunicações enviou uma proposta de prestação de serviços para a execução do plano de desmobilização e de realocização de algumas das antenas que estão lá e que podem interferir com esse radar. Esse processo e esse programa também já está feito.

Teve que ser reajustado mais recentemente devido à existência de alguns (mas isto são questões muito técnicas) refletores que lá se instalavam e para o qual não havia backup. Portanto, isso também teve que ser corrigido e refeita que está a proposta neste momento está pronta para que o IPMA possa fazer a adjudicação do trabalho de desmobilização e de realocização das antenas para que muito proximamente se possa iniciar o processo de instalação do radar no Pico da Barrosa.

Em relação a outros aspetos que não foram aqui focados, porque certamente e propositadamente podemos dizer que têm sido um exemplo também na cooperação que tem havido entre o Governo Regional e o Governo da República. Posso citar, por exemplo, e não foi trazido aqui, mas trata-se de um exemplo do bom relacionamento e de questões que são muito importantes para os Açores, por exemplo, cito aqui, a questão da Agência Espacial Portuguesa que foi instalada na ilha de Santa Maria e que está a dar os seus primeiros passos.

Posso também dizer que uma série de contratos programa que estão a ser elaborados para a contratação de vários técnicos no âmbito do Air Center para se fixarem na Terceira. Posso também falar (isto no âmbito da cooperação com o Governo da República) na contratação também de recursos humanos que estão a ser ultimados, todo esse processo, para a rede de estações geodinâmicas espaciais, a RAEG, também na ilha de Santa Maria. Posso também citar aqui aquilo que têm sido os desenvolvidos que têm ocorrido no âmbito do Air Center que também sido um projeto com grande envolvimento do Governo da República e do Governo Regional dos Açores e que também está a dar os

primeiros passos já com dados e com resultados bastante palpáveis e posso também dizer aqui, podia dar outros exemplos, também um novo programa que está a ser desenhado com a Universidade de Massachusetts, a EUMASS, para que haja um intercâmbio de investigadores e de projetos científicos no âmbito do Air Center. É o programa que está a ser desenhado.

Posso também adiantar que nos dias 12 e 13 de julho vão-se deslocar aos Açores vários investigadores dessa universidade vai haver um workshop ou um simpósio, como queiram, para troca de ideias para no fundo consubstanciar o que será esse acordo, que será um acordo semelhante ao que existe entre Portugal, o MIT ou a Universidade de Houston. Portanto, só para citar alguns dos exemplos de cooperação que tem havido na área da ciência e da tecnologia e que merecem ser também aqui realçados, porque são questões que estão a ter os seus desenvolvimentos e serão com certeza muito importantes para os Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O encerramento da Cofaco afetou forma direta cerca de 180 postos de trabalho, sendo de longe o maior empregador da ilha afetando de forma indireta muitos outros e pondo ainda em causa a sobrevivência de muito comércio local e de pequenas empresas.

Os empregos diretos garantidos por esta unidade fabril no Pico representavam cerca de 4% da população ativa, ultrapassando os 6% se fosse considerado só o concelho da Madalena.

O Grupo Parlamentar do PSD propôs no ano transato na nossa Assembleia Legislativa Regional a recomendação ao Governo Regional dos Açores para

elaboração de um plano de ação para fazer face ao despedimento, tendo sido aprovado por unanimidade. Do mesmo fazia parte a majoração dos apoios sociais.

Já passaram mais de 10 meses sobre a decisão da Assembleia da República emanada pela Resolução n.º 242, que foi aprovada por unanimidade, em que a Assembleia da República instou o Governo a criar um regime excecional e transitório de facilitação de acesso, majoração de valor e prolongamento de duração dos apoios sociais aos trabalhadores em situação de desemprego na ilha do Pico, todos os ex-trabalhadores da Cofaco.

Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo da República não cumpriu. O Governo da República do Partido Socialista está em falta para com os ex-funcionários da Cofaco na ilha do Pico.

O Governo da República do Partido Socialista apregoa solidariedade, mas não governa praticando a solidariedade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O que pareceu uma vitória também pela voz dos deputados do Partido Socialista eleitos pelos Açores, culminou numa derrota para os picoenses e para os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, infelizmente!

O Orador: E fica a questão também em termos regionais: o que fez o Governo Regional, que faz gala das excelentes relações com o Governo da República, para que este cumpra as decisões da Assembleia da República?

Sras. e Srs. Deputados, este é um sinal de má política. Se na realidade o Governo da República quisesse cumprir a resolução da Assembleia da República teria elaborado o Orçamento de Estado 2019 incluindo a majoração dos apoios aprovada na Assembleia por resolução.

Se na realidade o Governo da República quisesse cumprir a resolução da Assembleia da República teria elaborado e feito aprovar o respetivo decreto lei.

Portanto, Srs. Deputados, querer empurrar para a oposição a virtude de quem pode governar e decidir é claramente má fé política.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sempre afirmámos que situações de emergência, neste caso social, obrigam a atuações excecionais.

O Governo da República do Partido Socialista considera que não. É este tipo de comportamento político que temos de repudiar, onde se aprova para não cumprir. É um mau serviço à democracia.

Tenho dito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Início esta segunda intervenção, obviamente depois de ter ouvido as diversas intervenções do Governo e dos diferentes grupos parlamentares, e começo pelo princípio e por aquela que foi a primeira nota que foi dada neste debate pelo Governo Regional e que estaria aberto o período de campanha eleitoral.

Eu queria apenas recordar que este mesmo assunto, em que muitas destas mesmas promessas, muitos destes mesmos compromissos do Governo da República para com os Açores foram trazidos a esta Casa pela então Deputada Zuraida Soares, foram debatidos e não foi em vésperas de campanha eleitoral, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu não disse isso!

O Orador: ... foi no ano passado e aqui estamos, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Foi em maio!

O Orador: ... como deve ser, a debater, a trazer este debate a esta Casa e penso que há vários grupos parlamentares aqui a reconhecê-lo que esta análise e esta avaliação, daquilo que foi o mandato do Governo da República, tem de ser analisado também nesta Casa e é isso que o Bloco de Esquerda traz aqui, de forma responsável, de forma a que também os açorianos possam participar desta avaliação, desta análise.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma autocrítica!

O Orador: Foram aqui referidas também acusações de golpes de estado. Imagine-se! Que a esquerda em Portugal teria feito um golpe palaciano, um golpe de estado e teria empurrado um governo para fora do poder, uma espécie de assalto ao Terreiro do Paço, que nunca existiu.

Aquilo que aconteceu e os açorianos sabem bem é que em 2015 havia uma coligação chamada “Portugal à frente” que queria cortar por ano 200 milhões de euros nas pensões, em cada ano se ganhasse as eleições e se formasse governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

Deputada Graça Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: Aquilo que aconteceu foi que o Bloco de Esquerda responsabilmente e em defesa do fim da austeridade neste país, em defesa dos salários, em defesa das pensões, em defesa dos serviços públicos, aquilo que o Bloco de Esquerda fez (e muito bem!) foi fazer um acordo com o Partido Socialista e com outros partidos, com o PCP e com o PEV para que fosse possível outro governo e para que fosse possível muitas das conquistas que já vou falar delas que se conseguiram no âmbito destes acordos que foram firmados.

Mas o CDS já nos habituou também a este registo em que carrega na tinta e em que a demagogia é claríssima e falou, por exemplo, de propostas suas, propostas para os orçamentos de estado e referiu aqui várias ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Chumbadas por vossas excelências!

O Orador: ... e permitam-me falar de duas ou três que julgo que vale a pena desmistificar.

Em primeiro lugar, a proposta de alteração relativa ao aeroporto da Horta. Propôs o CDS no Orçamento de Estado para 2019 uma proposta de alteração que previa que do Orçamento de Estado se investissem dois milhões de euros nos procedimentos para garantir a certificação do aeroporto da Horta.

Duas notas. Em primeiro lugar, aquilo que o CDS propõe é aquilo que a ANA já vai ter de fazer que é o cumprimento da legalidade, ou seja, não é a ampliação da pista para além daquela que tem de ser feita no estrito cumprimento das normas internacionais da aviação civil.

Em segundo lugar, o que o CDS propunha era exatamente que o Estado interviesse numa empresa privada, numa infraestrutura que está concessionada, que é privada, e que fosse o Estado a intervir e a pagar dois milhões de euros numa situação que é perfeitamente irregular, porque o Estado através do Orçamento de Estado não o pode fazer.

Não deixa de ser curioso que seja o CDS, sempre tão amigo da iniciativa privada, a querer intervir de uma forma demagógica e ilegal na atividade da ANA Aeroportos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é que o senhor votou essa proposta? Votou contra!

O Orador: Relativamente a outras medidas que o CDS apresentou.

Falou aqui do estabelecimento prisional de Ponta Delgada. Toda a gente sabe e se não sabe eu digo aqui muito claramente, o Bloco de Esquerda de vários partidos (não era só o Bloco de Esquerda) tinham propostas alternativas sobre o estabelecimento prisional de Ponta Delgada para vários orçamentos de estado e foram aprovadas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual era a sua?

O Orador: ... em diferentes orçamentos de estado, redações diferentes, e a última que foi aprovada foi a redação que tinha sido proposta do Governo, porque houve, através das várias votações, propostas que foram chumbadas, inclusive a do Bloco de Esquerda, já agora, que também foi chumbada (já agora!), que era uma redação melhor ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma redação melhor! Não tinha dinheiro, mas era uma redação melhor!

O Orador: ... e que obrigava efetivamente a que os trabalhos se iniciassem durante este ano.

Mas, uma última nota para o CDS, que vem aqui e por vezes usa a palavra Venezuela como se fosse um grande ataque ao Bloco de Esquerda.

Esta questão, julgo eu, tem de ficar esclarecida de uma vez por todas nesta Casa.

O Bloco de Esquerda já disse o que é que pensa da Venezuela há muitos anos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não disse não! O que é que o senhor pensa?

O Orador: ... já disse, está escrito e toda a gente sabe. Aliás, muitas vezes disse-o ainda quando Paulo Portas e Nicolas Maduro abraçavam-se nos aeroportos, quando Maduro vinha a Portugal fazer os negócios que fez com Paulo portas. Sobre a Venezuela julgo que não vale a pena o CDS vir para aqui, para esta Casa, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É já a seguir!

O Orador: ... atirar com a Venezuela para o Bloco de Esquerda mais nenhuma vez e se vier, julgo eu, que a sua credibilidade é próxima de zero.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A sua é negativa já!

O Orador: Mas vamos àquilo que foram os compromissos da geringonça e aquilo que a geringonça conseguiu para os portugueses e para os açorianos. Escuso de lembrar, mas vou lembrar aqui várias medidas que estavam

efetivamente no acordo que o Bloco de Esquerda firmou com o Partido Socialista e que foram cumpridas e não há medida nenhuma que não tenha sido cumprida.

Descongelamento das pensões e aumento de pensões. Estavam congeladas há vários anos, antes do governo PSD/CDS já estavam congeladas, foram descongeladas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Finalmente disse uma verdade!

O Orador: É verdade!

Reposição de feriados. Foi cumprido.

O combate à precariedade no setor público com o PREVPAP, 25 mil trabalhadores integrados.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor é que veio corrigir por causa das críticas ao Governo da República e agora apoia?

O Orador: Descongelamento de carreiras foi cumprido.

Aumento do salário mínimo nos Açores foram quase 100 euros que foram aumentados em quatro anos. Milhares de açorianos e açorianas sabem que o salário mínimo foi aumentado e fez diferença na sua vida.

Fim dos cortes nos apoios sociais.

Fim do corte de 10% no subsídio de desemprego.

Aumento do abono de família.

Todas essas medidas as pessoas sabem que foram acordadas com o Bloco de Esquerda e foram cumpridas e aqui não há qualquer dúvida, não há qualquer ponto de discórdia e felizmente as pessoas, os açorianos e açorianas, sabem perfeitamente disso. Estas medidas foram todas cumpridas e todas propostas com uma linha muito definida: proteger os mais frágeis, proteger os trabalhadores, proteger aqueles que estão em situação mais frágil,

principalmente aqueles que foram mais atacados durante o período da Troika, durante o período da austeridade.

Agora, efetivamente houve propostas e houve compromissos da exclusiva responsabilidade do Governo da República que foram firmados com o Governo Regional, foram firmados numa declaração conjunta que está publicada e é de 2016 e aqui também não há dúvidas.

Certamente que houve coisas, houve medidas que foram cumpridas e não estamos a por isto em causa. Aliás, na minha intervenção inicial referi algumas. Certamente que há questões que foram cumpridas, mas naquilo que é mais importante, naquilo que é fundamental e naquilo que é mais premente muitas vezes ficaram muitas coisas por cumprir.

Relativamente ao estabelecimento prisional de Ponta Delgada gostaria de focar novamente este ponto que julgo que é de uma importância tremenda pelo seu impacto na vida de muitos açorianos que têm obviamente a sua liberdade limitada, mas que nos merecem todo o respeito como merece qualquer pessoa e aquela situação atenta contra os direitos humanos, contra a dignidade das pessoas e não pode continuar e é lamentável que se tenha passado quatro anos sem que nada se tivesse feito.

Já sei que podemos dizer que se lançou concursos, que se fez estudos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A vontade política foi noutra direção?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que o Bloco fez?

O Orador: ... que se arranjou um terreno ... Oh, meus senhores, mas quando há vontade política as coisas andam muito mais depressa.

É curioso e hoje faço essa questão: porque é que o único terreno que se arranjou para o estabelecimento prisional de Ponta Delgada tem um cone vulcânico gigantesco lá e é preciso removê-lo e colocá-lo noutra sítio?

Quer dizer, isto é absolutamente ridículo. Não havia outro terreno plano na ilha de São Miguel?

É incrível como é que uma situação destas continua.

Eu achei muito curiosa a visita da Sra. Secretária de Estado Adjunta da Justiça quando visitou a ilha de São Miguel, visitou o estabelecimento prisional de Ponta Delgada e visitou a tal famosa Mata das Feiticeiras.

Dizia-se na altura, numa peça até da RTP/Açores, que o concurso público ainda não tinha sido adjudicado e a verdade é que não tinha à data, o contrato ainda nem está assinado, não consta do portal dos contratos públicos, mas na altura já se via uma máquina a retirar bagacina do tal monte das Feiticeiras, do tal pico de bagacina e é uma curiosa constatação que antes do contrato assinado, antes de adjudicada a obra já há uma máquina a retirar bagacinas, mas é curioso que eu conheço aquele monte, conheço aquele pico e desde pelo menos 2005 aquele monte já tem remoção de bagacinas e a pergunta que eu faço ao Governo Regional é: quanto tempo é que vai demorar as bagacinas a retirar, uma vez que desde 2005 já retiram?

E já agora quem é que estava nesse dia e desde 2005 a retirar as bagacinas da Mata das Feiticeiras?

Porque há aqui perplexidades que julgo que são incríveis. Que não há feitiçarias, não deve haver, mas que há algumas questões muito obscuras naquele monte das Feiticeiras disso não há dúvidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Em relação à Mata das Feiticeiras é capaz de haver! É isso que o Bloco de Esquerda quer!

O Orador: Mas relativamente a outras medidas e outras questões que foram aqui também afloradas durante as várias intervenções que se seguiram.

Falou o Sr. Secretário Regional da revisão do subsídio de mobilidade. Ora, o subsídio de mobilidade está em revisão através de um grupo de trabalho há muitos meses, mas são muitos meses mesmo.

Eu relembro que em janeiro de 2018 o Sr. Presidente do Governo dizia, questionado sobre estes mesmos grupos de trabalho entre o Governo Regional,

o Governo da República e entre o Governo Regional da Madeira e o Governo da República, que esperava que houvesse conclusões desse grupo de trabalho até ao fim do ano. Ora, nós estávamos em 2018, em janeiro de 2018. Dezembro de 2018 já passou há seis meses e estamos à espera. Estamos à espera das conclusões deste grupo de trabalho e a minha perplexidade e a perplexidade do Bloco de Esquerda perante tudo isto é o que é que se passa com o grupo de trabalho?

Também se perdeu nas bagacinas, no nevoeiro da Mata das Feiticeiras?

É completamente incompreensível como é que se chega a este período e ainda não haja qualquer novidade sobre esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso que o Bloco de Esquerda quer!

O Orador: Relativamente a outras matérias: Cofaco.

Cofaco foi aqui já referida várias vezes a situação dramática dos trabalhadores da Cofaco que ficaram à espera efetivamente de uma majoração dos apoios sociais. Foi referido que havia uma proposta do PCP, permita-me que acrescente, e havia uma proposta do Bloco de Esquerda e ambas foram chumbadas, tiveram infelizmente o mesmo destino.

Deputado Luís Maurício (PSD): E antes disso, Sr. Deputado?

O Orador: Não contentes de terem chumbado uma, chumbaram também a do PCP.

Relativamente às questões dos avanços, ou supostos avanços na área do Observatório do Atlântico queria referir que as explicações do Sr. Secretário do Mar nós valorizamos muito, mas elas já foram dadas em 2017. Nós já as conhecíamos. Infelizmente nada se passou desde então, o que quer dizer que o projeto está também perdido nas bagacinas de outro gabinete talvez.

Mas o Sr. Secretário perguntou-me o que é que o Bloco de Esquerda pensa, o que é que imagina, o que é que preconiza para o Observatório do Atlântico.

Sr. Secretário, no âmbito da nova lei da ciência, do decreto lei que regulamenta a ciência em Portugal foi publicado há pouco tempo, como sabe. No mínimo o que aqui poderia ser construído, ... constituído, permita-me que corrija, era um laboratório de estado. No mínimo! Com investigadores do quadro, com recursos alocados, com projetos científicos onde esse laboratório possa efetivamente também concorrer e ir buscar mais recursos. Há centros de investigação em Portugal que vão buscar milhões.

O CIBIO no Porto agora há pouco tempo teve financiamento de mais de 150 milhões.

Ou seja, estamos a falar de outro nível de investigação e isso não se faz, na nossa opinião, com centros que permitem facilitar o contato entre investigadores como Air Centre, que isso é positivo, mas é pouco, é insuficiente.

Deputado Francisco César (PS): O senhor já foi ao Air Centre? Devia lá ir para perceber! Nós já fomos e percebemos!

O Orador: Isso é manifestamente insuficiente e ainda relativamente ao mar, permitam-me, porque essa matéria não foi aflorada nem pelo Partido Socialista, nem pelo Governo Regional, que diga ainda o seguinte.

Sobre o mar que eu julgo que todos concordamos que é uma situação e é uma questão central para os Açores. O Governo da República comprometeu-se a alterar o decreto lei que regulamenta a Lei de Bases do Mar. Não o fez durante quatro anos, não concedeu qualquer direito aos Açores no que diz respeito à gestão do mar. Foi preciso, como já disse, o Bloco de Esquerda nesta Casa apresentar uma proposta e o Partido Socialista ... aliás, o Governo Regional em seguida também o fez. A proposta está na Assembleia da República.

Mas eu pergunto: era mesmo preciso fazer tudo isso quando o Governo da República já se tinha comprometido em alterar esse decreto lei e nem isso o fez?

Mas nós porque é que não o faz. É porque tem outros planos para o mar dos Açores. Tem outros planos e a Ministra do Mar não quer que os Açores tenham efetivamente quaisquer direitos sobre o seu mar e sobre a sua gestão. Não quer e isso está bem claro ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é verdade o que o senhor está a dizer!

O Orador: ... até no programa do Governo que uma das estratégias para o mar em Portugal é, por um lado, o petróleo, e por outro, a mineração do mar profundo e essas matérias estão claras e é isso que nós temos de proteger, é isso que nós temos de defender e é na questão do mar que fica muito a desejar, ficou, até agora, tudo por fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e obviamente Membros do Governo:

Vou começar a minha intervenção sobre a questão da Cofaco e sendo picaroto obviamente isto é um assunto que a nós em particular nos diz muito e para isso já o colega Francisco Coelho transmitiu qual era a posição do PS/Açores e destes deputados relativa à introdução da norma do Orçamento de Estado proposta pelo PCP em que obviamente não concordamos com a posição dos deputados da República, quer do PS e também quer do PSD que se abstiveram. E sobre este assunto há uma história sobre as conserveiras na Região Autónoma dos Açores e recorde, por exemplo, o que foi feito em relação à TunaPesca e já referi isto aqui, nesta Casa, e depois vou dar uma explicação, porque recorde que na altura foram 100 trabalhadores para casa, sendo 80 mulheres, em que de facto a economia da ilha Pico era completamente zero ou as possibilidades de emprego eram muito escassas, na altura que a ilha era considerada ilha com futuro.

Obviamente que hoje, felizmente, a situação é outra. Foram criados mecanismos do ponto de vista dos apoios solidários e desde o início todas estas forças políticas aqui, nesta Casa, e os diferentes projetos de resolução e resoluções que foram apresentadas foram aprovadas por unanimidade e que envolvia um interesse dos trabalhadores do ponto de vista de adquirirem competências e de terem formação. A esse nível obviamente a Direção Regional de Emprego e Qualificação Profissional, em reunião com os trabalhadores e em articulação com a Escola Profissional do Pico, promoveu curso de formação de pescador de habilitação de escolaridade obrigatória, da capacitação de outra escolaridade como o 9.º ano e inclusive muitos e alguns desses trabalhadores arranjam emprego e outros também criaram as suas próprias empresas.

Obviamente que também aqui há um aspeto para nós importante que tem a ver com a frota pesqueira da Cofaco, os dois barcos que estavam, estão e encontram-se no estaleiro da Madalena, em que uma grande parte das tripulações neste momento está já a exercer a sua atividade num atuneiro, que é o *Rei dos Açores*, uma tripulação composta por 18 tripulantes, sendo 12 ou 13 oriundos de Cabo Verde que eram também trabalhadores da Cofaco e porque a própria economia da ilha do Pico e a dinâmica que tem vem potenciar empregabilidade, reconhecendo de facto que há aqui uma questão que para nós também é importante que é as senhores, em especial da faixa etária dos 50 anos, obviamente que as oportunidades de trabalho não são as mesmas.

Sinalizar aqui para nós, Grupo Parlamentar do PS, a questão da construção da nova fábrica que ainda no meio, digamos, destas indecisões e prorrogações de prazo, cremos que poderá acontecer o que para a ilha do Pico é extremamente importante e para o concelho da Madalena, porque envolve com certeza mais emprego, dinamizando a própria economia.

Mas também deixar aqui dois considerandos: um ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, António Lima, que os deputados do PS/Açores vergam-se ao PS nacional e conforme já foi transmitido pelo nosso colega Francisco que obviamente a nossa posição é completamente distinta do PS nacional; e também relativo ao colega Marco Costa que isto de facto é uma derrota para os picoenses e recorde de facto o papel que a República tem tido noutras matérias, em especial no sismo de 1980, em que grande parte do parque habitacional da ilha do Pico, concretamente o concelho da Madalena, Lajes e São Roque, sofreu uma grande requalificação com os apoios da República e recordando esse nível que também foi no Governo de Passos Coelho, aquando das intempéries da Terceira, qual foi o apoio da República a esse nível.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Sim, exatamente. À banca.

Finalizando, mostrar que da nossa parte há aqui uma preocupação constante relativamente a esta questão da Cofaco, na expectativa que de facto a Cofaco ... Sempre nos foi transmitido na altura, na Comissão de Economia, nas várias audições que fizemos, esse interesse de fazer a nova fábrica.

Reconhecer também aqui o papel importante que tem tido no acompanhamento desses trabalhadores a Direção Regional de Emprego e Qualificação Profissional que potenciou em estreita sintonia com eles, com parte deles, porque houve trabalhadores que não quiseram frequentar a formação, oportunidade de adquirir novas competências e essencialmente também (não foram muitos pela informação que eu tenho) de criarem também a sua própria empresa.

Portanto, em jeito de finalizar, obviamente que não ficámos contentes com a decisão que foi proferida do ponto de vista do Parlamento e não do Governo.

São duas coisas completamente distintas. Com certeza que perdemos uma batalha, mas de certeza que não vamos perder a guerra.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate de urgência que o Bloco de Esquerda aqui apresentou já vai numa fase adiantada, mas eu não gostaria que ele terminasse sem dar o meu contributo para este mesmo debate.

É evidente que dizer que a cooperação entre o Governo da República e o Governo da Região foi nula, tomara, quatro anos de exercício governamental alguma coisa se haveria de fazer. Agora, a questão é fazer precisamente o balanço entre aquilo que foi prometido e aquilo que efetivamente foi cumprido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O avalista aqui foi o Bloco de Esquerda!

O Orador: Esta é que é a questão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E queria referir exatamente a questões que constando do memorando e que não foram cumpridas, mas também outras questões que esta própria Assembleia Legislativa da Região se pronunciou, ou que até a própria Assembleia da República se pronunciou de forma unânime e que não foram cumpridas pelo Governo da República.

Portanto, no nosso entender o balanço passa também por aí. Passa não só pela análise dos compromissos escritos no âmbito do memorando de entendimento entre o Governo da República e o Governo da Região, aquando da visita do Primeiro Ministro aos Açores, mas também relativamente a outras matérias que

esta Assembleia Regional e a Assembleia da República por coincidência até por unanimidade fez aprovar e que o Governo da República fez orelhas moucas.

Eu avançaria, em primeiro lugar, com as questões relativas ao memorando. Já outros colegas tiveram oportunidade de intervir sobre essa matéria. Está muito longe o compromisso assumido pelo Governo da República relativamente às questões ambientais que afetam a ilha Terceira de ser cumprido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Exigia-se outro grau de compromisso do Governo da República relativamente à descontaminação dos terrenos da ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os vereadores do PSD são contra!

O Orador: É evidente, como disse no introito à minha intervenção, que alguma coisa foi feita, mas estamos muito longe daquilo que seria de esperar relativamente àquilo que foram os compromissos da República perante a Região e no âmbito do plano de revitalização especial da ilha Terceira em função do downsizing ocorrido na Base das Lajes.

Mas também matérias relativamente a outras questões, nomeadamente o estabelecimento prisional de Ponta Delgada, que continua a ser uma vergonha.

Bem me recordo das declarações de candidatos à Assembleia da República, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... à porta do estabelecimento prisional de Ponta Delgada, assumindo o compromisso de que agora é que ia ser, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Está a ser!

O Orador: ... o estabelecimento prisional de Ponta Delgada iria dar início à sua construção.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Cooperar como o próprio memorando, assim o dizia, na indicação de um terreno para a construção da cadeia de Ponta Delgada, cujo plano funcional se encontra em elaboração são duas inverdades, para não dizer duas mentiras.

Em primeiro lugar, porque escolher um terreno em que se prevê que sejam extraídos em dois anos (que não vão ser dois anos) toneladas de bagacina para a construção de um estabelecimento prisional, no meio de nevoeiro, não lembra o diabo, Srs. Deputados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

O Orador: Portanto, essa corresponde exatamente a uma atitude de quem na verdade não quer construir o novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Já tive oportunidade em outras circunstâncias de questionar o Governo se conhecia ou não o plano funcional do estabelecimento prisional. É que ninguém conhece o plano funcional do estabelecimento prisional de Ponta Delgada. Ninguém conhece!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está na bagacina!

O Orador: Como é que se escolhe um terreno para a construção de um estabelecimento prisional sem que o seu plano funcional seja conhecido?

Isto é começar, Sras. e Srs. Deputados, pelo teto, não é começar pelos alicerces.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas a gente está a ir muito depressa ou muito devagar?

O Orador: Isso é mais uma vez a prova de que não há responsabilidade nessa matéria.

Oh, Sr. Deputado Francisco Coelho, nós queremos sobretudo depressa, mas sobretudo ficamos impressionados com a visita turística, de verdadeira guia turística da Sra. Secretária de Estado Adjunto, à bagacina, onde mostrou o monte que lá estava da bagacina.

“Olhe, estão a ver! A máquina está a trabalhar! Isto agora é que vai ser!”

Portanto, eu pressupus que na verdade agora é que ia ser, mas digo-lhe uma coisa, pareceu-me ser uma atitude, diria, um bocadinho leviana da Sra. Secretária de Estado. Um bocadinho leviana!

Deputado Francisco Coelho (PS): Não era bem do seu tempo!

O Orador: Mas, repito, compromisso perante o estabelecimento prisional de Ponta Delgada é coisa que nós continuaremos a ver como algo muito distante. Não é sério, não é verdadeiro o interesse da construção de um estabelecimento prisional a tomar nota daquilo que foi feito até agora.

Mas outra matéria muito importante diz respeito à Região em que os Açores foram tratados, nomeadamente as crianças, como portugueses de segunda, que diz respeito ao Centro Tutelar Educativo de Menores.

Deputado João Bruto da Costa e Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD apresentou aqui um projeto de resolução, aprovado por unanimidade nesta Casa, e o que é que a Sra. Ministra da Justiça diz?

“Bom, isso agora, as criancinhas dos Açores são poucas. Nós não precisamos de Centro Tutelar Educativo nenhum nos Açores. As crianças que venham para cá que a gente trata delas. Porque é que havíamos de fazer agora um Centro Tutelar Educativo de Menores nos Açores? Mas para quê?”

Mais uma vez nessas circunstâncias os Açores e os açorianos foram tratados como portugueses de segunda e em relação a isso o Governo da República e o Governo Regional têm de ser naturalmente penalizados perante esta situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas relativamente às questões das forças de segurança. Houve o reforço de forças de segurança naturalmente na Região. Em cada um dos mandatos os Governos da República têm feito um esforço para colocar efetivos na Região, mas enfim, ainda não correspondem às necessidades. Esperemos que

esse esforço continue a ser feito, como também em relação às infraestruturas para a PSP.

Mas é engraçado, o Governo da República está tão interessado em cooperar com a Região e tão interessado em cooperar com os municípios que o município da Ribeira Grande, na ilha de São Miguel, propõe-se mediante um protocolo estabelecido com o Ministério da Administração Interna de promover as obras necessárias a que uma esquadra nova da PSP seja uma realidade na cidade da Ribeira Grande, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... o protocolo é assinado em 2015, o Ministério da Administração Interna aprova o projeto, incluindo o projeto de especialidades, em 2017, e depois inventa um conjunto de situações sucessivas para não permitir que a nova esquadra da Ribeira Grande seja uma realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Pergunto-vos, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque será? Eu penso que o Sr. Deputado Carlos Silva dará facilmente resposta a esta minha interrogação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Porque será?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Haveria outras matérias que são bem o espelho daquilo que se promete e não se cumpre, mas se há comparação a fazer entre o atual Governo da República e aquele que o precedeu, oh, Sras. e Srs. Deputados, sejamos sinceros. A liberalização do espaço aéreo nos Açores foi a segunda revolução a seguir à

revolução da liberdade que aconteceu nos Açores e isso é obra do Governo do PSD e do CDS na República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: Foi a liberalização do espaço aéreo que permitiu o crescimento económico, permitiu a geração de emprego e permitiu a obtenção dos dados que os senhores muito provavelmente na próxima quinta-feira aqui irão falar, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor não conhece os dados turísticos dos Açores!

O Orador: ... mas há gente que foi responsável por isso contra aquilo que os senhores até então pensavam. Foi um governo central do PSD e do CDS na República.

Mas, oh, Sras. e Srs. Deputados, para além de uma incorreção que eu queria, com a devida humildade, Sr. Deputado Francisco Coelho, fazer-lhe, lembrando que a convergência elétrica nos Açores foi assinada por um Ministro da Economia de um governo de Durão Barroso, chamado Carlos Tavares. Isso não foi obra de um governo do PS na República.

Deputado Francisco Coelho (PS): Quem é que reivindicou?!

O Orador: Isso foi obra de um governo do PSD, assinada pelo Ministro Carlos Tavares, que na altura transferiu para a EDA 53 milhões de euros que o Estado devia à Região.

“O seu a seu dono”, Sr. Deputado!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: “O seu a seu dono”, Sr. Deputado!

Mas queria lançar ao Governo Regional um outro desafio, um desafio de perante a República podermos resolver uma questão que é uma questão para as autarquias que é prevalente há muitos anos, que é a devolução do IRS às autarquias da Região.

Deputado João Bruto da Costa e Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: O que é que fez o Governo Regional, perante o Governo da República, para que essa matéria fosse resolvida?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem lembrado!

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito bem!

O Orador: Continuam os municípios dos Açores à espera daquilo que na realidade têm direito e que o Governo da República os continua a retirar. O que é que os senhores fizeram sobre isso?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muitas outras matérias nós poderíamos aqui trazer, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também já chega!

O Orador: ... mas queria deixar uma última palavra no que diz respeito às matérias da saúde.

Recordo-me bem de em debates nesta Casa acusarem o Governo da República de nada fazer para que o encontro de contas entre os Açores e a República fosse feito e chegaram a acusar, inclusivamente, o Governo de Passos Coelho de só ter promovido uma única reunião desse grupo de trabalho.

Pois, então, meus senhores, onde é que estão as contas? Onde é que estão as contas?

Os senhores foram incapazes perante a República de demonstrar aquilo que a República devia aos Açores em função dos gastos de saúde ocorridos por cidadãos que não açorianos em instituições do Serviço Regional de Saúde. Os senhores foram totalmente incapazes de demonstrar isso, de demonstrar o quanto a República devia à Região e a Região naturalmente ficou penalizada por essa questão.

Agora não interessa falar nisso que o Governo dos Açores é do PS e o Governo da República é também um Governo do Partido Socialista com o apoio parlamentar do Bloco de Esquerda e do PCP. Agora não interessa falar sobre esse assunto. Não altura caiu o “carmo e a trindade” sobre esta matéria e procurou-se transformar isso numa situação paralela que é a que sempre decorreu da prestação de cuidados de saúde que decorre da responsabilidade na prestação de cuidados de saúde a cidadãos açorianos no utente e a cidadão continentais nos Açores, como se alguma vez, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... algum Governo tivesse impedido um cidadão açoriano de ser tratado no continente. Não foi preciso acordos desse género para que açorianos pudessem ser lá tratados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para o debate.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional, Berto Messias.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Depois desta intervenção em tom, diria, sacerdotal, do Sr. Deputado Luís Maurício ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Oh, Sra. Presidente, estamos aqui no Parlamento! Haja respeito!

O Orador: ... há algo que se impõe referir. Eu percebo esta tentativa ...

Deputado Marco Costa (*PSD*): A gente é que não percebe a sua tentativa!

O Orador: ... do Sr. Deputado Luís Maurício de tentar reescrever a história. É, aliás, uma tentativa que tem muito que ver com uma situação sobre a qual o PSD está um pouco, permitam-me a expressão, entalado. É que dentro de poucas semanas o Sr. Deputado Luís Maurício e os deputados do PSD terão que andar nos Açores a fazer campanha ao lado de Rui Rio ...

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Que resposta é essa!

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): Ao lado do Sócrates!

O Orador: ... e a apelar aos açorianos que votem em Rui Rio, alguém que tem um passado recente, enfim, muito pouco abonatório no que se refere aos Açores, ...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): O problema não são os incumprimentos do Governo da República!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Quem andou com o José Sócrates!... A gente vamos andar é com o José Sócrates!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... não só pela forma como tratou o PSD/Açores no âmbito da lista às eleições europeias, mas pelo facto de ter reduzido os Açores numa avaliação simplista ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e contabilística dizendo que os Açores não são importantes, que valem apenas 12 mil votos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Portanto, eu bem percebo o incómodo do Sr. Deputado Luís Maurício e o seu esforço.

Também é preciso dizer o seguinte, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Maurício, Sra. Deputada Mónica Seidi, é preciso ter lata para vir aqui com este registo ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O que é que é lata, Sra. Presidente?

O Orador: ... depois dos senhores terem estado no Governo da República entre 2011 e 2015 e todas as questões que o Sr. Deputado Luís Maurício refere ficaram na gaveta. Não saíram da gaveta.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Estiveram escondidas por falta de empenho e de solidariedade do Governo do PSD.

Deputada Mónica Seidi (PSD): É a mesma falta de solidariedade que o senhor teve agora!

O Orador: E também sejamos justos. Terminou a sua intervenção, Sr. Deputado Luís Maurício, com o desprante de se vir dar ao direito do novo modelo de acessibilidades aéreas na Região ser um mérito do PSD.

Oh, Sr. Deputado Luís Maurício, em 2011 o Governo Regional, através do Secretário Regional da Economia, reuniu com o Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, apresentou a proposta e o Ministro Álvaro Santos Pereira pôs a

proposta na gaveta, onde esteve três anos e foi recuperada quando assumiu funções o Ministro do CDS-PP, António Pires de Lima.

É preciso ter muita lata, Sr. Deputado Luís Maurício!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E também, Sr. Deputado, os senhores gostam muito de falar no PREIT.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ao que isto chegou!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o PREIT trouxe-nos, por exemplo, a certificação do aeroporto da ilha Terceira. Recorda-se o Sr. Deputado, quando era Secretária de Estado da Defesa a Dra. Berta Cabral que junto ao aeroporto disse que ia certificar e não certificou coisíssima nenhuma, Sr. Deputado?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Essa parte caiu bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Lembra-se o Sr. Deputado desse momento?

Deputada Mónica Seidi (PSD): E a descontaminação?

O Orador: E relativamente ao estabelecimento prisional de Ponta delgada. O que é que fez o Governo do PSD e do CDS relativamente ao estabelecimento prisional de Ponta Delgada?

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhores é que disseram que era agora!

O Orador: O que é que fez o Governo do PSD e do CDS relativamente a essa matéria? Nada!

E relativamente ao Centro Tutelar Educativo, Sr. Deputado, foi o Secretário de Estado desse Governo que pôs na gaveta a proposta que vinha do Governo anterior relativamente à construção de um Centro Tutelar Educativo e que pura e simplesmente matou o projeto do novo Centro Tutelar Educativo para a nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, o Sr. Deputado tem a legitimidade de vir aqui dizer o que muito bem entender, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Os senhores é que tratam os açorianos como portugueses de terceira!

O Orador: ... mas não tem o direito de tentar reescrever a história, porque aquilo que o senhor afirmou pura e simplesmente não corresponde à verdade.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso! Devolvo-lhe essa questão!

O Orador: Relativamente ao estabelecimento prisional de Ponta Delgada a remoção de bagacinas vai avançar. Há uma contestação relativamente a um concorrente que ficou em segundo lugar, porque perdeu a possibilidade de remover essas bagacinas. São processos administrativos que num estado de direito têm obviamente de ser acautelados.

Relativamente às questões referidas pela Sra. Deputada Mónica Seidi, pelo Sr. Deputado Artur Lima, relativamente à descontaminação é de facto necessário que tudo seja intensificado e nós precisamos que a descontaminação avance com maior celeridade.

Mas relativamente à transparência é preciso dizer e referir que a transparência foi amplamente reforçada porque hoje são públicos no portal do Ambiente tudo aquilo que são os relatórios e os trabalhos desenvolvidos no âmbito do processo de descontaminação das zonas circundantes à Base das Lajes.

E também é preciso dizer que foi o atual Governo da República que assumiu no Orçamento de Estado apoiar financeiramente o reforço de análises à água da Praia da Vitória para consumo humano.

E Sr. Deputado Luís Maurício, vem o Sr. Deputado falar na reciprocidade entre o Serviço Regional de Saúde e o Serviço Nacional de Saúde?

Deputado Luís Maurício (PSD): As contas, as contas!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, certamente que o Serviço Nacional de Saúde não impedia que um açoriano fosse tratado no Serviço Nacional, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Nunca!

O Orador: ... mas no fim o Serviço Nacional mandava a fatura para os Açores. No fim, o Serviço Nacional de Saúde mandava a fatura para os Açores ...

Deputado Luís Maurício (PSD): E as contas? Os senhores nunca fizeram as contas!

O Orador: ... e isso felizmente acabou, felizmente terminou por entendimento e cooperação entre o Governo da República e o Governo da Região Autónoma dos Açores, o que não aconteceu no Governo anterior.

Relativamente às referências que foram feitas e às questões colocadas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já passam cinco minutos da hora!

O Orador: ... no âmbito do porto da Praia dizer que relativamente ao concurso de *transshipment* a declaração de impacto ambiental será apresentada muito brevemente. Está a terminar o período de discussão pública no âmbito da necessidade de emitir uma declaração de impacto ambiental e posteriormente a isso será também tornado público o concurso para o terminal de *transshipment* no porto da Praia para onde contamos também com o apoio do Governo da República.

Relativamente à instalação do LNG. Sras. e Srs. Deputados, os Açores, através da Portos dos Açores, e o Governo Regional, estão na vanguarda no nosso país daquilo que deve ser a estratégia de instalação de LNG na nossa Região.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É mais na retaguarda!

O Orador: Fazemos parte de uma parceria internacional que junto do Banco Europeu de Investimento está a fazer as avaliações e os estudos necessários para instalar nos Açores, sendo o porto de referência para essa instalação o porto da Praia da Vitória, a aposta no LNG.

Devo anunciar também que amanhã, precisamente amanhã, na Academia de Juventude da Praia da Vitória haverá uma reunião com um conjunto de especialistas e participantes nesse consórcio e nessas parcerias precisamente para avaliar o ponto de situação desta questão.

Relativamente à certificação da pista, foi referida aqui pela Sra. Deputada Mónica Seidi, que decorre do PREIT. Sras. e Srs. Deputados, nós agora temos que resolver um conjunto de questões administrativas sobre a publicação e sobre o manual do aeroporto, mas, Sras. e Srs. Deputados, desde que houve a certificação e que foi assinado o protocolo quantas notícias os senhores ouviram sobre cancelamento de aeronaves no aeroporto da ilha Terceira?

Quantas notícias os senhores ouviram em que os militares impediram que a aviação civil aterrasse na Base das Lajes?

Não ouviram nenhuma. Zero notícias relativamente a essa matéria, ...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque pura e simplesmente não aconteceram.

Os senhores, a Dra. Berta Cabral enquanto Secretária de Estado da Defesa, dizia que ia certificar, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Não certificou nada!

O Orador: ... não certificou nada e nós definimos um prazo de dois anos para certificar aquela aerogare. Antes dos dois anos certificámos. A certificação está em curso. Será publicado o que tem de ser publicado a bem da ilha Terceira e consequentemente dos Açores.

Para terminar, relativamente ao PREIT, a Sra. Deputada Mónica Seidi gosta muito de falar no Plano de Revitalização da Ilha Terceira, tentando também, digamos, reescrever a história, ou seja, eu recordo quando nós votámos aqui uma resolução proposta pelo PS para o apoio deste Parlamento ao Plano de Revitalização da Ilha Terceira que o PSD não votou a favor dessa resolução.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Aquilo não era para cumprir!

O Orador: O PSD não votou a favor da resolução que materializava o Plano de Revitalização da Ilha Terceira.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores não estão a cumprir nada daquilo!

O Orador: Portanto, agora tenta, enfim, vir disfarçar, muito preocupada com o PREIT quando os senhores não apoiaram o PREIT e não estiveram ao lado do PREIT.

Mas nesse âmbito o Plano de Revitalização da Ilha Terceira foi um documento orientador que continha um conjunto de iniciativas, muitas delas já materializadas: a certificação, a resolução dos problemas laborais, a capacidade que nós tivemos de garantir a reforma de muitos daqueles trabalhadores, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Promessas feitas ao longo de vários anos!

O Orador: ... a reintegração dos trabalhadores que lá estavam e que foram reacomodados nos lugares que ficaram vagos devido às reformas, as alternativas que estamos a conseguir, o facto de termos a Ryanair a operar para a ilha Terceira decorre também do PREIT, as alternativas no âmbito do Air Centre, as parcerias em que estamos a trabalhar no âmbito de novas valências e de novas atividades económicas na nossa Região, a majoração dos apoios sociais que nós conseguimos para a ilha Terceira.

Sra. Deputada Mónica Seidi, se isto não é revitalizar a ilha Terceira, desculpe, eu não sei o que é que é. Prova disso é facto de hoje termos indicadores muito

claros sobre a evolução económica daquela ilha em particular e da nossa Região.

Sras. e Srs. Deputados, o Governo dos Açores está plenamente convicto do trabalho positivo que tem desenvolvido em parceria com o Governo da República, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... que contrasta escandalosamente com ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Com o José Sócrates!

O Orador: ... a falta de atenção e de cuidado que o anterior Governo da República ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... tinha para com a nossa Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo também esgotou o seu tempo para este debate.

As restantes inscrições ficarão para a tarde e o Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos restantes.

Secretário: O Governo esgotou o seu tempo; o Partido Socialista tem 11 minutos e 42 segundos; o PSD esgotou o seu tempo; o CDS-PP dispõe de 5 minutos e 13 segundos; o Bloco de Esquerda dispõe de 2 minutos e 41 segundos; o PCP dispõe de 2 minutos e 59 segundos; e o PPM dispõe de 2 minutos e 22 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 13 minutos.

Vamos dar continuidade ao debate de urgência requerido pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate já vai adiantado, já possibilitou naturalmente um conjunto de esclarecimentos, mas relativamente a algumas questões que foram aqui aventadas, designadamente pela Sra. Deputada Mónica Seidi, eu gostava de lembrar o seguinte.

Relativamente aos acordos da Base das Lajes. Sras. e Srs. Deputados, é importante termos presente que esses acordos não foram propriamente revistos nos últimos quatro anos e que esses acordos têm já um conjunto de anos e que algumas dessas normas, inclusive, vêm de anteriores acordos para os atuais. Portanto, não havendo dúvidas que os acordos devem, em primeiro lugar, ser cumpridos naquilo que é a sua letra, o seu espírito, porque os contratos são para ser cumpridos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda bem!

O Orador: ... também as convenções internacionais, a verdade também é que o direito internacional público, como sabemos todos e como alguns aprenderam

no tempo e sítios respetivos, não têm polícia, nem juiz. Portanto, a sua implementação prática, a sua coercibilidade depende muito da correlação de forças internacionais e nós sabemos também, neste caso concreto, qual é o nosso aliado e a sua posição na geopolítica global.

Eu gostava de lembrar que é uma velha questão defendida pela parte portuguesa, pelo estado português, que esses acordos devem ter como direito subsidiário a legislação portuguesa, designadamente a legislação portuguesa de trabalho em caso de lacuna ou omissão.

Mas eu gostava também a este respeito de lembrar que alguns problemas que agora têm sido aventados como sendo novos, não são, é bom que tenhamos a consciência disso, nada novos e têm sido colocados recorrentemente e às vezes com um cumprimento mais cabal, outras vezes com um cumprimento menos cabal ou mais defeituoso, designadamente a questão da medicina no trabalho, que já teve outros desenvolvimentos ao nível da Base das Lajes, inclusive com companhias seguradoras e com pessoal de saúde e também é preciso lembrar o seguinte. Nalguns casos, felizmente, (e estou a lembrar-me do último despedimento) ainda bem que o que foi aplicado foi a letra do acordo na sua previsão e não a legislação portuguesa. Basta-me dar um exemplo muito simples: ao nível da indemnização por despedimento estes trabalhadores receberam um mês de indemnização por cada ano de antiguidade; se estivesse em vigor a laboral alterada pelo último Governo da República teriam recebido de indemnização 12 dias por cada ano de antiguidade.

Portanto, é bom ver todas estas questões.

Também a respeito do PREIT. Eu gostava de lembrar que tudo o que diz respeito à Região há muito que se encontra cumprido na íntegra e que o PREIT tem um espírito que é o espírito de compensar o downsizing, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda bem!

O Orador: ... downsizing esse, felizmente, que naquilo que diz respeito à situação dos trabalhadores (e a esse nível pessoal), independentemente dos problemas que levanta para futuro e que nós reconhecemos, nomeadamente ao nível dos postos de trabalho futuros na Base das Lajes, as coisas devido a uma concertação de esforços correram bem. Eu já tive oportunidade de aqui discutir isso, inclusive também num debate em que tive até oportunidade de referir o trabalho construtivo desempenhado pelo PSD/Açores e pelo seu líder de então, Duarte Freitas, conjuntamente com o Governo Regional, conjuntamente com o Governo da República, e também lembrei (e também é bom lembrar) que além das indemnizações terem sido pagas, ter sido feito um esforço de seleção desses trabalhadores no sentido de serem os mais antigos a rescindirem os seus contratos, que esses trabalhadores também beneficiaram e beneficiam, felizmente, de uma lei que o Partido Socialista propôs na Assembleia da República em 96 e que confere a esses trabalhadores uma pensão especial. Portanto, o Partido Socialista, nesta matéria, pode orgulhar-se de também ter feito o seu trabalho.

A respeito do GNL que aqui se falou. Bom, eu li notícias recentes, inclusive também referiam o CDS e o Sr. Deputado Artur Lima, e também vejo notícias recentes no sentido de que um dos motores da EDA na Terceira já está preparado para funcionar também com este combustível que será importante ao nível da rentabilização e do uso deste tipo de combustível no porto da Praia da Vitória.

Relativamente ao aeroporto da Horta gostava de complementar com o seguinte. É evidente que quando houve uma concessão que não previa qualquer ampliação da ANA à multinacional Da Vinci isso traz condicionantes e é verdade também que aquilo que é neste momento a posição do atual Governo da República e este Parlamento tem notícias muito recentes disso na reunião que teve na passada sexta-feira com o Sr. Ministro das Infraestruturas e creio

que estarão todos bem informados acerca do que o Sr. Ministro disse, quer ao nível da necessidade de se alargarem as margens de segurança RESA, quer também ao nível das possibilidades que tem haver com o futuro quadro comunitário de eventualmente, e apesar das dificuldades e das condicionantes já referidas, isso se efetivar.

(Aparte inaudível)

O Orador: Já lá vamos!

No entanto, o Sr. Deputado Luís Maurício também resolveu enriquecer este debate com a sua participação. Eu gostava, a respeito de algumas coisas que referiu, Sr. Deputado Luís Maurício, de lhe lembrar o seguinte: tal como a Base das Lajes, tal como o princípio da aplicação subsidiária da legislação portuguesa, também a contaminação e a necessidade de descontaminação não surgiu em outubro de 2015 e esta Casa sabe-o bem, porque eu tive oportunidade, como Presidente da CAPAT, e numa iniciativa resolutiva do Bloco de Esquerda, de reunir com o anterior Governo da República sobre esta matéria e fiquei um pouco surpreendido, porque o anterior Governo da República não tinha nem consciência, nem conhecimento deste problema. Nem conhecimento deste problema!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E deu uma carga de trabalhos!

O Orador: E há aqui alguns deputados que estiveram nesta reunião e que sabem que isso é bem verdade.

Depois, Sr. Deputado, é preciso um certo rigor. A convergência do tarifário elétrico foi reivindicada pelo Partido Socialista no seu programa eleitoral em 1996, foi negociada com o então Ministro das Finanças do Governo de António Guterres, Pina Moura, foi acordada e posteriormente houve necessidade de fazer um acerto das indemnizações que algumas delas, quando foi apurado esse

diferencial, já foi pago depois, mas é naturalmente algo que continua sempre em execução, ainda hoje está em execução esse princípio. Portanto, para darmos o seu a seu dono.

Também gostava de dizer o seguinte. O Sr. Deputado manifestou a sua satisfação pelo facto de durante os tempos de Passos Coelho nenhum açoriano ser expulso ou não ter acesso ao Serviço Nacional de Saúde, embora depois a conta fosse mandada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até antes disso!

O Orador: Eu gostava sobre isso, Sr. Deputado, de lhe dizer o seguinte. Vi aqui um esforço, um sentido de reabilitar o Governo de Passos Coelho e os Governos da República do PSD. Eu sei, Sr. Deputado, que o PSD/Açores está neste momento órfão de Rio e que eventualmente sente a necessidade do conforto de adotar um melhor pai, ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): O Sócrates!

O Orador: ... mas tenho a certeza se for ao baú adotar um melhor pai do que Passos Coelho, até porque V. Exa. se me permite correu o risco que nós mais ou menos todos, ou muitos de nós, o PS também, começou por assacar ao proponente deste debate, que quer por um lado “sol na eira e chuva no nabal”. Pois eu temo que V. Exa. tenha incorrido, Sr. Deputado Luís Maurício, no mesmo pecado quando elogia o Governo de Passos Coelho que não expulsou os açorianos do Serviço Nacional de Saúde também compra o pacote e também elogia o Dr. Passos Coelho que veio à Horta dizer que a ampliação do aeroporto da Horta não era para se fazer ou não?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E fez? Já se fez? É preciso ter lata!

O Orador: O Primeiro-Ministro Passos Coelho que disse que o seu governo encomendou um estudo para legitimar a desnecessidade de agentes regionais dos Açores da RTP? Sim ou não?

É porque depois não se pode entender o que dizem os Srs. Deputados do PSD à Assembleia da República sobre a essencialidade e a imparcialidade da RTP/Açores.

Também apoia o Primeiro-Ministro Passos Coelho (na altura não nos pareceu) quando ele se mostrou absolutamente indiferente e insensível a apoiar a Região aquando das calamidades de 2015 ou não?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é bem assim!

O Orador: Também concorda com a abstenção liberal do Sr. Primeiro-Ministro Passos Coelho em plena campanha eleitoral que nada fez para que uma low cost voasse para a Terceira?

V. Exa. caiu no mesmo pecado, mas acho que com maior gravidade que o Sr. Deputado António Lima. Tem que ver se quer recorrer ao Sr. Primeiro-Ministro Passos Coelho e ao seu Governo ou se não quer, se foi bom ou se não foi, ou então já sabemos que o que é bom deve-se à inspiração do PSD/Açores, o que não é bom o PSD/Açores obviamente não tem nada a ver com isto.

Por parte do Partido Socialista o que nós dizemos é que reconhecemos a utilidade deste debate, qualquer altura é uma boa altura para nós fazermos um balanço entre aquilo que é o relacionamento e o cumprimento dos diversos compromissos políticos entre a Região Autónoma dos Açores e os diversos governos da República.

Estamos dispostos para fazê-lo a qualquer momento, numa postura crítica, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... construtiva e pedagógica, mas não temos dúvidas se relativamente a este Governo da República o seu relacionamento ou o seu cumprimento seja absolutamente perfeito, também temos perfeita consciência de que ele foi positivo, de que ele cumpriu a esmagadora maioria dos seus compromissos, que ele foi infinitamente melhor do que o Governo da República anterior e que ele prosseguiu a senda e a tradição de uma política solidária dos

Governos da República do Partido Socialista para com a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora então a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Tenho aqui uma fotografiazinha em que estão os representantes ...

(Neste momento, o Orador mostra uma fotografia à câmara)

... do Bloco de Esquerda, do PCP e do Partido Socialista a assinar o acordo, a assinar o acordo para a formação do Governo da geringonça, um governo ou um candidato a Primeiro Ministro teria sido derrotado nas urnas e sabe uma coisa, Sr. Deputado? Sabe uma coisa, Sr. Deputado?

Sabe porque é que Bloco de Esquerda inscreveu no acordo em relação aos Açores ... É que a palavra Açores nem lá estava, e portanto, o senhor e o Bloco de Esquerda em relação às contrapartidas que o Bloco de Esquerda exigiu no âmbito da defesa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e do desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores o Bloco de Esquerda não inscreveu lá nenhuma alínea.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nenhuma alínea, nenhuma contrapartida para os Açores e devo dizer também já agora que não inscreveu nenhuma contrapartida para os professores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Isso é que é!

O Orador: E agora quero dizer-lhe o seguinte: vi ao longo deste debate o mesmo debate que aqui se realiza há muitos anos. O PS culpa os Governos da República do PSD, o PSD culpa os Governos da República do Partido Socialista, porque a verdade é que no âmbito da nossa presença na Assembleia da República, dos nossos Deputados que estão na Assembleia da República, o que eles fazem é cumprir a disciplina partidária e votar de acordo com o que manda Lisboa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e essa não é a solução para os Açores e é por isso que, do ponto de vista político, o nosso sistema está estagnado. A solução é esta. Tenho aqui uma notícia de *La Vanguardia* e o título é o seguinte: *O orçamento de Rajoy significa um motim para as Canárias e Cadiz*. Nesta notícia depois desenvolve-se aqui e diz-se que o deputado da Nova Canárias conseguiu inscrever 339 milhões no Orçamento da Região.

Mas isso nos Açores, no Orçamento do país para a Região, na nossa Região ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

... não é possível, porque os partidos regionais estão proibidos, não estão em mais nenhum sítio da Europa, os partidos regionais só estão proibidos na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira no conjunto do Estado, por isso há uma solução e a solução é ter uma coligação especificamente açoriana que no âmbito da negociação do Orçamento de Estado apenas tenha alíneas que têm a ver com a defesa dos interesses dos Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e é isso que eu penso apresentar no dia 6 de outubro aos açorianos, uma opção especificamente para os Açores, com um programa especificamente para os Açores em que as contrapartidas que serão negociadas no âmbito do Orçamento de Estado serão contrapartidas inteiramente para os Açores. Esta é que é a solução.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Em coligação com o Basta ou sem coligação com o Basta!?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa)

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Naturalmente, Sr. Deputado Bruto da Costa, mas isso é recorrente. Quando eu começo a minha intervenção o Sr. Deputado tem sempre uma conversa. É recorrente. Eu não posso fazer outra coisa.

Exatamente! Eu tenho o mau hábito de falar quando os senhores estão a conversar. É uma chatice, mas o que é que se há de fazer!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De facto, o que nós assistimos aqui hoje foi a uma ... Temos de estar de acordo com a ideia que o Bloco de Esquerda abriu hoje nos Açores a campanha eleitoral para as legislaturas.

O Bloco de Esquerda veio aqui renegar as suas responsabilidades na governação da República. O Bloco de Esquerda veio aqui renegar também a sua doutrina e a sua história.

Então no Bloco de Esquerda já se esqueceram do modelo político e económico que muitos dos seus dirigentes e militantes defendiam nos anos 60, 80 e 90? Já se esqueceu?

Está a correr bem.

Então o Bloco de Esquerda já renegou o marxismo e o animismo da UDP?

Então o Bloco de Esquerda já renegou o trotskismo do PSR?

Então o Bloco de Esquerda já não se lembra do apoio que um dos seus partidos fundadores deu ao Otelo Saraiva de Carvalho em 1976?

Deputado António Lima (BE): Deu-se ao trabalho de escrever isso?

O Orador: Lembra-se de quem é o Otelo Saraiva de Carvalho?

Isso é o dossier bloco.

Então no BE já ninguém de lembra da inspiração maoista e do fascínio pela República Socialista Popular da Albânia que alimentavam um dos seus partidos, a UDP? Não se lembra, Sr. Deputado?

Então o BE já se esqueceu ou já esqueceram o entusiasmo ideológico que há bem pouco tempo, do fascínio que tinham por Hugo Chávez, levado em ombros, pela sua luta contra o imperialismo? Quer que lhe lembre o que é que dizia, Sr. Deputado?

Dizia assim, isto foi há seis ou sete anos atrás, é da sua era, é da sua época: “BE destaca papel de Chávez na luta contra o imperialismo.”

Ouçam bem isto, esta pérola: “Hugo Chávez foi um dos rostos que no continente sul americano esteve no vasto movimento que procurou libertar o continente da dependência do FMI e que procurou criar um modelo de desenvolvimento alternativo.”

Está à vista o modelo de desenvolvimento alternativo que Hugo Chávez criou, que os senhores alimentaram e que os senhores apoiaram: a fome e a miséria do povo venezuelano que está agora à vista, Sr. Deputado.

Mas tenho uma pergunta para lhe fazer, para terminar: qual foi a linha vermelha que o senhor traçou no Orçamento de Estado relativamente aos Açores para dizerem “se não cumprirem isto o BE não aprova o Orçamento de Estado”?

O senhor colocou no Orçamento de Estado a verba necessária e suficiente para a construção da cadeia de Ponta Delgada e dizer assim: “Se os senhores não aprovarem a verba o BE chumba o Orçamento de Estado; se os senhores não aprovarem a verba para aumentar o aeroporto da Horta, o BE chumba o Orçamento de Estado”?

Quais foram as linhas vermelhas que os senhores colocaram no Orçamento de Estado? Nenhuma!

Foram subservientes e não defenderam os Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado António Lima inscreveu-se para?

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, para um protesto às declarações do Sr. Deputado Artur Lima que referiu que o Bloco de Esquerda apoiou fome e miséria.

Presidente: Tem a palavra.

Dispõe de três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, eu julgo que três minutos são manifestamente demais para responder a tanta calúnia e a um nível tão baixo de debate que se traz a esta Casa a que o Sr. Deputado Artur Lima infelizmente já nos habituou.

Os negócios que Nicolas Maduro fazia com Paulo Portas (e fez) foram por demais reconhecidos por todos e o Bloco de Esquerda fez a seu tempo toda a crítica ao regime da Venezuela atual de Nicolas Maduro ...

(Neste momento, o Sr. Deputado Artur Lima mostra ao Deputado António Lima um documento)

O Orador: ... e já foi absolutamente claro na sua crítica durante vários anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Esta política baixa que o CDS teima em fazer nesta Casa, que é também ela a causa da abstenção, do afastamento das pessoas da política, já devia ter acabado há muito tempo, mas eu não vou efetivamente alimentar esta trica política, porque acho que ela não merece, mas acusar o Bloco de Esquerda de ter alimentado fome e miséria ultrapassa todos os limites da decência, palavras estas que não deviam (não deviam!) ser ditas nesta Casa e já agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima devia ser cortada quando ele diz essas coisas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto, Sr. Deputado Artur Lima, dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, eu fico na dúvida se devo também pedir a palavra para um protesto, porque eu também fui ofendido quando este senhor diz os negócios de Portas com Chávez.

Deputado António Lima (BE): Com Maduro!

O Orador: Com Maduro. Com Chávez.

Portanto, eu se calhar vou pedir um protesto a seguir, mas tinha que pedir imediatamente às declarações, portanto, eu estou numa condição regimental que não sei como é que hei de fazer, Sra. Presidente.

Presidente: Usar a palavra no âmbito do contraprotesto parece-me mais avisado.

O Orador: Sim, senhora. Fica um contraprotesto alargado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Oh, Sr. Deputado António Lima, eu percebo que isso o incomode, porque incomodava qualquer cidadão, qualquer cidadão ficava incomodado, mas eu vou ler o que os senhores disseram: ...

Deputado António Lima (BE): Espero que seja o que foi escrito!

O Orador: “BE destaca papel de Chávez na luta contra o imperialismo.”

Deputado António Lima (BE): Há quantos anos?

O Orador: Está aqui escrito.

Oh, Sr. Deputado, quando é que Hugo Chávez foi governante da Venezuela?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: “Hugo Chávez foi um dos rostos que no continente sul americano esteve num vasto movimento que procurou libertar o continente da dependência do FMI e procurou criar um modelo de desenvolvimento alternativo.”

O modelo de desenvolvimento alternativo que Hugo Chávez criou foi Nicolas Maduro, é o que está em vigor na Venezuela, é o socialismo “vulgariano” que os senhores apoiam ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e na Venezuela há fome e miséria e gente a fugir e a ser perseguida ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, não vamos insistir nas questões para evitar mais pedidos de protesto.

O Orador: Portanto, eu estou a citar, Sra. Presidente, partes da comunicação social. Podia comunicar a dizer que Hugo Chávez ganhou as últimas eleições

com uma grande maioria e com um grande apoio popular. Portanto, são tudo citações do Bloco de Esquerda na *Lusa*. Não são minhas!

Portanto, Sr. Deputado é seu, ofereço-lhe, foram os senhores que disseram. Custa-lhe ouvir mais é a verdade.

Deputado António Lima (BE): E os abraços? Já se esqueceu dos abraços!

O Orador: A demagogia que os senhores vendem a pacotes é a verdade.

Depois, o senhor é que falta verdade e ao rigor dos factos e vem para aqui com demagogia fina e refinada, como é seu hábito e do seu partido, porque Portas, ao contrário do senhor e dos seus camaradas, não é amigo de Chávez, nunca defendeu a Chávez.

Era Ministro de Portugal e como tal tinha que receber o Presidente da Venezuela institucionalmente.

Deputado António Lima (BE): Ah!

O Orador: Ah, não!

Ah, mas são verdes! Ou no seu caso são vermelhas, Sr. Deputado, porque os senhores a única linha verde que traçaram para o Bloco de Esquerda foi aquilo que mais uma vez os senhores criticaram, que foi arranjar um tacho ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... para Francisco Louçã no Banco de Portugal para regular a banca que os senhores tanto criticaram.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, peço-lhe que ...

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, se vamos falar nisso, nunca mais acabamos aqui a tarde toda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Eu peço naturalmente que o tom do debate se modere e que também tenhamos algum cuidado naquilo que acusamos uns aos outros precisamente para que consigamos manter a ordem do debate como deve ser.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Farei chegar à Mesa esta notícia de jornal, Sra. Presidente, não fui eu que inventei, para esclarecimento de V. Exa., da Mesa e de toda a gente aqui presente. Não são palavras minhas. Estão escritas num jornal e numa agência noticiosa.

Portanto, o tom que aqui está não fui eu que disse, está escrito. Portanto, se quiserem, eu posso distribuir à Sra. Presidente e à Mesa o que está aqui escrito na agência *Lusa* e no *Jornal Sol*.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de ser rececionado será então distribuída.

A Mesa de momento não tem mais inscrições e não havendo e considerando que o Governo esgotou o seu tempo e não poderá fazer o encerramento, dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar de muitos não quererem discutir política, de não quererem discutir os problemas dos Açores, não quererem fazer a avaliação do cumprimento dos compromissos do Governo da República no final da legislatura, o Bloco de Esquerda considera que cabe a esta Casa, em defesa dos Açores, avaliar esse mesmo grau de cumprimento.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Foi isso que fizemos toda a manhã, Sr. Deputado!

O Orador: Alguns!

Colocar os Açores primeiro é fazer o que o Bloco de Esquerda aqui fez, colocar perante os açorianos e açorianas o incumprimento da República perante os Açores. Demonstrou-se neste debate inúmeras falhas para com os Açores, delações e expedientes para encobrir estas mesmas falhas.

O Primeiro-Ministro António Costa veio aos Açores em 2016 fazer uma série de promessas e nunca mais veio aos Açores enquanto isso, depois dessa data. Não veio porque não cumpriu grande parte delas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já é hábito faltar à verdade!

O Orador: A saga da prisão de Ponta Delgada é o exemplo mais proeminente deste triste processo, mas há outros.

Os radares meteorológicos, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nós demonstramos de manhã que isso não é verdade!

O Orador: ... o porto da Praia da Vitória, o Centro Tutelar Educativo, o prolongamento da pista do aeroporto da Horta, a falta aos trabalhadores da Cofaco da ilha do Pico.

Não aceitamos que a República encubra com pomposos anúncios aquilo que está a fazer.

Servir-se das condições excepcionais dos Açores para instalar projetos em várias aéreas, como por exemplo, a aérea espacial sem contrapartidas na investigação e na instalação de laboratórios científicos nos Açores que tenham nome disso.

Não podemos aceitar que a gestão do mar dos Açores seja negada à Região ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Explicámos isso tudo!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Já estava escrito!

O Orador: ... e este é o principal problema dos Açores hoje e no futuro e o Governo da República tem sido contrário a esse interesse da Região.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O nosso Governo da República!

O Orador: Infelizmente toda esta situação é aligeirada pelo Governo Regional e pelo Partido Socialista, porque acima de tudo, acima dos Açores, está o interesse partidário e do PS. O lema “Açores primeiro” infelizmente desapareceu do léxico do PS.

Disse.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Olhe que não!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim o ponto um da nossa Agenda.

Conforme foi definido pela Conferência de Líderes o ponto dois será debatido amanhã de manhã e o ponto três na quinta-feira de manhã.

Passamos agora ao ponto quatro que corresponde à **Eleição do Presidente do Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores.**

Rege esta matéria a alínea a) do n.º 1, do artigo 3.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2018/A de 5 de julho e os artigos 173.º a 175.º do nosso Regimento.

A proposta que deu entrada na Mesa dá a indicação do Dr. Gualter Furtado para Presidente do Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores e peço que se distribuam os votos para depois procedermos à chamada e à respetiva colocação na urna do boletim de voto.

(Neste momento, foram distribuídos os boletins de voto pelas Sras. e Srs. Deputados)

Presidente: Distribuídos que estão os boletins de voto, vamos então proceder à chamada.

(Neste momento, procedeu-se à votação e contagem dos votos)

Presidente: Está concluída a contagem dos votos.

Eu vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar o resultado.

Secretário: Entraram na urna 53 votos, sendo 44 votos sim, 6 votos não, 1 abstenção e 2 votos brancos. Foi assim eleito o Dr. Gualter José Furtado como Presidente do Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Está assim eleito então o Presidente do Conselho Económico e Social.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Avançamos agora para o ponto cinco da Agenda: **Proposta de Resolução n.º 13/XI – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”**, apresentada pela Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e BE e pela Representação Parlamentar do PCP.

Julgo não haver inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM irá votar contra esta proposta de resolução. Irá fazê-lo por um conjunto de razões que vou explicar de forma muito sintética.

Em primeiro lugar, nós consideramos que este não é o modelo correto do ponto de vista da atribuição das insígnias honoríficas, porque está dependente dos partidos, está dependente de uma análise exclusivamente dos partidos.

É evidente que os partidos têm o seu lugar do ponto de vista do sistema democrático, mas nós consideramos que se deve acrescentar no âmbito da democracia também a presença da cidadania, ou seja, representação política, mas também presença da cidadania.

Neste caso nós consideramos que deveria existir uma comissão independente, devidamente qualificada, por gente qualificada, por gente independente que todos os anos realizaria a escolha das personalidades que aqui seriam votadas. Portanto, deveria ser um processo deste tipo com uma escolha por parte de uma comissão independente, depois obviamente votada por quem tem o exercício e tem essa responsabilidade do ponto de vista democrático, que é o Parlamento dos Açores. Penso que esse seria o melhor modelo.

Existindo o atual modelo a Representação Parlamentar do PPM considera que, uma vez que é este o modelo que está em funcionamento, neste âmbito se devem tentar encontrar um conjunto de consensos em relação às personalidades e que não deve existir nenhum partido com o poder de veto em relação às insígnias autonómicas que são aqui aprovadas, porque senão o que acontece é que o partido maioritário, neste caso, nos últimos 23 anos tem sido o Partido Socialista, tem efetivamente o poder de veto sobre as personalidades que recebem ou não recebem as insígnias honoríficas. Por isso, nós consideramos que este é um papel que a maioria não deve ter. Não deve utilizar este poder de serem eles, em última instância, a decidir quem são as personalidades que são agraciadas.

Ora, o ano passado nós apresentámos uma proposta da Representação Parlamentar, porque dentro da representatividade do Parlamento dos Açores e aquilo que tradicionalmente é atribuído a cada força política nós temos

apresentado uma personalidade. O CDS apresenta um número diferente, o PSD e o PS de acordo com a sua representatividade que é maior.

Ora, este sistema funcionou alguns anos, nos últimos dois anos, no que nos diz respeito em relação à Representação Parlamentar, não funcionou. Apresentámos um nome e esse nome foi vetado.

Deputado Carlos Silva (PS): É a democracia!

O Orador: Muito bem. Pode acontecer que existam discordâncias em relação aos nomes que são apresentados pelos partidos. Isso é natural que possa suceder, mas pelo menos há algo que tem de funcionar em democracia, eu diria até mais, tem de funcionar do ponto de vista do comportamento cívico de todos nós e do relacionamento cívico, que é uma razão, uma explicação, porque é que não se aceita aquela personalidade e se aceita o nome de outra personalidade em relação à atribuição de insígnias honoríficas.

O ano passado não me foi dada nenhuma explicação e por isso nós não apoiámos, nós e outros partidos não apoiaram e não votaram favoravelmente a proposta de resolução referente à atribuição de insígnias honoríficas, e este ano voltámos a apresentar o mesmo nome. Esse nome foi novamente vetado, sem nenhum tipo de explicação. Esse nome foi aceite pelo Bloco, foi aceite pelo PCP, pelo CDS e pelo PSD. O Partido Socialista foi o único partido que tornou a utilizar a sua maioria para inviabilizar que esta personalidade que nós seleccionámos e apresentámos, a proposta que apresentámos, fosse novamente inviabilizada.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Coerência!

O Orador: Devo dizer que mais uma vez não me foi apresentada nenhuma razão. Podem dizer-me: “Bom, não tem currículo, não merece do ponto de vista do currículo que o senhor tem, o senhor não tem os méritos suficientes para que lhe seja atribuída essa distinção.”

Eu teria aceite uma explicação racional, uma explicação estruturada, mas não me foi apresentado nenhum motivo.

Por isso, obviamente o PPM irá votar contra. Irá votar contra, porque neste momento o Partido Socialista utiliza o seu poder de veto, que advém do facto de ter maioria parlamentar, e, portanto, nos Açores só recebem insígnias honoríficas, só são agraciados quem o Partido Socialista bem entender.

Ora, nós não aceitamos isso, apelamos sempre ao consenso. A Representação Parlamentar do PPM faz sempre um esforço nesse sentido. Não temos nesta matéria uma situação de estar contra àquele nome por motivos ideológicos ou partidários, muito pelo contrário. Temos muitas vezes apresentado nomes de personalidades ligadas, do ponto de vista político, do seu percurso político e cívico ao Partido Socialista, que é o caso do ano passado e deste ano. Portanto, trata-se de uma personalidade até ligada, com um percurso político ligado ao Partido Socialista, não ao PPM, mas com um percurso político até de responsabilidade ligado ao Partido Socialista e essa personalidade foi novamente vetada sem que nos tivessem sido apresentados quaisquer tipo de motivos para que o Partido Socialista assumisse essa posição.

Portanto, da nossa parte a autonomia e esta festa autonómica pertence a todos. Não deve estar dependente dos vetos de ninguém, muito menos do partido governamental.

Portanto, o nosso voto é um voto de protesto, é um voto de afirmação de independência, é um voto de afirmação de coerência e da nossa parte não abdicamos deste posicionamento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação desta proposta de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de resolução foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra da Representação Parlamentar do PPM.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 40 minutos.

Eram 16 horas e 09 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pedia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 56 minutos.

Entramos agora no ponto seis da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 112/XI – “Recomenda ao Governo Regional que, ao abrigo do art.º 19 da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e das competências que constitucional e estatutariamente lhe estão conferidas, inicie o processo negocial com os sindicatos representativos dos docentes nos Açores para o seu reposicionamento na carreira”**. Este projeto de resolução é apresentado pela

Representação Parlamentar do PCP e os tempos são também aqueles que frequentemente utilizamos no processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresentámos a nossa proposta quando o Governo Regional recusava a recuperação do tempo de serviço. A nossa proposta de resolução recomendava, sinteticamente, que se iniciasse um processo negocial com vista à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes e que esta se fizesse num período de tempo que não fosse superior a 5 anos. Recordávamos ainda que nem todos os docentes da região recuperaram o tempo de serviço do primeiro congelamento, por várias razões – situação que devia agora ser corrigida.

Esta proposta, como dissemos, surge quando o Governo Regional do PS se recusava a recorrer aos poderes autonómicos, que tanto jeito lhe dão nos discursos. Foi ainda diferente da proposta do PSD, que saltava a negociação sindical – num atropelo à Constituição e à própria democracia.

Mas, sobretudo, a proposta do PCP exigia a reposição da legalidade, com o cumprimento do Orçamento do Estado, exigia o exercício das competências autonómicas, e exigia justiça para quem deu o melhor de si para desenvolver a nossa Região.

Veio, mais tarde, no tempo político que lhe deu jeito, dar início ao que o PCP há muito defendia. Não nos esquecemos dos ataques que foram proferidos pela Direção Regional da Educação há um ano, que tanto mal-estar e tantos conflitos geraram nas escolas. Tivessem os nossos professores a mesma postura antidemocrática que o Governo demonstrou e a vida nas escolas em setembro teria estado um verdadeiro caos.

Não podemos deixar em claro a postura do PSD e do CDS. Podem estes afirmarem o que quiserem nesta casa, como o fizeram na República. O que se

sabe é que o seu interesse é oportunista. Tendo andado às curvas em todo o processo de luta pela recuperação do tempo de serviço, começaram por votar contra o descongelamento das carreiras, abstiveram-se na recuperação integral do tempo de serviço e terminaram no mês passado votando contra. Sim, podem dizer que isso é na República, mas então deixem uma crítica às respetivas estruturas nacionais. Pode ser só uma palavra de desagrado. Não vos ficará mal. Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não se preocupem, não temos ilusões de que essa crítica não virá. Podem fingir o que quiserem nos discursos. O que sabemos é que só há um PSD e um CDS. No final das contas, são na mesma os partidos do empobrecimento e do agravamento da exploração.

Quanto ao PS, para lá do que já dissemos, ficamos esclarecidos sobre o que pensa do Sistema Educativo Regional com a proposta de gestão curricular. Na prática, o que o PS pretende gastar com a recuperação do tempo de serviço, terá as contas feitas para tirar com a gestão, à custa do desemprego dos docentes. Dá com uma mão para tirar com a outra. As escolas e os professores não o esquecerão.

Sras. e Srs. Deputados, a proposta do Governo e a nossa têm uma diferença essencial na origem: enquanto que a do Governo resultou da enorme luta dos docentes, a nossa deu voz nesta Assembleia a essa mesma luta!

Estamos, por isso, com uma realidade bastante diferente daquela que discutíamos há um ano. Existe, neste momento, uma proposta concreta que permitirá resolver a maior parte do problema – mas não todo. Por isso, sem deixarmos de marcar a diferença entre a nossa proposta e a do Governo, retiramos agora o nosso projeto de resolução.

Assim, Sra. Presidente, a Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo do ponto n.º 1, do art.º 118, conjugado com o ponto 1 do art.º 145 do Regimento, requiere a V. Ex. que esta Proposta de Resolução seja retirada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é covardia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Conforme indicou o Sr. Deputado João Paulo Corvelo na sua intervenção, retira a iniciativa ao abrigo da norma regimental que assim o permite e sendo assim está também então encerrado este ponto.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto sete da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XI – “Recuperação do tempo de serviço prestado em funções docentes para progressão na carreira”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional regula a recuperação integral do tempo de serviço prestado pelos docentes do sistema educativo regional entre os dias 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017, de concreto sete anos equivalentes a 2.557 dias.

Os requisitos para acesso à recuperação do tempo de serviço são só, mas obrigatoriamente dois: a pertença aos quadros do pessoal docente do sistema educativo regional e a avaliação do desempenho com a menção qualitativa mínima de bom.

À data da vinculação conta também o tempo congelado exercido na condição de docente contratado a termo resolutivo.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem! Isso é que é justiça!

O Orador: Além disso, é igualmente considerado o tempo de serviço prestado em situação de mobilidade em escolas da Madeira e de Portugal Continental caso os docentes tenham conservado o vínculo aos quadros do sistema educativo regional dos Açores.

Do mesmo modo, é considerado tempo de serviço prestado nos ensinos particular, cooperativo e solidário e no ensino profissional em caso de ingresso no ensino público.

A recuperação far-se-á de um modo faseado, durante um período de seis anos, compreendido entre 2019 e 2024 e produzindo efeitos a 1 de setembro de cada um dos anos.

À partida os professores têm a garantia da recuperação anual de 426 dias (um ano e 61 dias) de 2019 a 2023 e de 427 dias (um ano e 62 dias) em 2024.

Porém, se o número de professores aposentados no ano anterior for igual ou superior a 60, ou igual ou superior a 110 acrescem também os ritmos de recuperação do tempo de serviço.

Os professores com menos de sete anos de serviço congelado fazem a sua recuperação de forma proporcional de 2019 a 2024.

De resto, os professores que só ingressem no quadro no decurso do tempo de recuperação, concretamente de 1 de setembro de 2020 a 1 de setembro de 2023, recuperam a totalidade do tempo de serviço a que tiverem direito até ao termo do processo em 2024.

Aqueles que acedam à vinculação a 1 de setembro de 2024, ou inclusivamente depois disso, contabilizam de uma só vez o tempo de serviço congelado a que tenham direito.

Na relação com a classe docente, em matéria de recuperação de tempo de serviço e por consequência de rendimentos, o Governo dos Açores prima pelo pioneirismo e pela segurança.

Um diploma de 2008 facultou aos professores a recuperação do serviço prestado entre 30 de agosto de 2005 e 31 de dezembro de 2007, um facto inédito nos Açores de Carlos César sem acompanhamento na Madeira de Alberto João Jardim e no Portugal de José Sócrates.

Desta vez esta Proposta de Decreto Legislativo Regional garante a recuperação de sete anos de serviço docente congelado sem qualquer condicionante de natureza orçamental ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... ao contrário da solução vigente na Madeira, ao contrário também da proposta apresentada nesta Assembleia pelo PSD/Açores ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estava à espera da República, Sr. Secretário!

O Orador: ... que não garante a recuperação de tempo no particular, que não garante a recuperação de sete anos aos que ingressem a meio do tempo, que cessa a recuperação em 2025.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

O Orador: É certo que aguardámos por uma solução nacional que estabelecesse maior equidade entre profissionais com a mesma formação e com as mesmas responsabilidades, todavia perante os sinais ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Os sinais foram as sondagens!

O Orador: ... e depois a confirmação do desentendimento nacional ...

Repito: Todavia perante os sinais ...

Deputado Marco Costa (PSD): Sondagens!

O Orador: ... e depois a confirmação do desentendimento nacional muito por força de uma oposição que sabe aquilo que não quer, mas que não sabe aquilo que verdadeiramente quer ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que até muito recentemente deu o dito por não dito ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Olha quem fala!

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor a falar do dito por não dito! O Sr. Secretário veio falar do dito, por não dito! Pelo amor de Deus!

O Orador: ... nós optámos pelos professores dos Açores.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O prenúncio veio logo a 20 de novembro de 2018, quando no parecer emitido pelo Governo dos Açores sobre o diploma do Governo da República que fixava a recuperação de dois anos, nove meses e 18 dias, relembrámos competências próprias a impulsionar à data da definição de uma solução nacional.

A confirmação, essa chegou pouco depois, a 29 de novembro, pela voz do Presidente do Governo Regional, quando nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): No dia 27!

O Orador: ... no discurso de encerramento da discussão do Plano e do Orçamento para 2019 ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Presidente desautorizou-o!

Deputado Luís Maurício (PSD): O desmentiu!

Deputado Luís Garcia (PSD): Puxou-lhe o tapete!

O Orador: ... proclamou a abertura de um processo negocial próprio para a definição do prazo e do modo ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Puxou-lhe o tapete e o senhor ainda não percebeu!

O Orador: ... da recuperação integral do tempo de serviço prestado pelos professores.

Deputado Luís Maurício (PSD): É o que se chama a vitória política!

O Orador: Hoje procedemos ao encerramento deste processo de recuperação do tempo de serviço congelado aos professores com a discussão e a garantida aprovação deste diploma nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Fizemos uma coisa que o Governo do país não vai fazer, porque não pode fazer. Fizemo-lo porque os Açores têm as melhores finanças de Portugal, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... um facto reconhecido ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Fizemo-lo porque os Açores têm as melhores finanças de Portugal, um facto reconhecido em recente debate televisivo por um painel diversificado de *opinion makers*.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não me diga!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é? Isso é à sexta-feira?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Sr. Presidente da República quando esteve aqui também o referiu!

O Orador: Todavia, vamos pagar o tempo congelado naturalmente com algum custo, porque a partir da recuperação total desse tempo anualmente o acréscimo da massa salarial possui um preço bem superior ao da construção de uma grande escola. Mas feito isto se já antes aqui nas ilhas possuíamos uma carreira docente mais favorável do que no resto do país agora ainda será melhor.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: De facto, os Açores oferecem a melhor carreira docente do país. Vejamos: com menor tempo de permanência obrigatória na escola, com um sistema de avaliação mais amigável dos professores, sem um regime de cotas para efeitos de progressão aqui também ao invés do que sucede no continente, onde existe um sistema de cotas para acesso ao 5.º e ao 7.º escalões, onde existe uma prática de aulas assistidas para acesso ao 2.º e ao 4.º escalões, aqui também ao

invés do que acontece com os demais funcionários públicos dos Açores com a sua progressão sujeita a um restritivo regime de cotas.

Os Açores também oferecem a melhor carreira do país, porque com o melhor regime de concursos de periodicidade anual, já sem obrigatoriedade de permanência por três anos nas escolas de colocação e com a bonificação de meio valor por ano, até ao máximo de três valores, que valem na primeira candidatura um concurso interno em caso de permanência de escolas periféricas.

Os Açores ainda oferecem a melhor carreira do país, porque agora com um melhor regime de recuperação do tempo de serviço congelado, porque livre de quaisquer constrangimentos orçamentais e porque não deixa ninguém, nem nenhum tempo para trás ao contrário do que por exemplo acontece na Madeira. Mas há mais! Em tempos não muito longínquos, aquando da intervenção da Troika em Portugal, sob a vigência da prática governativa mais sinistra da democracia portuguesa, senão no conteúdo, pelo menos na forma, a carreira docente nos Açores também foi amplamente beneficiada, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Era manter o Sócrates!

O Orador: ... porque liberta da sujeição ao regime de requalificação um passaporte para o desemprego após um período de redução do vencimento, porque liberta da prova de ingresso na profissão que no continente motivava o afastamento de muitos professores do exercício da profissão docente ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Secretário, isso é que é um discurso dispersivo. De conteúdo não tem nada!

O Orador: ... e porque liberta de cortes salariais que pendiam sobre a função pública no Portugal Continental.

Por isso, se há muitos professores que após um tempo mesmo longo de lecionação nos Açores fazem o regresso ao continente quase sempre por motivos familiares, ao mesmo tempo são alguns e não propriamente poucos os

professores do continente que chegam aos Açores jamais por motivos familiares, inequivocamente pela atratividade de uma carreira mais vantajosa.

Chegados aqui importa dizer que isto é o epílogo da devida utilização da autonomia, de uma autonomia das formas, claro que sim, mas sobretudo de uma autonomia dos conteúdos que em cada dia e em cada caso contribui para a melhoria da vida das gentes, agora para a melhoria da vida dos professores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nunca o vi falar tanto!

O Orador: Esta é uma autonomia que não conhece inimigos, sejam eles políticos, ou profissionais, porque a todos irmana na luta comum pelo combate à dignificação da existência humana.

Dito isto saibamos aproveitar a melhor carreira docente do país em benefício de quem mais precisa, os estudantes, que no futuro hão de guindar os Açores para patamares de maior desenvolvimento, porque é o desenvolvimento que melhor concilia o progresso das comunidades com a dignificação dos indivíduos.

Muito obrigado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tardou, mas chegou. À semelhança da esmagadora maioria dos trabalhadores, os professores dos Açores viram, desde 2009, os seus salários a estagnar ou mesmo a recuar. Hoje, mesmo com o descongelamento das carreiras, um professor recebe aproximadamente o mesmo que recebia em 2007 – comparando com o poder de compra.

E isto numa profissão envelhecida, onde seria de esperar que o salário tivesse aumentado ou, pelo menos, acompanhado a inflação. Em 2018, o descongelamento das carreiras permitiu um pequeno aumento de salários, com as progressões a serem pagas faseadamente. Não compensou o que perderam.

Mas os professores não queriam recuperar o que perderam. Desde 2011 que exigiam o direito a ter de volta a carreira. Quando esta começou a estar no horizonte, em 2017, exigiram o que era seu por direito: a consideração do trabalho, no fundo da dedicação e da experiência, nas suas carreiras profissionais.

Esta é a importância da recuperação integral do tempo de serviço. É, mesmo, uma questão de dignidade humana e profissional!

A resistência a esta recuperação é chocante, sobretudo quando comparada com a facilidade com que há dinheiro para, no fundo, tapar os buracos dos que realmente vivem acima das suas e das nossas possibilidades.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando é para a Banca, quando é para as grandes empresas, quando é para as PPP, quando é para perdoar dívidas de milhares de milhões de grandes empresários, nunca se pergunta quanto. Passa-se um cheque em branco e depois logo se vê.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: Nunca se pede para esperar 2, 3 ou 14 anos, como será agora este caso. O dinheiro aparece na mesma semana.

Os professores tiveram de lutar, de forma firme, unida e determinada, pelos seus interesses, pelos seus direitos. Mesmo assim, terão de esperar 14 anos, de 2011 a 2024, para verem as suas carreiras de volta. Valeu a pena lutar, mas não podemos ignorar esta balança de dois pesos e duas medidas!

Por isso, não podemos deixar de recordar que, o que todo este processo provou, é que para resolver os problemas, outra correlação de forças é necessária, uma

correlação de forças que permita aos trabalhadores a valorização que merecem, que distribua a riqueza gerada de uma forma justa, onde a fatia de leão não fique no bolso de empresários sem rosto, que nunca aparecem nas notícias, mas que decidem os destinos do país como ninguém.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

PS, PSD e CDS já provaram, por milhares de vezes, de que lado estão. Apenas quando a luta os obriga é que cedem aos trabalhadores.

Da nossa parte, não só damos expressão institucional a essas lutas como as apoiamos e alimentamos, porque sabemos serem essenciais para o desenvolvimento do país e da nossa Região. Só com a valorização de quem trabalha poderemos ter uma Região mais desenvolvida.

O tempo de serviço dos professores insere-se neste quadro mais geral. Profissionais dedicados, foram como tantos outros menosprezados, por uma política que afirmava que empobrecendo estaríamos melhor.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores apesar de terem à disposição do Governo e da Assembleia Regional os poderes autonómicos conferidos pela Constituição, pouco se distinguiu do quadro nacional. É o que dá viver em maiorias absolutas.

A proposta que o Governo aqui apresenta permitirá resolver até 2024 a maior parte do problema. Não o resolve com a urgência que o assunto exige e, sobretudo, não o resolve na totalidade.

Por exemplo, não recupera o tempo de serviço dos docentes que, estando a trabalhar nos Açores no primeiro congelamento, não o recuperaram, em 2008 e 2009, pela redação do diploma. Também não recupera o tempo dos docentes que, estando a trabalhar nos Açores em afetação, pertenciam aos quadros do Continente e da Madeira.

Outro aspeto relevante que já denunciámos aqui é que o Governo entendeu atrasar a aprovação do diploma para fazer coincidir com a gestão curricular, para poder retirar com uma mão o que deu com a outra.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Demagogia!

O Orador: Fazem assim coincidir no mesmo plenário a aprovação de dois diplomas diametralmente opostos: um profundamente negativo para docentes e escolas, e outro que lhes repõe justiça.

Deviam pretender que o segundo passasse disfarçado. Saiu-vos o tiro pela culatra. O que conseguiram foi eliminar os ganhos políticos e, quiçá, eleitorais, que achavam que iriam retirar da recuperação.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em setembro próximo iniciamos o processo de recuperação do tempo de serviço. Tardou, mas chegou. Ainda demorará até 2024 a resolver o problema, mas este ficará, quase na totalidade, resolvido, o que saudamos como grande resultado da luta organizada dos educadores e professores!

Por isso, só poderemos votar a favor, deixando a garantia de que o PCP continuará a lutar pela dignificação do trabalho, pela valorização das carreiras e pelo aumento dos salários. Só assim poderemos fazer face às exigências de construção de um Portugal e de uma Região com futuro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante muito tempo, durante mais de um ano, os professores dos Açores protagonizaram uma luta pela valorização do seu trabalho através do reconhecimento de todo o seu tempo de serviço trabalhado e que deve e devia ser contabilizado e ser reconhecido na sua carreira.

Já o dissemos aqui por diversas vezes, apresentámos até um voto de saudação a esta luta e a esta vitória que é acima de tudo dos professores que lutaram, que não desistiram e que em cada momento souberam permanecer, reivindicar e não desistir desta justiça que é a recuperação do tempo de serviço.

O Bloco de Esquerda ao longo de todo este tempo orgulha-se de ter estado do lado certo, sempre do lado certo, sempre ao lado dos professores e da sua justa reivindicação.

No Orçamento da Região para 2017 apresentámos uma proposta que recomendava ao Governo Regional que negociasse, que se sentasse à mesa e negociasse com os professores, negociasse essa recuperação de tempo de serviço, a forma e o tempo.

Propusemos novamente em finais de 2017 para o Orçamento da Região de 2018. Ambas as propostas foram chumbadas pela maioria.

Apresentámos também um projeto de resolução que recomendava exatamente o mesmo. Essa proposta foi também chumbada pela maioria e chegou-se ao ponto do Partido Socialista, que hoje irá aprovar esta proposta do Governo Regional da forma de recuperação do tempo serviço, recomendar ao Governo dos Açores que contabilizasse o tempo de serviço docente de acordo com a solução nacional, tendo em conta as especificidades regionais. Esta é a epígrafe de um projeto de resolução que o Partido Socialista apresentou nesta Casa.

Deputada Sónia Nicolau (PS): E muito bem!

O Orador: Resta-me dizer e resta ao Bloco de Esquerda dizer que em boa hora o Governo Regional não seguiu a recomendação do Partido Socialista.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Nem do Sr. Secretário!

O Orador: Tomou outra opção e ainda bem que o fez, pena é que o tenha feito tão tarde.

Esta proposta do Partido Socialista apresentava uma vontade de se aguardar pela solução nacional, o que veio a verificar-se durante a discussão do Orçamento para 2019 que era claramente desnecessária.

O Governo Regional finalmente, nessa altura, aceitou negociar com os sindicatos e apresentou esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que hoje debatemos.

De uma forma geral o Bloco de Esquerda está de acordo com ela. Há matérias e há detalhes que nos parecem importantes que podem e devem ser melhorados para obviamente benefício dos professores, para uma maior justiça na aplicação dessa recuperação de tempo de serviço.

O Bloco de Esquerda fez algumas propostas de alteração ao diploma que julgo que vão no sentido de melhorar a proposta e de conduzir a uma recuperação de tempo serviço que seja mais justa e se possível mais célere.

Eu tinha uma questão para o Governo, porque julgo que ela também entronca naquela que é uma das propostas de alteração do Bloco de Esquerda.

O Sr. Presidente do Governo quando anunciou a abertura de negociações entre os sindicatos e o Governo durante a discussão do Orçamento para a Região 2019 afirmou que a recuperação do tempo de serviço poderia ainda ser antecipada em função daquele que seria o número de aposentações em cada ano.

Ora, essa medida é aparentemente positiva se ela for concretizável e para ela ser concretizável e para ela ser minimamente realista é preciso efetivamente saber que número de aposentações tem existido nos últimos anos para que não seja uma proposta em que não haja sequer expectativa dela se passar e a pergunta que eu deixo ao Sr. Secretário é: quantos docentes se aposentaram no sistema educativo regional nos últimos cinco anos, uma vez que (e passo aqui a verificar na Proposta de Decreto Legislativo Regional) o que se prevê é que só haja bonificação a partir das 60 aposentações anuais?

Ou seja, é preciso perceber se esse número das 60 aposentações anuais é ou não realista.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é mais um dia que nos honra pela nossa afirmação autonómica. Estamos aqui hoje para dizer sim à proposta do Governo dos Açores que garante a recuperação integral do tempo de serviço dos professores em seis anos iniciando-se a 1 de setembro de 2019.

O nosso compromisso foi sempre o de garantir que os professores dos Açores iriam ter o melhor Estatuto da Carreira Docente do país. Não brincamos com os professores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Brincaram, brincaram!

A Oradora: Não brincamos com as suas carreiras. Somos um grupo parlamentar que honra a sua palavra. Não confundimos questões laborais com questões pedagógicas. Para nós, palavra dada é palavra concretizada.

O Partido Socialista e os governos suportados por uma maioria socialista positiva representam a coerência e a estabilidade política nos Açores.

Não utilizamos artifícios eleitorais para raptar os votos dos professores como aqui foi feito por alguma oposição em julho passado. Dissemos sempre, sempre que a recuperação do tempo de serviço era uma causa justa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Era!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É!

Deputado Jorge Jorge (PSD): Não disseram que era para recuperar o tempo todo!

A Oradora: O Partido Socialista e os governos suportados por uma maioria socialista positiva balizam-se por decisões justas em que o tempo das mesmas nem sempre é o tempo das contestações. Repugnamos sempre a dita chantagem de alguma oposição que referia aludindo que os professores não desempenhariam as suas funções com o brio e profissionalismo exigido enquanto o tempo de serviço não fosse contabilizado.

Ora bem, o Partido Socialista entende que os professores são profissionais dignos e com enorme capacitação cívica ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que disse isso?

Deputado Luís Maurício (PSD): Diga lá quem é que disse isso?

A Oradora: ... e não merecem ser minimizados, tratando-os como peões eleitorais.

Não contem com o Partido Socialista para neste jogo de xadrez mover os professores como peões, porque na verdade os professores são o tabuleiro.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A questão não é essa!

A Oradora: Aqui dissemos que à semelhança de 2008, quando recuperamos os dois anos de tempo de serviço apesar da abstenção do Partido Social Democrata, que tudo, que tudo faríamos para garantir que os professores dos Açores continuassem a ter o melhor Estatuto da Carreira Docente do país.

Desde novembro de 2017 foi esse o nosso compromisso e aguardar por uma solução nacional com as devidas adaptações nos Açores. Enquanto se aguardou por uma solução nacional, tal como tínhamos feito em 2008, surpreendentemente instalou-se uma maioria negativa da oposição no continente que sabia o que não queria, mas não sabia o que queria.

Aliás, curiosamente ou não, já que estávamos próximos das eleições europeias eis que a situação veio a repetir-se em maio de 2019 com falsas promessas e recuos apressados, tratando os professores como peões eleitorais.

Aqui, com a coerência política do Partido Socialista e a responsabilidade de uma governação socialista que se conduz pelo equilíbrio social, económico, financeiro, os açorianos terão sempre uma resposta verdadeira.

Deputado Marco Costa (PSD): E as sondagens ajudaram!

A Oradora: Caras Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Sempre fomos claros com os professores e a partir daqui reconhecemos a luta dos professores pelas suas causas, uma premissa democrática conquistada.

As centenas de professores que falaram connosco, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E de que maneira!

A Oradora: ... a quem ouvimos, a quem com verdade explicámos sempre a nossa posição.

Deputado Jorge Jorge (PSD): E ficaram muito contentes!

A Oradora: Os professores que nos ouvem sabem que sempre, sempre falámos a verdade, sempre dissemos que para nós os professores dos Açores teriam o melhor Estatuto da Carreira Docente do país ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Não passam é do 2.º escalão!

A Oradora: ... e assim foi e quando assim é valoriza-se a política, afirmando-se como uma causa nobre e não como uma causa abstencionista. Afirmámos o que podíamos cumprir e cumprimos hoje aquilo que afirmámos: os professores dos Açores têm e terão o melhor Estatuto da Carreira Docente do país.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta em análise é positiva e é exequível. A proposta em análise garante que todo o serviço será contabilizado dos professores integrados na carreira e todos aqueles que venham a integrar. A proposta em análise não tem qualquer travão orçamental como outras que aqui foram apresentadas.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Não é verdade! O diploma foi substituído na íntegra!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Entra pelos olhos que os princípios da proposta em análise afirmam o fortalecimento da valorização dada aos professores dos Açores, o rigor, a estabilidade e a previsibilidade das contas públicas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Temos as melhores finanças do país, Sra. Deputada! Não ouviu o Sr. Secretário dizer!

A Oradora: E meus senhores, a verdade e a coerência que os professores dos Açores manteriam o melhor Estatuto da Carreira Docente do país.

Ora bem, quer os princípios, quer as afirmações só são possíveis pelo poder da autonomia dos órgãos próprios da Região.

Nesta Casa do poder autonómico, hoje e aqui, o Partido Socialista assume-se mais uma vez como uma maioria positiva, que honra os seus compromissos, que fala a verdade registando mais este dia como um feliz dia para o sistema educativo regional.

Para este dia feliz o Partido Socialista dirá sim a esta proposta ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Só faltava chumbarem um DLR do Governo! Está para vir o dia!

A Oradora: ... que garantirá que os professores dos Açores mantenham o melhor Estatuto da Carreira Docente do país. Foi o que sempre dissemos e é o que sempre manteremos.

E à oposição pergunto: ficará pelo sentimento frustrado e escondido do que o que queria é que o Governo socialista porventura não resolvesse o problema ou vai realmente aprovar esta proposta?

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No fim do dia o que verdadeiramente conta, com verdade e justiça social, é o que tudo fazemos para servir os açorianos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Durante um ano, o Governo Regional do Partido Socialista não fez caso das justas pretensões dos professores açorianos.

Durante um ano este Governo Regional recusou negociar com os docentes e mandou-os esperar pela República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Durante um ano, o Governo Regional do Partido Socialista só teve provocações para oferecer aos professores. “Estão descontentes? Chamem a polícia ou queixem-se aos tribunais”, dizia a tutela.

Apesar de tudo isto, este Governo Regional do Partido Socialista tem o descaramento de se apresentar hoje aqui armado em amigo dos professores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Ora, este Partido Socialista e o Governo Socialista só são amigos de si próprios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois de um ano a atacar os professores dos Açores, o Governo Regional e o Partido Socialista só cederam quando olharam para as sondagens.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Quais sondagens?

O Orador: Apavorados com a queda nas intenções de voto, o Partido Socialista transformou-se de um dia para o outro em amigo dos professores, mas os professores açorianos não esquecem de todas as maldades que este Governo Regional do Partido Socialista lhes fez.

A recuperação integral do tempo de serviço, que hoje aqui aprovamos, é, acima de tudo, uma grande vitória dos professores dos Açores perante um Governo que já tanto os maltratou.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Este decreto legislativo que aqui e agora está em discussão traz consigo uma longa e triste história, bizarra até, do Partido Socialista e do Governo Regional no que concerne à recuperação do tempo de serviço dos professores na Região Autónoma dos Açores.

Nesta matéria de recuperação do tempo de serviço dos professores houve sempre ao longo de mais de um ano um claro ziguezaguear, ora à direita, ora à esquerda, ora para a frente, ora para trás.

Aliás, esta discussão veio trazer ao de cima a desorientação do Governo Regional e do Partido Socialista na governação da Região. Estes cumprem um mandato sem ideias, sem um projeto claro para a Região e para as áreas fundamentais como a educação apenas com a intenção de manter o poder pelo poder.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: O papel a que se prestaram o Partido Socialista e o Governo Regional há mais de um ano foi tão mau, que é quase indiscriminável. Promoveram um ataque aos professores, deram o dito pelo não dito, disseram uma coisa de manhã e fizeram outra à tarde, disseram uma coisa num dia e o seu contrário no dia seguinte.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Foi tão triste este papel, foi tão lamentável o ataque à classe docente que toda a sociedade se mobilizou contra esta vil investida que a Proposta de

Decreto Legislativo Regional não é mais do que uma tentativa apressada do Governo ...

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado está falando deste diploma ou de outro diploma?

O Orador: ... de tentar limpar a sua imagem perante os professores, comunidade educativa e a sociedade açoriana em geral.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os açorianos reconhecem os seus professores e o trabalho que estes fazem nas escolas com as crianças e jovens açorianos. Há males que são irremediáveis e a generalidade dos professores não perdoará ao Partido Socialista e ao Governo Regional a desclassificação, a desconsideração que fizeram a esta classe profissional durante mais de um ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Os professores não aceitam ser os bodes expiatórios da vossa governação falhada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os professores lutavam por sete anos da sua vida docente nesta Região que estavam no caixote do lixo não fora a luta dos professores, da comunidade educativa com os partidos da oposição. Lutavam por sete anos de empenho e dedicação, anos de sacrifício, anos de trabalho e preocupações.

Durante meses ouviram da vossa parte impropérios. Volto a repetir: “Estão descontentes. Chamem a polícia, queixem-se aos tribunais. Estão em greve a seguir a uma interrupção letiva, não é mais do que prolongar as férias.” Foram Vs. Exas. que o disseram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os professores não andaram a brincar. Os professores não estiveram congelados, nem o seu trabalho, nem a sua relação com os seus alunos, nem as suas obrigações, nem os seus deveres. O tempo de serviço esteve congelado tempo demais nesta Região que tinha toda a competência constitucional e estatutária para o descongelar.

Deputado Carlos Silva (PS): Era só isso?

O Orador: Para o PSD a educação tem de ser uma prioridade nesta Região. Temos de ter a capacidade de mobilizar todos os açorianos para termos sucesso. Docentes, alunos, discentes, pais, famílias e governantes, todos devem ter a educação como um desígnio comum. Só assim criaremos uma sociedade que encara a educação como uma mais valia, como um elevador social e como um meio de desenvolvimento regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem direitos de autor!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Partido Social Democrata dos Açores tomou a iniciativa e entregou-a no mês de junho de 2018 neste Parlamento um Projeto de Decreto Legislativo Regional que visava precisamente a recuperação integral do tempo de serviço dos professores.

Propusemos com esta iniciativa que os sete anos de serviço prestados pelos professores na Região começassem já a contar a partir do dia 1 de janeiro de 2019, prolongando-se por cinco anos de modo a que em 2023 este tempo de serviço pudesse estar recuperado e assim ultrapassada esta injustiça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este decreto era uma proposta justa e sensata como assinalámos na altura. Justa, porque reconhecia aos professores o direito de verem descongelado o tempo de serviço; sensata, porque do ponto de vista do Orçamento da Região o descongelamento seria feito à razão de um ano e meio

de tempo de serviço prestado por cada ano orçamental nos anos subsequentes o que minimizava o seu impacto nas contas públicas da Região.

Quando apresentámos o nosso Decreto Legislativo Regional o PS não o considerou urgente debater e é preciso recordar isso. Não achou que isso tivesse que ser debatido com urgência que nós queríamos, não achou que a luta dos professores merecesse urgência de tratamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No entanto, e passados poucos minutos, apresentou uma proposta que punha nas mãos do Governo da República a decisão daquilo que se viesse a passar nos Açores ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem lembrado!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Que os senhores boicotaram!

O Orador: ... e poucos meses mais tarde chumbou o DLR do PSD.

A nossa pressa era a da justiça, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... era a pressa dos professores verem o seu tempo que efetivamente trabalharam controlado.

Ao contrário dos que afirmavam e passo a citar “nós achamos como sempre foi dito desde a primeira hora que a melhor solução para os professores dos Açores é aguardar a solução nacional”, o PSD/Açores sempre defendeu uma solução regional para o problema. O PSD não mudou de posição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD apresentou uma solução que levaria que desde 1 de janeiro deste ano os professores tivessem sido reposicionados.

Deputado João Paula Ávila (PS): Isso não é verdade!

O Orador: O Governo mudou e o PS, sim, mudaram a sua posição.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não foi, não!

O Orador: O PSD levou muito a sério as reivindicações dos docentes e o Governo falhou ao não reconhecer que os nossos professores são um recurso essencial na educação.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Demagogia!

O Orador: Estamos a falar de um Governo que abdicou das suas competências que lhe são consagradas no Estatuto Político Administrativo da Região dos Açores e anunciou por livre e espontânea vontade que aguardaria por uma resposta do Governo da República. Mais uma vez repito: o PSD não mudou de posição.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: O Governo e o Partido Socialista sim.

O Governo socialista através desta iniciativa de última hora está a tentar correr atrás do prejuízo político e mediático que resultou da sua indisponibilidade para atender no plano regional, em tempo útil, à reivindicação dos professores e para isso Vasco Cordeiro e o seu grupo restrito estabeleceram um plano: tentar instrumentalizar a opinião pública açoriana, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Menos!

O Orador: ... propondo o que no dia anterior se recusara a fazer, atropelando o Secretário Regional da Educação e Cultura e a bancada do Partido Socialista, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso é a política do enredo! Os senhores são capazes de melhor!

O Orador: ... desautorizando as afirmações que tinham sido ditas no dia anterior pelo Secretário Regional da Educação e vou recordá-las citando: “Será aplicado nos Açores a solução que vier a ser encontrada no continente, custe o que custar”, disse o Secretário Regional da Educação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Em que dia?

O Orador: Esta é uma importante vitória da sociedade açoriana que se mobilizou contra a maioria que nos governa e sufoca. Ao contrário do que pretendiam o Governo e o Partido Socialista a sociedade e a comunidade educativa estiveram ao lado dos professores e isso obrigou o Governo e o Partido Socialista a darem o dito por não dito.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dizia a Sra. Deputada Sónia Nicolau que hoje é um dia feliz para os professores. Eu diria que depois de tanta infelicidade, depois de tantos dias infelizes é um dia que sabe a pouquinho para os professores e este diploma todos nós concordamos com ele.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não parece!

O Orador: E concordamos com ele, Sra. Deputada, porque nós insistimos para que ele aparecesse contra a vossa vontade, contra a vossa resistência. Desde junho ou julho de 2018 que nós aqui nesta Casa, aliás, até quase que a oposição estava pronta para fazer um pacto nas próximas eleições e garantir que reporíamos o tempo dos professores. Lembra-se bem a Sra. Deputada.

E há uma coisa que ainda vamos discutir hoje ou amanhã que os senhores falam que se pode aprender sem ter memória e Sra. Deputada aqui também é preciso ter memória, memória daquilo que se disse, memória do que a senhora e os seus colegas disseram e que o Sr. Secretário disse, até numa interpelação do CDS:

“Vamos esperar pela solução da República e depois veremos a solução a aplicar nos Açores.”

Deputada Sónia Nicolau (PS): Mas eu disse isso!

O Orador: Mas isso são águas passadas. O Sr. Secretário resistiu, resistiu e insistiu na solução da República. Há que ter memória e só quando chegaram já que na República era uma situação insustentável, então disseram que davam o passo em frente, porque foram obrigados a isso. Já não tinham escapatória, portanto, tiveram que fazer a cambalhota e o flic flac à retaguarda e depois vir.

Há uma coisa interessante: dos professores com quem eu falo e do aumento que os senhores fizeram de dois anos ainda não viram nada, porque aquilo é tão faseadinho, faseadinho, faseadinho que eles ainda não deram por isso. Portanto, eles sabem que lhes foi contado o tempo de serviço, não sentem é ao fim do mês no ordenado. Isso é que eles não sentem.

E, Sr. Secretário, o senhor dizia à altura, há um ano atrás (eu vou citar as suas palavras para não cometer nenhuma ...) que “a questão financeira não é problema, nem é uma questão central para se proceder à recuperação do tempo de serviço dos professores”, dizia V. Exa., ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nunca foi!

O Orador: ... mas hoje, Sr. Secretário, gostei de o ouvir, o senhor encheu os pulmões e a “Região Autónoma dos Açores tem as melhores finanças de Portugal”, apregoou V. Exa. daí de cima.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses): E tem!

O Orador: Então, Sr. Secretário, faça realmente os professores felizes, pague-lhes. Não é preciso demorar cinco anos, Sr. Secretário, porque se tem dinheiro, porque se tem as melhores finanças de Portugal então porque é que vai fasear isso?

O outro foi aos soluços, este aumento é aos bochechos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não é preciso, Sr. Deputado!

O Orador: A pergunta que lhe faço é quando é que verdadeiramente os professores vão sentir no seu ordenado, no bolso e no orçamento das suas famílias o aumento? Porque vão demorar cinco anos até receberem.

É porque isto vai ser tão faseadinho, tão faseadinho, tão faseadinho que é tão pouquinho, tão pouquinho de cada vez ... Depois vai aumentando o IRS que não chegam a receber nada.

Oh, Sr. Secretário, não podemos vir aqui e dizer que temos as melhores finanças de Portugal e depois andar aqui aos bochechos. Se tem, Sr. Secretário, então podem pagar em menor tempo daquele que previsto, porque o ano passado não era um problema, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Nunca foi!

O Orador: ... este ano tem as melhores finanças de Portugal, este ano e para o ano e para o ano que vem, presumo eu.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Assim espero!

O Orador: Portanto, não será problema nessa matéria. Não se percebe é porque é que o aumento nos professores não é dado e é aos 25% e estas normas que os senhores para aqui têm.

Depois, é também muito interessante que o Sr. Secretário (e é uma questão que também já foi aqui colocada) ... Os senhores devem saber a idade dos professores, quantos são para se reformar este ano, quantos se vão reformar em 2020, quantos se vão reformar em 2021, portanto, eu também gostaria de lhe perguntar, Sr. Secretário, qual é a previsão que o senhor tem, que a sua secretaria tem, as contas que tem de professores que se vão reformar nos próximos cinco anos. Quantos por ano?

Porque não deve ser difícil saber quantos docentes para o ano que vem passarão à situação de reforma, o mesmo em 2021 e o mesmo em 2022 e 23, para percebermos então se é uma majoração, se é um encurtamento daquele tempo ou se muitos vão ser promovidos.

Portanto, a previsão de reforma é também uma questão que nos interessa, mas, Sr. Secretário, finalmente e mais vale tarde do que nunca, os senhores reconheceram o erro, emendaram à mão e vou contar o tempo de serviço dos professores. Para nós é isso que conta, mas termino só dizendo que isto não foi uma luta de sindicatos, não foi uma luta de sindicatos e alguns ao serviço de alguns partidos.

Olho para a esquerda e olho para a direita, a minha direita e a minha esquerda, e, portanto, esta luta foi dos professores, dos docentes, individualmente ou a Sra. Deputada já não tem memória das manifestações que fizeram aqui à porta?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Estive lá!

Deputado Jorge Jorge (PSD): Virou as costas aos professores!

O Orador: Não tem memória das reivindicações todas que fizeram? Ou já se esqueceu?

Memória, Sra. Deputada, para aprendizagem é preciso memória! É preciso não esquecer. Portanto, é uma vitória que não é minha, não é do Bloco, não é do PSD, é dos professores, é dos docentes, que aguentaram estoicamente este tempo todo, todos os impropérios que os senhores lhes quiseram dirigir, toda a desconsideração que lhes quiseram infligir. Portanto, os senhores desrespeitaram, chegaram ao ponto de faltar ao respeito à classe docente nesta Região Autónoma dos Açores.

Portanto, a minha palavra e última é para eles, pela sua coragem (pela sua coragem!) e pela sua persistência para hoje eles terem conseguido aqui ver reconhecido o seu tempo de serviço.

Eu espero é que lhes seja devidamente pago e na altura certa e sem tibiezas.

Sra. Deputada, andamos cá todos há muitos anos e sabemos tudo o que pode acontecer.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Eu não! O senhor, eu não!

O Orador: Isso agora é as melhores finanças dos Açores lá por artes de não sei quem, se vierem as piores finanças dos Açores não se vai indexar o pagamento dos professores às melhores ou às piores finanças.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não há proposta orçamental!

O Orador: Portanto, o diploma está aprovado. Eu percebi bem o que o Sr. Secretário quis dizer. Não há cá nem melhores, nem piores finanças.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é o PSD!

O Orador: Há um diploma que é aprovado e os senhores têm um compromisso que têm de pagar. Porque não vão amanhã dizer que se as finanças forem piores, que se houver uma derrapagem orçamental que, enfim, vai ter que suspender o pagamento aos professores. É a pergunta ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso é a proposta da Madeira!

O Orador: Não, não! Mas também é a pergunta que eu coloco ao Sr. Secretário: ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A lei é a lei!

O Orador: ... é se essa garantia ... Eu sei que o incomoda, Sr. Secretário, mas eu tenho que fazer a pergunta.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não incomoda nada, pelo amor de Deus!

O Orador: Sr. Secretário, este pagamento e esta progressão estão indexados ao bom estado das finanças regionais? É a pergunta que eu deixo ao Sr. Secretário da Educação e Cultura.

E Sr. Membro do Governo, eu percebo que o incomode, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não incomoda nada!

O Orador: ... mas há que esclarecer as pessoas. Temos que saber, as pessoas têm de saber.

Se está na Madeira, porque é que não há de estar aqui?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Porque está escrito na lei da Madeira!

O Orador: Sim, mas os diplomas ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não é para si!

O Orador: É para mim, é!

Não, não! Não é para mim, é para os professores. É para os professores, Sr. Deputado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor está enriquecendo!

O Orador: É para os professores terem a garantia absoluta de que não vai haver recuos nesta matéria.

A gente já sabe também que o que o Sr. Secretário diz aqui às vezes depois no outro diz, coitado, é desautorizado, mas pronto. Faltava talvez aqui alguém das finanças que dissesse alguma coisa, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor está a enriquecer com a proposta! Essa é que é essa!

O Orador: ... mas os senhores finalmente reconheceram o erro e vão contar o tempo de serviço. Está a classe docente, que merece ser considerada nos Açores, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Merece, merece!

O Orador: Ao senhores não estão a dar nada aos professores. Os senhores estão a repor aquilo que eles perderam.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Por opção própria!

O Orador: É tão simples quanto isso. Estão a dar aquilo que eles perderam. Portanto, o dia será feliz deve ser em 2024. Hoje é o dia da aprovação. Talvez seja o início da felicidade, mas, como eu sou um homem de fé e de esperança, vamos aguardar para ver.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo pela referência em relação às melhores finanças nacionais.

É tão comicieira. É uma expressão tão fora da realidade ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor é que não gosta!

O Orador: ... que não merece mais nenhuma referência a não ser dizer: veja o estado em que está o sistema de saúde, veja que a execução orçamental anda à volta dos 70%, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nós só estamos em maio!

O Orador: ... veja o estado em que se encontra as empresas públicas, os prejuízos monumentais, veja os índices de pobreza que a Região enfrenta e veja se essa expressão sobre a prosperidade económica da Região faz algum tipo de sentido. Não merece, penso eu, mais nenhum tipo de referência.

A verdade é a seguinte: o Partido Socialista e o Governo Regional nunca se comprometeram com a recuperação integral do tempo de serviço a não ser naquele discurso, daquela noite, no âmbito da aprovação do Orçamento.

Antes, num conjunto de discussões que aqui tivemos, no âmbito das discussões que, entretanto, se realizaram com os sindicatos e com os professores o Governo nunca assumiu esse compromisso. Disse sempre que o problema não era financeiro, a questão não era uma questão financeira. Então, se não era financeira, era o quê?

Era política?

E nós percebemos bem que a questão era política, porque com o desenvolvimento da questão nacional ficámos a saber que a questão era política e que o Governo da República estava disponível para utilizar esta questão do ponto de vista político, jogando a opinião pública nacional contra os professores como fez recentemente criando uma crise política completamente artificial e não convinha ao Governo da República ter um Governo Regional ainda por cima liderado pelo Partido Socialista a reconhecer o tempo de serviço aqui nos Açores. Era tão somente isso. A vossa questão foi que sacrificaram os interesses dos professores, sacrificaram a resolução desta questão pura e simplesmente para ajudarem o vosso camarada António Costa. Essa era a vossa única preocupação.

Os professores tiveram processos disciplinares no âmbito da luta que empreenderam, esses professores sabem bem que não era esse o vosso compromisso, os professores que foram perseguidos pela Secretaria Regional da Educação ...

Deputado José Contente (PS): É uma vergonha dizer isso!

O Orador: ... sabem bem que não era esse o vosso compromisso e só o fizeram quando se encontraram numa situação política tão difícil como estavam naquela altura, mas devo vos dizer o seguinte: os senhores sabem que enfrentamos uma situação muito difícil. Esta questão, esta resposta, esta qualificação da nossa carreira docente é absolutamente essencial. Vou dar números de hoje. Vejam bem: neste momento, hoje, neste dia, se um professor

de português e francês do grupo 210 adoecer quantos professores é temos para substituir?

Vou dizer-vos: nenhum. Zero na Região Autónoma dos Açores.

Deputado José Contente (PS): Isso é outra discussão!

O Orador: Se um professor do grupo 320 – francês adoecer quem é que o vai substituir?

Nenhum! Zero! Não há ninguém na lista para o poder substituir.

Se tivermos algum professor de informática, vejam bem!, há uma proposta que vamos discutir a seguir para o reforço da aprendizagem da informática. Sabem quantos professores temos neste momento disponíveis para substituir algum professor que não possa exercer a sua atividade por qualquer razão?

Zero! Não temos nenhum professor de informática neste momento nas nossas listas.

E o professor de música a mesma coisa. Ou seja, se algum professor adoecer ou não poder exercer as suas funções a partir de hoje há alguém que o possa substituir?

Não!

E em muitos outros grupos o que é que está a acontecer?

Uma vez que não foi possível substituir os professores que estão em falta juntaram-se as turmas, há horários e horas extraordinárias ...

Deputado José Contente (PS): O senhor gostava que a gente não discutisse este diploma? É chato debater este diploma!

O Orador: ... que foram atribuídos a muitos professores. Nós encontramos-nos numa situação tremendamente difícil e vamos enfrentar uma situação cada vez mais difícil nos próximos anos. Vamos voltar a ter falta de professores nos Açores.

Qual é a resposta mais lógica?

Qual é a resposta mais racional?

Deputado José Contente (PS): Oh Sra. Presidente, este diploma não tem nada a ver com isto!

O Orador: E não me digam que isto é uma resposta populista à reivindicação justa de uma classe que é neste caso a classe docente.

Não! É uma absoluta necessidade.

Há uns anos, há 20 anos, nós estávamos a pagar mais 30 ou 40% do vencimento, um acréscimo de 30 ou 40% do vencimento, ...

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, isto não tem nada a ver com o diploma?

O Orador: ... exatamente aos professores, exatamente para conseguir captar professores para a Região Autónoma dos Açores. Precisávamos disso.

Portanto, nós com a carreira que tínhamos, sem reconhecer este tempo de serviço, com um problema que é um problema nacional, porque dentro de poucos anos vamos ter também muita falta de professores no território nacional, é evidente que na nossa Região passaríamos, já estamos a passar. Há professores que faltam nas nossas escolas em muitos grupos disciplinares e a única resposta lógica, a única resposta (torna a repetir) não populista, uma resposta que responde de facto à necessidade do sistema ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): E sobre o diploma?

O Orador: ... para além de ser justa, que é reconhecer o tempo de serviço dos professores, é qualificar a nossa carreira. Por isso, o tempo que se perdeu aqui com uma conflitualidade desnecessária, tendo em conta a necessidade que nós temos, que a Região Autónoma dos Açores tem, é algo que não vos podemos perdoar.

De qualquer das formas, digam os senhores o que disserem a questão é esta: os senhores criaram uma crise do ponto de vista político, criaram obstáculos do ponto de vista da resolução desta questão por um motivo partidário. Partidário! Única e exclusivamente! É isso que é chocante, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Nós estamos a fazer o contrário do António Costa!

O Orador: ... que tenham utilizado os professores dos Açores até às últimas instâncias ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): A realidade diz o contrário!

O Orador: ... e não pensem que os professores dos Açores não estão solidários com os professores do território continental, porque é a mesma luta e é evidente que os professores daqui também vão lutar para que também seja reconhecido o tempo de serviço aos seus colegas do território continental.

Devo dizer para terminar esta primeira intervenção que o PPM obviamente ... Votámos logo na comissão favoravelmente esta iniciativa, porque o que nos interessa é resolver esta questão. Interessa-nos resolver esta questão, mas não para captar votos. É porque é essencial que esta questão se resolva e mais do que isso: vamos ter que fazer nos próximos anos, além de recuperarmos o tempo de serviço, de reconhecermos o tempo de serviço que efetivamente foi prestado pelos professores, vamos ter que adotar outras medidas, porque isto é um problema dramático.

Eu já fiz algumas projeções e nos próximos dois, três anos, quatro anos, cinco anos vamos ter enormes dificuldades numa série de grupos de docentes. Vamos ter enormes dificuldades! Portanto, vamos ter que criar medidas suplementares para que se possa fixar um grupo de docentes na Região Autónoma dos Açores e para que eles fiquem na Região. Para isso é preciso criar condições para que eles fiquem na Região. A classe docente é essencial no âmbito de um projeto político de desenvolvimento dos Açores. É absolutamente essencial. É pena que se tenha perdido tanto tempo nesta questão e que os senhores não tenham reconhecido desde logo que era inteligente, era necessário resolver esta questão

o mais depressa possível. Perdeu-se um ano e meio de combate político e sindical absolutamente desnecessário só porque os senhores queriam dar uma mão ao António Costa.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sr. Deputado, a realidade contradiz isso! Nós estamos a fazer o contrário! Como é que pode dizer isso?

Deputado José Contento (PS): Isso é exatamente o contrário!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem agora a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, dirigindo-me à sua última intervenção, e dizer-lhe que se hoje nos Açores há um sistema educativo regional coeso, estável e um bom sistema educativo regional, é, em parte, pelas boas políticas dos governos socialistas. Disso não haja a menor dúvida.

Nós criámos um edifício legislativo no sistema educativo regional pioneiro em várias áreas, portanto, essa “pseudolição” que o Sr. Deputado quis dar no fim quero-lhe dizer que os governos socialistas suportados por este partido têm ao longo do tempo feito reformas sempre que assim entende necessário, reformas que entende que irão melhorar o sistema educativo e fê-lo ao longo destes 23 anos com diplomas inovadores ao nível das necessidades educativas especiais, por exemplo, ao nível da introdução do inglês no 1.º ciclo entre outras e tantas outras matérias.

Portanto, da nossa parte quero dizer-lhe que não reconheço da forma como o Sr. Deputado colocou esta matéria aqui.

Quero também dizer no que diz respeito àquilo que hoje nos traz: sim, é um dia feliz para o sistema educativo regional, que é a garantia da contabilização do tempo de serviço dos professores de 2011 a 2017, como há pouco o Sr.

Deputado Artur Lima, que não está, mas há pouco dizia a questão memória e da história.

Não há nenhum professor nesta Região que em contato com qualquer um dos Srs. e Sras. Deputados do Partido Socialista, quer individualmente, quer em conjunto, quer em manifestações, como aqui à porta da casa da autonomia, não tenha o Partido Socialista, na pessoa dos seus deputados, os tenha recebido, tenha-os ouvido e tenha-lhes dito aquilo que dissemos sempre. Ninguém pode acusar aqui o Partido Socialista de não ter sido coerente. Nós dissemos sempre às Sras. Professoras e aos Srs. Professores: o Partido Socialista compromete-se que no fim deste processo os professores que tenham hoje o melhor Estatuto da Carreira Docente do país continuarão a ter. Por muito que vos custe este foi o compromisso coerente do Partido Socialista. Ninguém pode apontar uma incoerência neste processo.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Bem lembrado!

A Oradora: Essa é a primeira questão.

Segunda questão, mais um ponto coerente que também de certa forma incomoda-os. Há pouco levantou-se o Sr. Deputado Jorge Jorge do PSD fazendo um histórico, lembrando os tempos em que já houve a contabilização do tempo de serviço e aqueles que agora faltam.

Oh, Sr. Deputado, não sei se dizendo isto ofenderei algum dos Srs. Deputados que esteve na altura na sua bancada, mas se calhar deveria estar o Sr. Deputado lá para o PSD não se tivesse abtido de contabilizar o tempo de serviço dos professores de 2005 a 2007.

Deputado José Contente (PS): Bem lembrado!

A Oradora: É porque tivemos um PSD que em 2005/2007 absteve-se, ...

Deputado José Contente (PS): Ora bem! É verdade!

A Oradora: ... mas agora vem repor glórias como se fosse o defensor do tempo de serviço.

Não, não são os defensores do tempo de serviço.

Fomos nós! Fomos nós que aqui propusemos a contabilização do tempo de serviço de 2005 a 2007 e é o Governo socialista que hoje, aqui, perante a vossa maioria negativa no continente, vem trazer uma solução e ninguém nesta Casa pode apontar um único dedo de incoerência ao Partido Socialista.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: Outra questão: o Partido Socialista nunca, nunca instrumentalizou os professores. Nunca! Eles sabem ...

Deputado António Almeida (PSD): Eles não deixaram!

A Oradora: ... porque nós sempre os ouvimos. Podíamos ter posições diferentes, podíamos não concordar com aquelas que eram suas posições imediatas, mas não há nenhum professor nesta Região que nos tenha contactado por telefone, por rede social, por email, por contato pessoal, que o Partido Socialista não tenha dito sempre a mesma coisa. Ninguém nos pode acusar de incoerência. Ninguém nos pode acusar!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Instrumentalizar, sim, no debate de julho, houve aqui sim efetivamente, há pouco referido pelo Sr. Deputado Artur Lima, mas o Sr. Deputado do PPM, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, dizia aqui que convocava todos os partidos por acordo antes das eleições para resolverem esta situação. Mas afinal quem é que instrumentalizou os professores?

Fomos nós, o Partido Socialista, ou foi pela voz do Sr. Deputado do PPM, que fez este convite antes das eleições?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fiz, fiz!

A Oradora: O Sr. Deputado é que instrumentalizou os votos dos professores e tentou-os chamar a si através desta proposta antes das eleições.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Devia ter vergonha na cara!

A Oradora: Para terminar, dizer uma coisa que me parece deveras importante e que não pode em momento algum passar a mínima dúvida, mas a mínima dúvida.

Hoje, aqui, a esta Casa é trazida uma excelente proposta. É uma proposta que diz que os professores integrados na carreira, poderão a partir do dia 1 de setembro recuperar o seu tempo de serviço até seis anos. Podendo até ser menos consoante o número de professores que venham a ser aposentados. É uma proposta que diz que os professores contratados (e já agora voltando um pouco atrás do facto do nosso Estatuto ser o melhor do país nós aqui, na nossa Região, contabilizamos o tempo de serviço dos professores contratados como tempo contabilizado para a sua carreira), como eu dizia, vão também poder ver o seu tempo recuperado; os professores contratados após 1 de setembro de 2024 vão continuar a poder contabilizar o seu tempo de serviço.

Isto não é o que dizia a proposta do PSD e eu não posso admitir que o PSD venha aqui dizer pela voz do Sr. Deputado Jorge Jorge o que disse, porque não é verdade.

A proposta do PSD dizia de uma forma geral duas coisas que a mim incomodou-me, a nós, Partido Socialista, levou-nos a tomar a decisão de não aprovar.

Primeiro: tinha um travão orçamental.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): As melhores finanças de Portugal não precisam de travão orçamental, Sra. Deputada!

A Oradora: A proposta do PSD estava vinculada ao orçamento regional.

Segundo: iniciava-se a contagem quanto?

Eram 525 dias no ano de 2019, mais 525 no ano de 2020 e por aí fora até 2025.

O que é que isto queria dizer ou o que é que isto quer dizer?

Quer dizer que o professor que entrasse na carreira ou estivesse na carreira em 2019 efetivamente ia recuperar todo o tempo de serviço.

Mas o professor que entrasse em 2020 já teria perdido o de 2019 e o professor que entrasse em 2021 teria perdido os mil dias de serviço de 2019 e 2020. Esta é a questão. A vossa proposta penalizava os professores dos Açores ...

Deputado Luís Maurício (PSD): É preciso ter lata para dizer isso! Passado um ano ainda diz isso!

A Oradora: ... e quanto a isso e por essa razão nós não estivemos do vosso lado. Essa é que é. Basta analisar a proposta.

Deputado José Contente (PS): Devia ter vergonha de dizer isso!

A Oradora: Aliás, se dúvidas existissem, Sr. Deputado Luís Maurício, basta ler o relatório desta audição. Basta ler!

Portanto, foi para nós, o nosso entendimento.

Para terminar esta intervenção quero dizer algo que me parece ser muito simples e os açorianos percebem de uma forma clara, transparente, os açorianos e os professores em particular têm uma enorme capacitação cívica e veem o que se passa aqui nos Açores e veem o que se passa no continente. Aqui podem ter sempre a certeza que esta maioria positiva estará sempre do lado de melhor servir os açorianos, de melhor servir os professores e neste caso esta proposta apresentada é a melhor proposta que garante que se recupere todo o tempo de serviço aos professores, quer estejam na carreira, quer aqueles que venham a integrar e é para isso que nós estamos. Não é para uma parte, é para um todo da população.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Veja bem, eu sou talvez a última pessoa, o último partido que pode achar que ganhou eleições na Região Autónoma dos Açores. Ao longo destas três legislaturas só elegeu um deputado. Portanto, a minha preocupação, ao contrário da de V. Exa., era resolver a questão.

Portanto, quando convidei todos os partidos a incluírem esta questão nos seus programas eleitorais ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não foi isso que disse!

O Orador: ... foi obviamente ter uma atitude proativa, ou seja, Vs. Exas. não o fariam, nós fazemos.

Portanto, nesse sentido eu penso até que foi uma boa iniciativa. Terá talvez contribuído para a resolução desta questão por parte de Vs. Exas. ao saberem que existia por parte da oposição um acordo nesta matéria de forma específica.

Não me arrependo nada de ter feito essa ameaça, porque acho que foi um elemento essencial também no âmbito da resolução dessa questão, isso e as sondagens para Vs. Exas.

Devo dizer que aquilo que importa (volto outra vez ao que importa) ...

Deputado Francisco Coelho (PS): O que importa é o que está aqui!

O Orador: ... porque o que Vs. Exas. estão aqui a fazer é pura propaganda política e a desmentir aquilo que toda a gente sabe. É possível rebobinar o filme e toda a gente sabe qual era a vossa posição inicial, mas o que interessa (eu volto a referenciar, tenho muito pouco tempo, só tenho 10 minutos neste debate, Vs. Exas. tem muito mais tempo), dizer-vos apenas o seguinte: esta questão era uma questão que tinha de ser resolvida.

Como sabem, o Sr. Secretário se o quiser dizer, pode afirmar que há uma sangria tremenda de professores todos os anos na Região Autónoma dos Açores, que era um problema que era preciso resolver.

Há pouco o Sr. Deputado Alonso Miguel perguntou-me: “Mas quais são os grupos em que temos dificuldades?”

Sr. Deputado, temos dificuldades em todos os grupos menos na educação pré-escolar, no 1.º ciclo do ensino básico, na educação física, no grupo 620 e na educação física também, no grupo 260, em que temos ainda algumas dezenas de candidatos.

Em todos os restantes grupos ou já não temos, ou temos muito poucos.

Portanto, estamos aqui a falar de um problema real e esta questão da valorização da carreira é essencial.

Ainda tenho mais algumas coisas para dizer, mas vou guardar os últimos 20 ou 30 segundos para uma última intervenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Sónia Nicolau, ainda bem que reforça várias vezes que nós temos a melhor carreira do país. Nós temos a população docente com menos de 34 anos entre os 10 e os 12%, temos metade dos professores até ao 3.º escalão, temos cerca de três mil professores até ao 4.º escalão ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): E então?

O Orador: Então?

Significa que está tudo parado, não progredem nos Açores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não podem progredir!

O Orador: Onde é que está essa melhor carreira?

Eu não a consigo perceber, mas vou dizer-lhe uma coisa: esperamos agora que com o novo estatuto venha uma avalanche muito grande professores para a Região que nós precisamos deles.

Olhem, aproveitem para vir no barco que está na Grécia que não chega. Pode trazê-los, porque com certeza vão haver imensos professores a querer vir do continente para os Açores. Estão parados na carreira nos Açores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): A nós o que nos interessa são os Açores! Não desmereça os professores!

O Orador: Segundo ponto, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada falou em dois pontos que a tinham levado a não votar o Decreto Legislativo do PSD.

A Sra. Deputada, penso eu, que intencionalmente exclui um terceiro, mas vou dizer-lhe uma coisa: desses dois pontos nós fizemos a substituição integral do documento. O documento que foi a votação já não tinha o artigo 5.º.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Os cinco anos!

O Orador: Não, não tinha!

Mas vou dizer-lhe uma coisa: a Sra. Deputada disse e utilizou o termo ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): E votar um ano?

O Orador: ... que o nosso documento era ardiloso para os professores e dizia que o mais grave de todos era o ponto um do artigo 4.º, que era ardiloso para os professores e que este ponto um do artigo 4.º (está aqui dito por si) “é o mais grave de todos”.

Ora, o ponto 1 do artigo 4.º do PSD é precisamente igual ao ponto 1 do artigo 4.º do vosso Decreto Legislativo Regional.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Exatamente!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Igual, igual!

Foi por isso que a Sra. Deputada apenas falou em dois pontos que tinha levado a recuperar quando da outra vez tinha dito três.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Por isso é que os senhores fizeram a vossa proposta de alteração! Precisamente para corrigir isso!

O Orador: Sr. Secretário, queria deixar-lhe duas questões.

Primeira questão: quem esteve nesse período a trabalhar na Região Autónoma dos Açores por afetação do quadro do continente ou da Madeira e depois mais tarde efetivou nos Açores tem esse tempo contado?

Quem está, por exemplo, neste momento a trabalhar na Região, mas que na altura estava por afetação, mas que neste momento já está no quadro, esse tempo está contado, é contabilizado a esse professor?

Segunda questão: o Sr. Secretário disse em determinada altura do seu discurso que iriam pagar o tempo completo. Eu pergunto se vão pagar os retroativos?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Os professores nunca pediram!

O Orador: É porque pagar o tempo congelado é uma coisa e reposicionar as pessoas na carreira é outra. Portanto, eu queria que me esclarecesse se vão pagar os retroativos aos professores.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Foi com alguma estupefação que verificámos alguma ligeireza e até alguma galhofa de alguns partidos da oposição, sobretudo à nossa direita, sobre o assunto que temos aqui em discussão.

Parecia a uma determinada altura que o Partido Socialista estava, na vossa opinião, a rejeitar exatamente a proposta que o Governo vem aqui apresentar.

É extraordinário que os Srs. Deputados não tenham a capacidade para reconhecer que aquelas que foram algumas das vossas pretensões, mas sobretudo as pretensões dos professores que aqui estão também representados, está a ser apresentada pelo Governo enquanto proposta, materializada pelo Governo para discussão e validada e aprovada pelo Partido Socialista nesta câmara para que possa beneficiar o nosso sistema educativo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então vão votar a favor! Muito bem! Os senhores é que não queriam!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Desde sempre qualquer pessoa que queira fazer uma análise da presença e do trabalho que os governos do Partido Socialista têm tido ao nível da gestão do sistema educativo, da reconstrução e evolução do sistema educativo deverá reconhecer que nós sempre procurámos construir um sistema educativo para os alunos, que é o foco da nossa atenção, mas pelo facto de ser construído para os nossos alunos isto não quer dizer, antes pelo contrário, quer dizer que nós reconhecemos o papel do professor enquanto elemento fundamental na construção de um sistema de ensino.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Vocês só reconheceram depois do Presidente do Governo Regional vos pôr no lugar! Uma vergonha!

O Orador: Os professores sabem disso, todos aqueles que têm memória, quando nós resolvemos e demos atenção àquela que era a situação dos professores açorianos terem dificuldade a aceder à carreira docente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está fazendo agora um ano que os senhores não diziam isso!

O Orador: Os professor reconhecem isto quando nós na altura de dificuldades, nomeadamente na intervenção da Troika, o Governo do PS, os Governos do PS nos Açores atenderam para que o seu rendimento fosse largamente mantido em

relação àquilo que estava a acontecer no continente, quer os professores, quer os próprios funcionários públicos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh Sr. Deputado, não vai dizer isso outra vez!

Deputada Sónia Nicolau (PS): É verdade!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é verdade! Há subsídio de insularidade para isso, é o que diziam! Não voltem atrás com a vossa palavra!

O Orador: Os professores também reconhecem que o Estatuto da Carreira Docente nos Açores é um estatuto que foi longamente negociado com todos os sindicatos e que permitiu termos hoje inegavelmente um Estatuto da Carreira Docente que é melhor do que aquele que existe no continente e na Região Autónoma da Madeira.

Os professores também sabem que mesmo em relação ao congelamento das suas carreiras, mesmo quando estavam todas congeladas nos Açores e para o país, mesmo assim nos Açores havia dois anos que já tinham sido recuperados em relação ao continente.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Deputada Sónia Nicolau (PS): E o PSD absteve-se!

O Orador: Aquilo que sempre dissemos (disseram os deputados do Partido Socialista, disse o Sr. Secretário Regional, disse o Sr. Presidente) é que nós deveríamos esperar. Eu próprio disse isso aqui e a Sra. Deputada também disse. Nós deveríamos esperar, esperar para ver o que estava a ser feito no continente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porquê?

O Orador: Esperar para ver aquilo que estava a ser decidido também na Madeira.

Na Madeira foi decidido, nós ponderámos.

No continente percebemos que haveria uma conclusão em relação à sua posição e aí de uma forma informada, esclarecida, pudemos trabalhar com os sindicatos,

com os nossos parceiros no sentido de trazer a esta câmara a melhor solução que permitisse a que ser professor nos Açores fosse mais atrativo do que ser professor em qualquer outra parte do país.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É isso que nos move e é isso que trazemos aqui.

Nós temos essa faculdade, temos a faculdade ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O ano passado não tinha autonomia? Estava congelado!

O Orador: ... autonómica. A faculdade autonómica é saber exercer a decisão. A faculdade que a autonomia nos permite não é necessariamente fazer diferente. Foi isso que sempre dissemos. A faculdade da autonomia ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Não é uma galhofa! Para os senhores é!

A faculdade da autonomia é ponderando escolher fazer à nossa forma. É fazer-se diferente quando achamos que é importante, é fazer igual quando isso também é mais benéfico para nós.

Nós, ao contrário da direita, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A direita aqui tem um nome!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os fascistas maus!

O Orador: ... não nos apregoamos aqui a dizer conjuras de que fazemos diferente ao continente. Nós não apregoamos que vamos fazer diferente ao continente. Nós afirmamos de facto que estamos a fazer diferente.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Passaram o tempo todo a dizer que iam fazer igual ao continente e vem dizer que não é galhofa!

O Orador: Nós comprovamos que vamos fazer diferente ao continente. Nós estamos a aprovar uma proposta diferente à do continente, porque sabemos que atentas as nossas especificidades, que atenta a necessidade do professor nos Açores ser melhor tratado, ser mais atrativa a sua profissão do que é em todo o país, esta era a melhor forma de satisfazer as suas necessidades e satisfazendo as suas necessidades, satisfazendo e melhorando o sistema educativo dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sabe qual era a melhor proposta que tinham para os professores da Região? Era ter um Governo que soubesse governar!

O Orador: É isso que nos move e é por isso que vamos votar a favor desta proposta.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, na minha primeira intervenção, coloquei algumas questões, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora só amanhã de manhã!

O Orador: ... mas normalmente já estamos infelizmente habituados a que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura adie até *in extremis* as suas

respostas às questões e depois muitas vezes os partidos da oposição ou não têm tempo, o debate corre para o fim e depois não conseguem responder.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O debate ainda está a decorrer! O Sr. Secretário está aqui!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Ele não ignora! Ele adia!

O Orador: Mas eu estive a verificar (e agora efetivamente passou-se-me aqui os valores) no relatório da comissão as perguntas que eu coloquei foram efetivamente respondidas pelo Sr. Secretário que tinham a ver com o número de aposentações que tinham sucedido nos últimos anos na Região Autónoma dos Açores ao nível de pessoal docente.

Efetivamente os números de aposentações que tiveram lugar nos últimos anos foram muito abaixo dos 60. Não tenho aqui os números, porque estão no computador e efetivamente passou (os computadores têm dessas coisas!), mas os números estão muito abaixo de 30, muito seguramente são algumas poucas dezenas de aposentações. Ou seja, uma das grandes vantagens vendidas pelo Governo Regional relativamente a esta proposta, que é uma proposta perfeitamente razoável e que faz sentido, ... Mas o Governo Regional acenou várias vezes com um bónus, com uma bonificação para uma aceleração da recuperação do tempo de serviço tendo em conta o número de aposentações. Ou seja, passando a explicar, se ultrapasse um determinado número de aposentações no ano anterior essa recuperação do tempo de serviço seria mais célere, mais rápida.

Ora, olhando aqui para a fórmula que o Governo Regional propõe, em primeiro lugar, há aqui um fator, que é o tal fator de bonificação, representado por *b* na fórmula, e esse fator é multiplicado por 30 e depois há um conjunto de outros cálculos.

Aquilo que temos na proposta é que se o número de aposentações no ano anterior for inferior a 60 esse fator de bonificação que multiplica com os restantes fatores corresponde a zero, ou seja, zero vezes qualquer número, julgo eu, que corresponde a zero. Não me falha a matemática, estamos a falar de educação ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Ou seja, há aqui uma parcela da fórmula que tem uma multiplicação por zero, ou seja, não serve para nada.

Ora, esta forma de legislar, ainda por cima colocando um número de aposentações que está muito acima daquilo que é previsível que aconteça ou que tem acontecido nos últimos anos não é, Sr. Secretário, uma forma séria de legislar. Ou se diz que não é possível e coloca-se na fórmula da contabilização de tempo de serviço todos os fatores de forma clara, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas isso é claro, Sr. Deputado!

O Orador: ... ou então não se legisla desta forma. Por isso mesmo o Bloco de Esquerda tem uma proposta de alteração que reduz o número de aposentações de 60 para 30 a partir do qual essa bonificação é atribuída e retira esse disparate que é multiplicar um qualquer fator de bonificação por zero. Isso não faz sentido. Não é uma forma séria de legislar e é preciso que o Governo Regional diga efetivamente qual é a sua previsão de aposentações para os próximos anos, porque isso é fundamental para se perceber o alcance da proposta.

Mas eu julgo que podemos concluir uma coisa: a proposta do Governo Regional indo de acordo àquela que é, em grande medida, a reivindicação dos professores, que é uma reivindicação mais do que justa, não se percebe como é que até na hora de conceder aquilo que é justo o Governo Regional não resista a fazer esta maldade aos professores.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem agora a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltei a este debate porque entendo que não obstante as nossas diferenças políticas sobre as matérias, as nossas posições, toda a substância das nossas intervenções, não se pode forma nenhuma deturpar aquilo que foi dito e recuperando uma frase e muito bem do Sr. Deputado Artur Lima é preciso ter memória, é preciso aprender também com a memória e é recorrendo à memória, Sr. Deputado Jorge Jorge, que eu quero aqui clarificar a situação, porque quem o ouviu pode ser levado a entender que efetivamente um dos motivos que o Partido Socialista apresentou nesta Casa para não votar afinal não fazem sentido porque o Governo até tem parecido, que não é igual, um artigo ao do PSD.

Deixe-me clarificar. Como o Sr. Deputado Jorge Jorge sabe (e eu não percebo porque é que o fez, porque com a consideração que tenho por si, não esperava que tivesse feito isso, mas pronto, nós vamos aprendendo com as pessoas também no debate político) muito bem que a consideração que eu fiz relativamente ao artigo 4.º e que está muito bem plasmada no relatório da comissão fazia igualmente porque também estava associado da proposta do PSD o artigo 6.º, o artigo das disposições orçamentais em que tinha um travão orçamental. Logicamente que o artigo 4.º conjugado com o artigo 6.º, sim, era ardiloso, enganava os professores e foi isso que eu disse. Essa foi uma das razões. Mas há mais uma outra razão, Sr. Deputado, e eu não quero que de forma alguma passe aqui despercebido e eu vou dizer qual é e essa sim foi também uma das razões pela qual o Partido Socialista votou contra, porque é o seguinte e vou tornar a repetir: o PSD propôs aqui que os docentes recuperassem o tempo em 2019 e 2023, uma baliza de tempo.

O que é que isto quer dizer?

Que o docente que entrasse em 2023 na carreira recuperaria 377 dias, mas o docente que entrasse em 2024 com tempo congelado recuperava zero. Zero! Porque o vosso diploma balizava e o Sr. Deputado sabe que esta é a verdade. Portanto, esta minha intervenção é para dizer duas coisas que eu não posso deixar de dizer aqui e ficar bem claras.

Primeiro: estamos na presença de um excelente diploma que recupera o tempo de serviço de 7 anos congelados em seis anos. Ponto número um.

Ponto número dois: a apreciação que o partido Socialista fez em sede de comissão foi uma apreciação e todo o diploma no conjunto, perante uma lei travão que os senhores colocaram lá por cópia de uma legislação da Madeira. Isso nós votámos contra e se hoje aqui tivesse sido apresentado nós teríamos votado contra novamente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O PS esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prescindo.

Presidente: Prescinde?

Prescindi. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Durante a discussão que aqui ocorreu várias questões me foram colocadas. Eu não quero obviamente perder a oportunidade de poder responder a elas.

O Sr. Deputado António Lima, na sua primeira intervenção e depois reforçando já na segunda, indagou sobre o número de aposentações verificadas nos Açores nos últimos anos, sobre o número de aposentações previstas para os anos futuros. Posso passar a indicar esses números que me solicitou. Entre 2007 e

2018 verificou-se o seguinte: em 2007, 48 aposentações; em 2008, 97; em 2009, 45; em 2010, 41; em 2011, também 41; em 2012, 61; em 2013, 57; em 2014, 26; em 2015, 18; em 2016, 13; em 2017, 12; em 2018, 16.

Esqueçamos agora o passado, analisemos o presente e o futuro.

Em matéria de previsão de aposentações os nossos cálculos são os seguintes: 2019, 23; 2020, 23; 2021, 54; 2022, 60; 2023, 91; 2024, 79.

Tudo isto é eventualmente alterável, fruto do relativo envelhecimento da população e obviamente que também da classe docente que acresce, como é óbvio, os candidatos à aposentação.

Esta questão foi também levantada pelo Sr. Deputado Artur Lima, a resposta fica dada obviamente que aos dois.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era isso que eu queria saber!

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Jorge produziu aqui uma afirmação curiosa, quase que espantosa. Disse que o Partido Socialista e concretamente o Governo tinham mudado de opinião por via do conhecimento de sondagens negativas, diria mais, negativíssimas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não!

O Orador: Eu lembrava o Sr. Deputado de que a mais recente, a mais rigorosa sondagem foi feita no passado dia 26 de maio e o PS/Açores valeu cerca do dobro do PSD/Açores.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A sério?

Deputado António Almeida (PSD): Isso foi um estudo de opinião!

Presidente: Sras. e Srs. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os apartes são regimentais!

O Orador: De resto, o Sr. Deputado Jorge Jorge ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor pode continuar!

O Orador: Obrigado.

De resto, o Sr. Deputado Jorge Jorge certamente que não terá citado muito literalmente uma das minhas afirmações, aquela do “custe o que custe”, ou “custe o que custar”. Enfim, não sei.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Está no diário das sessões! Mas eu sei!

O Orador: Não sei!

O Sr. Deputado Artur Lima duvidou, e acho que não tem razões para duvidar, do facto deste Governo cumprir as suas obrigações e os seus compromissos.

Eu diria que os aumentos já estão a chegar ao bolso dos professores. Aqueles que resultaram do descongelamento das carreiras está a chegar ao bolso dos professores desde 1 de janeiro do ano passado ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Estão!

O Orador: ... e já se traduziram numa verba de cerca de 2 milhões de euros.

Relativamente à recuperação de rendimentos que há de recorrer da recuperação de tempo de serviço essa chegará ao bolso dos doentes, como diz este diploma, a partir do dia 1 de setembro de 2019.

Na sua segunda intervenção o Sr. Deputado Jorge Jorge fez alguns comentários e fez-me duas perguntas. Disse o Sr. Deputado Jorge Jorge que os professores nos Açores encontram-se na sua maioria em escalões baixos da carreira.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Até ao 4º.!

O Orador: Os dados são aqueles que efetivamente enunciou e eu obviamente que não vou contestá-los. Agora posso dizer que desta recuperação de tempo de serviço prevista neste diploma que garantidamente será hoje aqui aprovado os professores em média recuperam no fim do processo cerca de três escalões.

Levantou-me, portanto, o Sr. Deputado Jorge Jorge, uma questão muito específica sobre determinados professores que trabalharam nos Açores e se vão ter o seu tempo recuperado ou não.

É situação, enfim, efetivamente muito específica, mas que eu considero (e não estou aqui a assumir nenhum compromisso definitivo, fique claro) eventualmente enquadrável no âmbito deste Decreto Legislativo Regional. Devo dizer que é uma situação tão específica ao ponto de não ter sequer sido colocada em cima da mesa em negociação pelos sindicatos, o que vale a pena dizer porque isso é bem verdade, é que este diploma do Partido Socialista, este diploma do Governo abrange efetivamente muito mais gente do que aquela que era abrangida pelo diploma do PSD.

Finalmente, quanto à questão dos retroativos, oh Sr. Deputado, acho que não vale a pena responder.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para abordar mais três questões específicas que são as seguintes.

Em relação ao critério de bonificação relacionado com a aposentação eu quero aqui apresentar alguns números, aliás, são números que foram calculados pelo Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, e vou dizer-lhe em relação a isto que em 2015 temos 16 aposentações; em 2016, 12; em 2017, 9; em 2018, 17 e até meados deste ano 3.

Ou seja, estamos a falar de um número muito baixo de aposentações. Está muito longe dos critérios de bonificação, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... ou seja, esta bonificação não é real, não acontece porque de facto o número de aposentações é muito baixo em relação ao valor que Vs. Exas. consideram no diploma.

Tenho de terminar, não é Sra. Presidente?

Tenho ainda mais uma referência para terminar, Sra. Presidente. Dizer apenas que a questão não fica inteiramente resolvida.

Da parte da Representação Parlamentar do PPM temos o compromisso também de recuperar o tempo de serviço que foi perdido na transição entre carreiras. Esse tempo não é recuperado, não foi contemplado neste diploma. Da nossa parte existe esse compromisso.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, olhe, vou deixar aqui mais um desafio: ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... que todos os partidos da oposição coloquem a resolução desta questão nos seus programas para as eleições de 2020.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, só para concluir.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, há de me fazer justiça que eu não disse que tinham chumbado o diploma por causa daquele terceiro ponto de ser ardiloso.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Já me tinha esquecido!

O Orador: O que lhe disse, Sra. Deputada, foi que em relação ao artigo que falava nas questões orçamentais houve uma substituição integral do diploma aqui na sessão. Se calhar passou-lhe despercebido.

Deputada Sónia Nicolau (PS): No relatório não!

O Orador: Esse artigo foi retirado.

Depois em relação ao ponto 1, do artigo 4.º, que a Sra. Deputada considerou o mais ardiloso e o mais grave, que não permita cumprir o DLR, vou lhe citar as suas palavras, porque é igual ao que está no DLR do PS.

Portanto, esta proposta (e daí nós dizermos que é uma proposta ardilosa) e a norma travão que está no ponto 4.º que foi dito por um dos sindicatos é claramente o impedimento à concretização do princípio deste DLR, ou seja, se é para um é para outro; se aquela norma era tão ardilosa para os professores, continua a ser ardilosa. Não é só pelo facto de estar no DLR do PS que deixou de ser ardilosa.

Obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não há norma travão neste! O senhor faz melhor do que isso! Muito melhor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Não havendo mais inscrições para o debate na generalidade, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é aplaudir o ridículo!

Deputado José Contente (PS): Há uns que aplaudem e outros que falam!

Presidente: Passamos agora para o debate e votação na especialidade.

Julgo não haver inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

Julgo que para apresentar as alterações. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já foram distribuídas duas propostas de alteração do Bloco de Esquerda a este diploma e a primeira não parece ser muito óbvia e exige uma explicação, porque ela tem a ver e pretende reconhecer o tempo de serviço prestado por professores que não tiveram o tempo de serviço reconhecido em 2008 por força da aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, tempo esse que foi congelado no período de agosto de 2005 a 31 de dezembro de 2017. Procura corrigir esta situação que trouxe alguma injustiça para com alguns docentes que não viram esse tempo reconhecido. Foi uma das propostas e uma das questões levantadas por um dos sindicatos, julgo que com o SDPA, durante audições a este diploma.

A outra proposta de alteração prende-se efetivamente com outras intervenções que já fiz e tem a ver com o fator de bonificação.

Oras, nós entendemos que a existir um fator de bonificação ele deve ser minimamente credível e possível. Nós propomos que de zero a 30 aposentações haja um fator de bonificação de um. Isso parece-nos razoável, até tendo em conta o número de aposentações que o Sr. Secretário referiu que poderão ser possíveis nos próximos anos, ou que são expeáveis nos próximos anos.

Se o número de aposentações for igual ou superior a 30 e inferior a 50 o fator de bonificação de dois e superior a 50 um fator de bonificação que corresponde a três para que esse fator de bonificação seja efetivamente algo credível e para que possa ser possível é preciso alterar a forma como ele está aplicado e julgo eu que faria todo o sentido, faz todo o sentido, que seja alterado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então iniciar a votação na especialidade.

Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do Partido Socialista, tendo a favor 17 votos do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda também a este artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do Partido Socialista e obteve 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação o artigo 4.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Finalmente o artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Para uma interpelação à Mesa?

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, nós votámos contra à bocado sobre a proposta. Foi referido aqui como abstenção.

Presidente: No anúncio da votação?

O Orador: Sim.

Presidente: Mas está marcado como votação contra.

O Orador: Ok. Foi anunciado como abstenção.

Presidente: Mas se quiserem repetir a votação nós podemos repetir a votação para que não haja dúvidas, mas no boletim ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Foi? Muito obrigado.

Estando esclarecido, por mim ...

Presidente: Obrigada.

Penso que íamos fazer a votação final global. Exatamente.

Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Agora não batem palmas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então e as palmas?

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma declaração de voto!

Presidente: Uma declaração de voto, mas podia não ser, Sr. Deputado. Tenho sempre que perguntar.

Tem a palavra para uma declaração de voto, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para me congratular com a aprovação deste diploma. É um problema que fica resolvido. É um problema que demorou demasiado tempo a resolver, que provocou uma conflitualidade desnecessária nas nossas escolas que os senhores sabiam que existe esta necessidade de qualificar a nossa classe docente, que é necessário encontrar mecanismos que permitam fixar a nossa classe docente, que há uma sangria anual enorme do ponto de vista da nossa classe docente, há muitos professores a sair da Região. Nos próximos anos é expectável que o próprio sistema educativo a nível nacional passe a ter grandes carências mesmo em áreas onde era impensável há poucos anos, como por exemplo nas áreas urbanas, e é evidentemente para nós absolutamente crucial assegurar a nossa classe docente e a forma de segurar a nossa classe docente no nosso território ...

Deputado Francisco César (PS): É o que estamos a fazer!

O Orador: ... é de facto qualificando a sua carreira.

Estou absolutamente convencido que mesmo estes mecanismos de reconhecimento do tempo de serviço não são suficientes para evitarmos uma sangria de professores nos próximos anos. São necessários mecanismos que permitam a fixação dos professores, que eles não saiam da Região e é necessário atrair alguns grupos docentes onde somos claramente deficitários e onde a Universidade dos Açores também não está a dar resposta neste momento, não está a formar professores nessas áreas. Portanto, é preciso perspetivar o futuro e o futuro é um futuro em que vamos precisar de professores, é um futuro em que vamos ter de apostar em criar mecanismos que nos permitam que os nossos alunos, as nossas escolas e as nossas famílias não venham a ter dificuldades como tínhamos há vinte e tal anos atrás de conseguir

fixar professores nas nossas escolas e de darmos resposta de terem os professores durante todo o ano letivo. É essencial que isso se faça.

Lamento muito que esta questão não se tenha resolvido logo e que esta questão tenha sido utilizada politicamente ...

Deputado José Contente (PS): Isso é falso!

O Orador: ... por parte de Vs. Exas. no sentido de ajudar o Governo da República nesta matéria.

Mas seja como for a questão foi retificada por Vs. Exas perante a situação em que nos encontrávamos e com muitos sacrifícios da classe docente, porque foi a classe docente que conseguiu, através de enormes sacrifícios e enfrentando perseguições nas nossas escolas, foi a classe docente que conseguiu inverter esta ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sabe que não posso protestar numa declaração de voto!

Presidente: Sr. Deputado, não vamos repetir o debate.

O Orador: É verdade e reitero. É verdade e reitero!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, está no âmbito da declaração de voto.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

Mas são factos. Foi através de enormes sacrifícios que se conseguiu esta vitória, que é uma vitória importante. Não é uma vitória importante apenas para os professores, é importante para o nosso sistema educativo, é importante para as nossas famílias, é importante para as nossas escolas e é importante, importantíssima para os nossos alunos.

Deixem-me que vos diga o seguinte: acho que um sistema educativo que funciona é fundamental para enfrentarmos os problemas que a nossa sociedade enfrenta, neste momento, por exemplo, no âmbito da pobreza.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, está no âmbito da declaração de voto.

O Orador: Como é que se consegue resgatar tanta gente ...

Sra. Presidente, estou a fazer uma ligação entre a importância de um sistema educativo para enfrentar problemas como a pobreza. Acho que a relação é direta, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas nós neste momento não estamos em debate. Nós estamos em declaração de voto.

O Orador: Com certeza, Sra. Presidente.

Termino, mas deixe-me dizer que eu acredito, muita gente acredita, que o sistema educativo é fundamental para criar igualdades de oportunidades na nossa sociedade. É fundamental para criar igualdade de oportunidades.

Se queremos resolver muitos dos nossos problemas temos de começar por resolver no âmbito do nosso sistema educativo. Eu acredito profundamente nesta matéria, mas termino, Sra. Presidente, evidentemente respeitando aquela que foi a sua chamada de atenção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sónia Nicolau para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Iniciei a minha intervenção dizendo que hoje é um dia feliz para o sistema educativo regional e sobre isso não tenho a menor dúvida, nem mesmo depois de um debate que levou à condução da aprovação desta proposta, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É óbvio que íamos votar a favor!

A Oradora: ... que por vezes raiava aqui quase algum ciúme, mas que nós deixamos passar nesta fase, porque a verdade é que no fim todos votaram a favor desta proposta.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor, como votou a favor, Sras. e Srs. Deputados, de outros diplomas que conferem hoje o excelente edifício legislativo que nós temos no sistema educativo regional.

Aliás, atrever-me-ia a dizer melhor que em muitos outros países, desde logo do aluno, ao docente, ao discente, ao material escolar, aos apoios.

Portanto, nós temos um excelente sistema educativo, um orgulho imenso nos nossos professores, nós temos um orgulho imenso nos nossos alunos e aprovamos esta proposta porque acreditamos que efetivamente, tal como sempre dissemos, eles merecem o melhor estatuto da carreira docente e vão continuar a ter o melhor estatuto da carreira docente, porque nós não medimos os nossos professores pelos sucessos dos rankings, ...

Deputado Luís Maurício (PS): Olhe a declaração de voto, Sra. Deputada, apesar da latitude!

A Oradora: ... nós não medimos os nossos professores pelos sucessos das provas. Nós medimos os nossos professores sempre que um professor olhe para um aluno e consiga mitigar as dificuldades que ele tem em casa e ao chegar à escola. É esta a medição do sucesso que nós fazemos, o potencial do aluno.

Por isso, aprovámos esta proposta porque ela garante que os nossos professores vejam recuperados o seu tempo de serviço e o sucesso efetivo do sistema efetivo é quando nós conseguimos criar nas nossas crianças e jovens o seu verdadeiro potencial.

Por fim, hoje, aqui, com a aprovação desta proposta que todos nós nos orgulhamos com certeza, mais uma vez se provou que o Partido Socialista está para servir os açorianos, os interesses dos Açores acima de todas e quaisquer questiúnculas.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A senhora acha que alguém acredita nisso?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é realmente um dia feliz para os professores e para o sistema educativo regional.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não parecia!

O Orador: É pena que esta felicidade já não tenha estado espelhada pelo sistema educativo regional desde janeiro de 2019, como pretendia o PSD pelo Decreto Legislativo Regional que aqui apresentou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta felicidade poderia já estar há vários meses no sistema educativo regional, nas escolas, nos professores.

Esta não é uma vitória de ninguém individual, mas é uma vitória da harmonia e da justiça e de toda a associação que se estabeleceu entre professores, alunos e comunidade educativa no geral, porque a comunidade educativa deu a mão aos professores, a comunidade educativa, a população em geral abraçou a causa dos professores e foi isso que fez com que hoje estivéssemos aqui a dizer que é um dia de felicidade, porque foi isso que fez com que o PS desse o dito por não dito e apresentasse esta iniciativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Caso tivessem percebido que não havia esta harmonia entre sociedade, comunidade educativa e reivindicação dos professores, os professores ainda hoje estariam na luta, uma luta que, como eu disse e termino como comecei, poderia já estar há vários meses resolvida e foi um ano perdido na questão dos professores.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta proposta como não poderia deixar de ser, em primeiro lugar, porque ela dá corpo àquela que é uma mais do que justa reivindicação e desejo dos professores e professoras dos Açores. Há muito que lutavam por este reconhecimento e o Bloco de Esquerda esteve desde a primeira hora solidário com esta luta. Apresentámos várias propostas. Em dois orçamentos e um projeto de resolução.

Estivemos sempre na reivindicação juntamente com os professores, ajudando-os nessa luta, porque ela não havia dúvidas que tinha de ser ganha. Foi ganha porque eles não desistiram e quando não se desiste, quando a luta é justa, é preciso reconhecer que ela é e que essas vitórias são de quem faz estas lutas.

É pena apenas que o Partido Socialista e o Governo Regional não tenham reconhecido o erro que foi protelar esta decisão durante tanto tempo, porque efetivamente foi um erro e só faltou (e julgo que ficava bem) ao Governo Regional e ao Partido Socialista terem reconhecido o facto de terem demorado tanto tempo a reconhecer a justeza desta reivindicação. Só ficava bem ao Partido Socialista e ao Governo Regional.

Perante a proposta que foi apresentada procurámos que ela fosse melhorada e apresentámos propostas de alteração nesse sentido. Não foi esse o entendimento da maioria, mas obviamente que aprovamos e votamos favoravelmente esta proposta para que ela constitua também uma forma de melhoria da carreira

docente nos Açores, das suas condições de trabalho e acima de tudo que torne a região dos Açores uma região em que a educação seja cada vez mais valorizada e que respeite também cada vez mais quem nela trabalha e dedica o seu tempo.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para dizer que o CDS votou favoravelmente esta proposta, porque não podia ser de outra maneira. Quem desde o início se empenhou na resolução deste problema, trazendo aqui a situação, fazendo aqui uma declaração política sobre educação, onde abordamos esta situação; mas sobretudo eu acho que há que fazer aqui e enaltecer a luta dos professores que continuamente acreditaram e não desistiram. Mas não acreditaram no Partido Socialista. Acreditaram na oposição, que também não iria desistir e estar ao lado deles.

Por isso não é surpresa nenhuma que todos nós hoje, aqui, estejamos a aprovar aquilo que sempre defendemos e que os ziguezagues do Partido Socialista olha à frente, olha atrás, à espera das ordens do Governo da República ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... nós seguimos um caminho: sempre em frente. O Partido Socialista avançou, recuou, avançou, recuou, reconheceu o erro e finalmente chegou a esta Casa com um diploma que sem surpresa foi apoiado por toda a oposição.

A oposição de direita neste Parlamento, Sr. Deputado Francisco César, se me permite, é o CDS.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Sempre!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo para uma declaração de voto.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

O PCP favoravelmente este diploma e afirma que tardou, mas chegou e ainda demorará até 2024 a ser o problema resolvido quase na totalidade.

Mas o PCP deixa aqui a garantia que continuará a lutar pela dignificação do trabalho, pela valorização das carreiras e pelo aumento dos salários.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Com esta declaração de voto encerrámos assim este ponto. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto oito da Agenda: **Petição n.º 28/XI – “Para que a total reposição do tempo de serviço dos docentes seja tida em consideração e regularizada com a máxima celeridade”**, apresentada por Hildeberto Manuel Pereira Peixoto, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º. Os tempos são os que habitualmente utilizamos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila, relator da Comissão dos Assuntos Sociais.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 28/XI

“PARA QUE A TOTAL REPOSIÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS DOCENTES SEJA TIDA EM CONSIDERAÇÃO E REGULARIZADA COM A MÁXIMA CELERIDADE”

CAPÍTULO I

Introdução

A 16 de julho de 2018 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 28/XI, intitulada “Para que a total reposição do tempo de serviço dos docentes seja tida em consideração e regularizada com a máxima celeridade”, que reúne um total de 345 (trezentos e quarenta e cinco) assinaturas, tendo como primeiro signatário Hildeberto Manuel Pereira Peixoto.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

1) **ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

2) **OBJETO DA PETIÇÃO**

Os peticionários pretendem:

- A contabilização de todo o tempo de serviço de cada um, exigindo que esta situação seja resolvida o mais rapidamente possível em nome da Autonomia.

E para isso apresentam os seguintes argumentos:

- Ficou aprovado no Orçamento de Estado para 2018 o descongelamento da progressão nas carreiras da administração pública e a recuperação do tempo de serviço e respetiva valorização remuneratória.
- A Região dispõe de competência administrativa com competência em matéria de Educação.
- À maioria dos restantes funcionários públicos já foi garantido o descongelamento das suas carreiras, bem como o início da recuperação do tempo de serviço congelado entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017.
- Esta tremenda injustiça inviabiliza que muitos professores consigam alcançar o último índice remuneratório.
- Durante o período congelado os docentes exerceram zelosamente os seus deveres profissionais e deram cumprimento a todos os projetos que da Secretaria Regional foram emanados.

3) DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Dadas as semelhanças da presente petição, do projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XI e do Projeto de Resolução n.º 112/XI foram deliberadas diligências comuns e os auditados foram ouvidos sobre os três documentos simultaneamente.

Assim aqui, foi deliberado proceder à audição do primeiro peticionário, de um membro do Governo Regional, do Sindicato Democrático de Professores dos Açores (SDPA) e do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA).

A audição do primeiro peticionário ocorreu no dia 28 de setembro de 2018 através do recurso a videoconferência através da sede da ALRAA na cidade da Horta. As audições de ambos os Sindicatos ocorreram, também, no dia 28 de setembro do corrente ano e a audição do membro do Governo Regional ocorreu no dia 8 de outubro do mesmo ano. Todas as audições se realizaram na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada.

1) **Audição do peticionário, o cidadão Hildeberto Manuel Pereira Peixoto:**

Apresentação da petição por parte do proponente onde informou ainda como surgiu a petição e destacou alguns aspetos como a preocupação em relação ao atual estado de coisas e suas consequências para o sistema educativo, o reconhecimento de que, em relação à condição dos professores, em 2013 se estaria “anos luz à frente do continente”, mas que, entretanto tinha havido algum desinvestimento nestes profissionais, nomeadamente no âmbito da formação contínua, na avaliação das carreiras e na atualização salarial, desinvestimento que tinha impactos a nível motivacional e a convicção de que o Estatuto da Carreira Docente nos Açores é melhor e que se assim deve ser para garantir os melhores professores, até porque está convencido de que aqui a algumas décadas iremos ter problemas com o número de professores.

Disse ainda que recebeu resposta do Presidente do Governo Regional dos Açores a uma carta que lhe dirigiram.

O Deputado Jorge Jorge interveio para dizer que concorda com todos os argumentos apresentados pela petição e pelo primeiro peticionário, ao que o peticionário reagiu dizendo que aguarda um consenso sobre esta matéria.

A Deputada Rute Gregório perguntou porque a petição aparece à margem das iniciativas dos sindicatos e que expectativas têm sobre a afirmação do Governo dos Açores sobre que a carreira nos Açores será sempre melhor que na República.

Em resposta o peticionário disse que esta foi uma iniciativa espontânea dos professores e que não houve consenso entre os dois sindicatos sobre a forma de resolução desta matéria. Sobre a leitura que faz da afirmação do Governo disse que a vontade é a de recuperação do tempo integral em falta independentemente do que acontecer na República.

A Deputada Sónia Nicolau interveio dizendo que a ponte de diálogo entre o PS Açores e os professores tem sido uma constante ao longo dos anos. Disse ainda que a recuperação do tempo de serviço é uma questão justa e que o PS Açores o tem repetido porque efetivamente o acha. Disse ainda que a nível nacional a decisão ainda não existe e lembrou que também em 2008 o procedimento político do Governo dos Açores foi o mesmo que agora, ou seja, aguardou-se que o processo nacional ficasse concluído. Disse ainda que o objetivo do PS será sempre uma melhor carreira nos Açores que no resto do País e questionou se a pretensão inscrita na petição é referente a uma valorização salarial, sendo importante esclarecer para efeitos do pretendido pelos peticionários em sede de debate parlamentar.

Em respostas o peticionário disse que a recuperação do tempo de serviço é para efeitos de valorização da carreira dos docentes para que os professores possam ser reposicionados como os restantes técnicos superiores da função pública.

Disse ainda reconhecer a evolução positiva que o Sistema Educativo Regional sofreu ao longo dos tempos e que a o Estatuto da Carreira Docente nos Açores é melhor que no resto do País, mas que o que está aqui em causa é a recuperação dos sete anos em falta do tempo de serviço congelado nos Açores, acrescentando a abertura existente para que isso acontecesse de forma faseada.

2) Audição do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA):

O SPRA começou por realizar um enquadramento histórico sobre a evolução da carreira docente desde o tempo em que esta carreira fazia parte da carreira geral da função pública, destacando a luta prolongada e as reivindicações dos sindicatos e dos professores por uma carreira autónoma e pelos respetivos direitos.

Sobre a intransigência dos sindicatos disse que é resultante do facto de estarem mandatados pelos professores que representam, apesar de terem a perfeita noção que o faseamento é uma necessidade orçamental. Salientou ainda o facto de não solicitarem retroativos nem progressões automáticas. Considerou ainda como virtual a carreira dos professores, porque se antes chegavam ao topo aos 26 anos de serviço em 2007 passou para 35 anos, o que era uma impossibilidade devido às normas transitórias, da mesma forma que os 34 anos que agora fala a DRE não se verificam na realidade. Realçou que todas as iniciativas pretendem o mesmo fim, que é a recuperação do tempo de serviço congelado e que nesta perspetiva estão de acordo, havendo questões, na especialidade, com que não concordam:

- Relativamente ao Projeto de DLR do PSD há três questões fundamentais:
 - A proposta salta uma fase muito importante que é a negociação coletiva e que está prevista na Lei.

- Disseram ainda que o Art.º 5.º “tem muito que se lhe diga”, porque põe em causa o próprio Art.º 3.º da proposta. No entender do SPRA estas fragilidades não seriam aceites num processo negocial.
- Também disse que a proposta faz referência aos sete anos, porque nos Açores já se recuperaram dois anos, embora nem todos os professores que trabalharam nesses anos tenham visto o seu tempo contado e estão dispostos a melhorar o diploma de 2008.
- Relativamente à Petição e ao Projeto de Resolução do PCP realça o facto de apontarem para a negociação coletiva.

O Deputado Jorge Jorge interveio referindo-se ao projeto DLR para dizer que a proposta é um documento aberto a melhoramentos e a propostas de alteração. Relativamente ao reparo sobre o Art.º 5.º diz que essa é uma necessidade decorrente do próprio Orçamento da Região, ao que o SPRA respondeu que a sua proposta seria de que o orçamento deveria garantir o montante para a resolução do problema.

A Deputada Sónia Nicolau interveio para acrescentar à resenha histórica da luta dos trabalhadores, à importância da conquista do Portugal democrático e de uma Região Autónoma, salientando que as mudanças que o SPRA referiu são consubstanciadas, quando não poucas vezes, também, quer por aceitação ou por iniciativa de decisão política do PS. Relembrou o facto de que se hoje nos Açores o tempo de serviço a recuperar refere-se aos anos de 2011 a 2017, foi por opção do PS, lembrando o facto do PSD não ter aprovado a recuperação dos dois anos em 2008 e pediu um comentário sobre o n.º 1 do Art.º 3.º, o Art.º 4º do projeto de DLR e sobre o projeto de resolução do PCP nos seus pontos 1 e 3.

Em resposta o SPRA disse que a recuperação deve ser entendida como estando acoplada à valorização salarial. Utilizou ainda como termo de comparação com

o índice 370 da Madeira em que havia professores nesse índice sem a respetiva valorização salarial e acrescentou que não querem acreditar que na proposta do PSD não esteja prevista a valorização remuneratória.

Relativamente ao Art.º 4.º do Projeto DLR disse que está confuso nomeadamente o n.º 2 desse Artigo.

Relativamente ao Projeto de Resolução do PCP disse que deve ser uma falha já que no 1.º fala-se dos dois períodos de congelamento e a lógica deve ser a de suprir aqueles que ainda não recuperaram e no ponto três fala-se só dos sete anos.

Em réplica, a Deputada perguntou se efetivamente, com o Projeto de DLR do PSD elaborado desta forma, se recupera o tempo de serviço, ao que o SPRA disse que a fragilidade do Art.º 5.º pode por em causa totalmente a recuperação do tempo em 5 anos com este DLR.

Relativamente ao Art.º 4.º do Projeto DLR disse que está confuso nomeadamente o n.º 2 desse Art.º.

Relativamente ao Projeto de Resolução do PCP disse que deve ser uma falha já que no 1.º fala-se dos dois períodos de congelamento e a lógica deve ser a de suprir aqueles que ainda não recuperaram e no ponto três fala-se só dos sete anos.

Em réplica, a Deputada perguntou se efetivamente, com o Projeto de DLR do PSD elaborado desta forma, se recupera o tempo de serviço, ao que o SPRA disse que a fragilidade do Art.º 5.º pode por em causa totalmente a recuperação do tempo com este DLR.

O Deputada Jorge Jorge interveio para esclarecer que esta norma consta do diploma porque tem de estar sobre todas as despesas acomodadas ao Orçamento da Região e que este alojamento no orçamento representa a própria valorização salarial, ao que o SPRA reagiu reiterando a fragilidade do art.º 5.º da forma

como está. E relativamente à associação entre a recuperação e valorização salarial solicitou que se esclarecesse esses termos na proposta.

3) Audição do Sindicato Democrático de Professores dos Açores (SDPA):

O SDPA começou por referir que esta discussão só acontece porque o Governo dos Açores não cumpre o que está inscrito no Orçamento de Estado e passou a referir-se às questões comuns das três iniciativas: que a contabilização deve ser de todo o tempo de serviço.

Realçou o facto de que o Governo dos Açores tem competências próprias para legislar nessa matéria e frisou que propõe até uma negociação dinâmica, ou seja, que poderia ser revista e analisada anualmente.

Relativamente ao Projeto de Resolução do PCP disse o SDPA sobre os respetivos pontos resolutivos:

1. Relativamente a este ponto disse que alguns requisitos da recuperação da primeira fase de congelamento não são cumpridos por alguns professores que hoje estão no Açores.
2. Disse que o SDPA está disponível para essa negociação e que já tinha dado nota pública dessa disponibilidade.
3. Acrescentou que, independentemente do prazo estabelecido, o ritmo nos Açores deveria ser idêntico ao das outras administrações, para que não haja discriminações.

Relativamente ao Projeto de DLR do PSD disseram que:

Concordam com os considerandos.

- Art.º 2.º – acham que se pode ter uma melhor redação porque com a atual incorre-se no mesmo problema que houve na recuperação dos dois anos. Deve acautelar-se, o tempo prestado em qualquer das administrações

publicas do País pois seria relevado para efeitos de progressão na carreira.

- N.º 1 do Art.º 4.º – a redação é um travão a uma progressão mais célere e merece a concordância porque dá mais sustentabilidade ao diploma.
- Art.º 5.º - entendendo que o artigo da forma como está redigida pode comprometer a aplicação do diploma e pode colocar em causa o princípio associado ao próprio diploma. Sugerindo que este artigo devia acautelar o objeto do diploma por parte do Estado, mesmo a dilatação do prazo.

Relativamente à Petição do cidadão Hildeberto Peixoto, realçou que o sindicato que nada teve a ver com a presente petição e que concorda com os considerandos e pretensões da mesma.

A Deputada Sónia Nicolau interveio para dizer que a recuperação dos dois anos foi para quem estava nos Açores e para quem efetivamente ficou nos Açores. Questionou se não acha contraditório estar simultaneamente de acordo com os pontos 2 e 3 do Projeto de Resolução do PCP e se acha que o Art.º 4º não põe em causa a resolução do objetivo do Projeto de DLR.

Em respostas o SDPA disse que o tempo deve ser todo considerado e reafirmou a sua disponibilidade para um processo negocial não sendo esta disponibilidade de agora. Relativamente ao Art.º 4.º do Projeto de DLR disse que percebe o travão orçamental ali previsto. Relativamente ao tempo que irá demorar a recuperar os sete anos disse que, segundo a leitura que faz das notícias que tem ouvido, até a nível internacional, o SDPA está disposto a que o tempo de serviço seja recuperado também conforme algum constrangimento financeiro ou orçamental que possa advir de uma eventual crise financeira resultante de um qualquer fator.

Em réplica a Deputada Sónia Nicolau disse não entender a leitura que o SDPA faz sobre o Projeto de DLR dizendo que concorda, mas dando vários fatores

negativos, ao que o SDPA disse que independentemente do que está inscrito no DLR e no Projeto de Resolução do PCP disse que a recuperação podia ser dinâmica durante o prazo definido com negociações anuais.

A Deputada Graça Silva questionou sobre o facto de o Projeto de DLR não prever o processo negocial, ao que o SDPA disse que sempre privilegiou os processos negociais, e que não estão barrados ao processo negocial, considerando inclusive que que aquela audição permite que o SDPA diga o que acha da proposta, podendo depois os partidos melhorá-la. Acrescentou que acha estranho o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vir valorizar o processo negocial quando na república houve propostas de partidos minoritários e que não foram abrangidos por processo negocial e que resultou de um alerta e reclamação do SDPA junto da Federação à qual está associado. A Presidente da Comissão esclareceu, neste momento da audição, que as audições em Comissão não constituem um momento do processo negocial.

Em réplica a Sra. Deputada Graça Silva disse que acha estranho que tenha havido reclamação do SDPA sobre iniciativas de origem parlamentar na República e que não o tenha feito aqui sobre este projeto de DLR, ao que o SDPA disse que, no seu entendimento, a iniciativa deveria ter sido do Governo dos Açores.

O Deputado Jorge Jorge interveio para dizer que este é um projeto de DLR aberto a sugestões, para confirmar o registo dos alertas que foram feitos no âmbito das intervenções do SDPA e para esclarecer algumas dúvidas que foram colocadas pelo próprio.

A Deputada Sónia Nicolau interveio para dizer que gostaria que ficasse registado que se sentiu mais esclarecida com as respostas do SDPA às suas dúvidas sobre o Projeto de DLR do PSD do que com a ausência de esclarecimentos do próprio proponente às questões que formulou e questionou, pedindo resposta clara e objetiva, se com esse projeto de DLR é garantida a

recuperação integral do tempo, ao que o SDPA disse que sim, que garante a recuperação e que garante a perspectiva de recuperação em 5 anos.

4) Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC):

O SREC começou por dizer que as três propostas são convergentes sobretudo em dois pontos, na vontade de reposição do tempo de serviço e na vontade de que a Região abra um processo negocial próprio para esse mesmo fim.

Voltou a repetir a posição que o Governo dos Açores assume desde novembro e 2017, aquando do início desta discussão, e acrescentou que nunca se assinou um compromisso para a recuperação integral nem se inscreveu em Orçamento da Região verba destinada a tal. Acrescentou ainda que a adoção na Região de qualquer decisão nacional será sempre em benefício dos professores dos Açores e esse compromisso mantém-se já que nos Açores já foram recuperados dois anos, foi destituído o regime de cotas que facilita a progressão, sendo estas vantagens exclusivas dos professores da Região.

Se a solução no continente for a atualmente conhecida ela representa uma recuperação de mais de 30% do tempo congelado para os professores do continente, enquanto nos Açores representará mais de 40% do tempo congelado.

O Governo da República está a propor a recuperação de dois anos, nove meses e dezoito dias de serviço congelado, alegadamente para estabelecer equidade entre as carreiras dos professores e os demais funcionários públicos. Os funcionários públicos progridem de 10 em 10 anos e os professores progridem de 4 em 4 anos e essa recuperação que agora se propõe equivale a 70% de um escalão, tal como foi feito com os restantes funcionários públicos.

O SREC disse ainda que, neste momento, não se irá pronunciar sobre essa proposta porque o diploma ainda carece de promulgação do Presidente da República. Se promulgado o diploma, já foi anunciado, será discutido na

Assembleia da República onde o PS é minoritário e os parceiros de governação já assumiram que querem o tempo integral. Também é de ter em conta o Orçamento de Estado onde este assunto ainda poderá ser negociado.

Terminou dizendo que no passado não se abriu processo negocial e que também não o fará no presente até porque a decisão nacional está mais próxima e isso não significa que o Governo dos Açores tenha qualquer pejo no uso dos atributos autonómicos, já que foi a utilização da autonomia que poupou muitos funcionários públicos e muitos professores aos cortes cegos ocorridos no Continente e na Madeira, que libertou os professores da permanência na escola, durante a componente não letiva sem alunos, em benefício da gestão mais racional e proveitosa do seu tempo, garantiu a aprovação de um Estatuto da Carreira Docente mais favorável do que no resto do País e um melhor sistema nacional de avaliação encarado como hipotético modelo na Madeira e no Continente, a aprovação de um regulamento de concurso mais “amigo” dos professores por força da sua periodicidade anual, a anulação da obrigatoriedade por três anos nas escolas de colocação em proveito da aproximação dos professores aos locais de residência e conseqüente reunião das famílias, e agora é a autonomia que coloca os professores dos Açores em vantagem dos demais do País, mesmo que aplicada a solução prevista na República.

O Deputado Paulo Estevão interveio para dizer que a decisão no continente já foi tomada e que o Governo Regional espera ainda pelas decisões do Presidente da República e da Assembleia da República bem como do Orçamento de Estado, adiando a solução. Perguntou quando acha que o Governo dos Açores terá uma posição para comunicar à ALRAA sobre essa matéria. Dizendo ainda que uma carreira mais atrativa nos Açores será um incentivo para a captação de mais professores para as Escolas da Região, perguntou se o SREC achava o tempo previsto para recuperação no continente justo e se serão aplicados os dois anos, nove meses e dezoito dias nos Açores, caso seja implementado no

continente. Perguntou ainda sobre o impacto financeiro e orçamental, assumindo essa posição, e se o Governo dos Açores se compromete a assumir uma decisão para este ano ou para o próximo ano letivo.

Em respostas o SREC disse que na proposta do Governo da República, por considerar que haveria equidade entre a carreira dos professores e demais funcionários públicos, propuseram a recuperação de 70% de um escalão, e que para dizer mais alguma coisa sobre este assunto gostaria de ter visto maior discussão sobre este critério durante as negociações, mas os sindicatos não aceitam essa solução porque tiveram mais a preocupação do tempo e do modo para recuperação de todo o tempo e não do critério para a recuperação do mesmo. Disse também que o Governo dos Açores não está a esperar pela decisão nacional por “gosto de esperar”, mas sim porque ela ainda não é conhecida. A vontade expressa pelo Governo da República poderá sofrer alterações nos próximos tempos já que ainda falta um caminho a percorrer, e garantiu que os professores nos Açores ficarão em melhores condições que os professores do continente pelos argumentos anteriormente apresentados. Disse ainda que houve falta de professores e durante décadas, as Universidades viveram da formação de professores numa altura em que o número de alunos vinha a retrair-se. Depois, as Universidades fecharam cursos e passados uns quinze anos há efetivamente falta de professores no País em determinadas áreas, mas que sobre isso diz haver conversas entre o Governo e a Universidade dos Açores. Relativamente ao impacto orçamental diz que essa não é uma preocupação primeira, mas é normal que seja uma questão importante.

Em réplica o deputado solicitou que o SREC dissesse claramente se acha a solução prevista no Continente justa ou não, e disse que na sua opinião o Governo dos Açores está a adiar a decisão para o ano das eleições. Questionou ainda se o Governo irá aceitar a prevista recuperação do continente e repetiu a

pergunta sobre o real impacto orçamental já que esta é uma questão importante para quem analisa as propostas.

O SREC aqui disse que a resposta do “sim ou não”, não pode ser dada porque esta proposta ainda pode ser alterada. É uma proposta do Governo da República que pode ser alterada na Assembleia da República. Relativamente à interpretação de adiar essa decisão para ano de eleições insinuado pelo Deputado Paulo Estevão disse que não é possível saber se essa leitura poderia ser benéfica, ou não, em termos eleitorais, o que faz cair por terra essa interpretação. Relativamente ao impacto orçamental disse que essa é uma questão importante, mas é cedo para falar dessa questão porque ainda faltam muitas outras questões para serem discutidas.

A Deputada Sónia Nicolau interveio para dizer que a decisão do Partido Socialista de 24 de novembro de 2017 estava muito longe do tempo das próximas eleições e referiu o timing do Governo da Madeira, que este sim parece que instrumentalizou os professores para fins eleitorais. Disse ainda que a recuperação do tempo de serviço nos Açores é para os que cá estão, e não para aqueles que virão, não tendo, essa recuperação, um efeito motivador para vinda de novos professores. Face aos novos desenvolvimentos solicitou a confirmação da adaptação da aplicação da solução encontrada a nível nacional, ao que o SREC disse que o compromisso se mantém.

O Deputado Paulo Estevão interveio para dizer que o SREC não respondeu se acha justa ou não a solução atual prevista e que a recuperação ajudará a manter o corpo docente sobretudo nas áreas mais periféricas. Acabou dizendo que não entende os motivos que levam a Região a esperar pela decisão da República reiterando a questão sobre o real impacto orçamental.

O Deputado Jorge Jorge interveio não colocando nenhuma questão, mas dizendo que não encontra um único motivo para não se recuperar o tempo de serviço na Região, e que o SREC todos os motivos que apresentou foram os

motivos de ordem nacional e dizendo que o PSD é o único partido com uma proposta concreta.

Em respostas o SREC disse que a proposta nacional só lhe foi explicada da parte do Governo da República e que nunca ouviu qualquer posição por parte dos sindicatos, o que poderia, até, fazê-lo mudar, eventualmente, de opinião. Reafirmou que nos Açores há uma garantia de que os professores ficarão sempre melhor que no resto do país. Relativamente aos mecanismos de incentivo à fixação que já foram utilizados disse que eles poderão voltar a ser utilizados no futuro caso seja necessário, garantindo novamente que a carreira docente nos Açores é melhor que no resto do país e que isso é reconhecido, também, pelos Sindicatos. Relativamente às declarações do PSD o SREC disse que na República o PSD não propôs o que o PSD Açores está a propor.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos petionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e com o voto contra do PPM, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 345 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;
2. A presente petição tem como principal objetivo a recuperação integral do tempo de serviço congelado entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017.

3. Ambos os Sindicatos se mostraram favoráveis às pretensões dos peticionários.
4. Segundo declarações do SREC qualquer que seja a medida adotada os professores dos Açores têm o garante de uma melhor carreira na Região.
5. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

A representação do PPM não se pronunciou.

Contatados a Representação Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do BE, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, os mesmos não se pronunciaram.

O Relator, João Paulo Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Renata Correia Botelho

Disse.

Deputado Francisco César e Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Relator.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta petição, o que aqui está pedido já foi resolvido. Acabámos de aprovar no ponto anterior a recuperação do tempo de serviço dos professores.

Acabou de ler o Sr. Relator e disse que (e disse bem!) eu não tinha votado favoravelmente as conclusões deste relatório. Não votei favoravelmente as conclusões deste relatório, porque este relatório não tinha escrito nas conclusões aquilo que eu considerava que era justo, que era que efetivamente a Assembleia recomenda ao Governo Regional que efetue a recuperação do tempo de serviço.

Portanto, esta era a conclusão que eu esperava que aqui estivesse. Na altura essa posição não foi votada de forma favorável, portanto, o que aqui estava era que única e exclusivamente do ponto de vista das conclusões do relatório existia esta reivindicação por parte dos professores. Fazia-se o reconhecimento do óbvio, mas não se dava resposta aos peticionários, não se dava uma resposta positiva aos peticionários.

Bom, acabou de se dar essa resposta positiva no ponto anterior.

Eu considero que este instrumento é um instrumento importante. Foi mais um instrumento, esta petição, que obrigou a que o Sr. Secretário se pronunciasse, que os sindicatos se pronunciassem, que os diversos partidos políticos se pronunciassem, a que os professores que organizaram esta petição também tivessem oportunidade de se pronunciar. É sempre um instrumento muito positivo no âmbito do nosso sistema democrático. Considero que teve um efeito positivo e acabou não naquele momento em que foi feito o relatório, mas uns meses mais tarde foi possível dar uma resposta positiva a esta petição.

Só mais duas referências. O Sr. Secretário na audição que prestou na Comissão de Assuntos Sociais reconheceu duas coisas que vale a pena fazer referência. A primeira dizia o Sr. Secretário: “Fecharam cursos e passados 15 anos já há efetivamente falta de professores no país em determinadas áreas”, mas sobre isso diz que há conversas entre o Governo e a Universidade dos Açores.

Importa reter esta informação. Talvez por isso o Governo sabia que não podia esperar mais, que não podia dar mais boleias ao Primeiro Ministro e ao Partido Socialista no território continental, no conjunto da República, porque o próprio Sr. Secretário reconheceu que este problema existe. Este problema existe!

Depois, também uma segunda referência e é a última, Sra. Presidente, o que foi dito pelo Sr. Secretário na altura que relativamente aos mecanismos de incentivo à fixação que já foram utilizados disse que eles poderão voltar a ser utilizados no futuro.

Mais uma vez reconhece-se que há um problema de falta de professores na Região que se irá acentuar nos próximos anos e é por isso que o Governo sabia desde o início, antes da luta sindical, antes da luta dos professores, que isto era uma luta justa, mas também que era uma decisão justa, mas fundamentalmente era necessária, porque o nosso sistema educativo não funcionará se não criarmos estes mecanismos: primeiro, o Sr. Secretário faz esse reconhecimento e também faz o reconhecimento que os tais mecanismos de incentivo que eu falei também no debate anterior é algo que possivelmente dentro de muito pouco tempo serão absolutamente necessários e o Governo lá chegará também. Portanto, a aprovação deste diploma e o reconhecimento do tempo de serviço dos professores tem esta origem. O Governo sabia bem, sabe bem, que além de ser uma questão justa, é uma questão que era urgente resolver para estabilizar o pessoal docente na Região Autónoma dos Açores.

Por isso, os peticionários têm aqui uma resposta muito positiva por parte do nosso Parlamento. Só é pena que esta resposta não tenha sido dada antes.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na pessoa do primeiro signatário, Hildeberto Manuel Pereira Peixoto, gostaria de congratular todos os peticionários que, exercendo este direito de participação cívica e política, apresentaram a presente petição que tem como principal objetivo a recuperação integral do tempo de serviço congelado entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2007 dos docentes dos Açores.

Esta petição tem como objetivo que o Governo Regional dê uma resposta célere a uma questão de justiça, respeitando e dignificando uma classe que tanto dá à sociedade.

A classe doente na Região sempre cumpriu com todas as suas obrigações de uma forma responsável e dedicada.

Uma carreira mais atrativa nos Açores será um incentivo para a captação de mais professores para as escolas da Região.

Neste sentido, é importante referir que também já existe efetivamente falta de professores na Região em algumas áreas, nomeadamente nas ilhas de coesão. Como tal, é necessário acionar mecanismos de incentivo à fixação de professores na Região, principalmente nas ilhas de menor densidade populacional sob pena de colocar em risco o normal funcionamento do sistema educativo na Região.

O Grupo Parlamentar do CDS está e estará sempre disponível para afirmar como um pilar fundamental do desenvolvimento económico e social nos Açores e apoiará todas as iniciativas apresentadas nesta Assembleia para a prossecução desse objetivo fundamental para a nossa Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD, tal como também fez na altura em que recebeu alguns dos signatários desta petição, saúda e manifesta a sua simpatia por este tipo de iniciativas, esta que teve como primeiro subscritor o professor Hildeberto Peixoto.

Esta petição nasceu, tal como outras manifestações na altura, fruto da intransigência de um Governo Regional manipulado à distância por Lisboa e que se recusava a ouvir os professores e a reivindicação dos mesmos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta petição, tal como a luta dos professores e da comunidade educativa em geral, pondo aqui também o PSD com os restantes partidos da

oposição, foi importante para o desfecho que este assunto teve durante o dia de hoje.

Tal como a petição assinala já estava no Orçamento de Estado para 2018 o congelamento da progressão das carreiras e a recuperação do tempo de serviço e a respetiva valorização profissional.

Tal como a petição assinala o Governo Regional tinha autonomia em matéria de educação.

Também como é referido, a própria Assembleia Legislativa Regional poderia despoletar os mecanismos necessários à recuperação e contabilização dos sete anos de serviço e foi isso que o PSD fez através da apresentação de um Decreto Legislativo Regional com esse fim.

Os professores só reclamavam a contabilização do período em que efetivamente trabalhavam. Os professores não estavam a pedir retroativos, apenas que o tempo prestado fosse tempo contado.

Termino, saudando mais uma vez os peticionários, porque esta iniciativa ajudou também a criar a grande onda na sociedade de solidariedade na luta dos professores na sociedade açoriana.

Contribuiu e levou a que este assunto tivesse um final feliz. Sem esta onda a luta dos professores não teria tido o final que teve hoje, pois a intransigência do Partido Socialista e do Governo Regional era manifesta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Bem-haja a todos os peticionários e bem-haja a todos os professores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda quer saudar os 345 peticionários que trouxeram esta petição à Assembleia na pessoa do primeiro subscritor, Hildeberto Peixoto.

Foi esta petição mais uma forma de justamente reivindicar aquilo que acabámos há pouco de aprovar, a recuperação do tempo de serviço, a contabilização do tempo de serviço do pessoal docente, de todo o tempo de serviço que estava congelado nos Açores e obviamente que a sua discussão, a discussão desta petição, teria feito todo o sentido ter sido feita há mais tempo, porque hoje ela está, a sua reivindicação, a sua proposta, aquilo que era pedido efetivamente na petição, acabou de ser aprovado.

Sobre este assunto efetivamente já é a terceira iniciativa sobre o mesmo assunto seguida. Achamos que esta foi, sendo uma forma de participação cívica na nossa sociedade que os cidadãos e cidadãs devem utilizar sempre que o entenderem, devem utilizar para causas que obviamente são justas, ela tem sido utilizada muitas vezes e têm-nos chegado muitas petições. Efetivamente esta foi também uma forma de trazer este assunto, de criar também debate sobre ele e de contribuir para a resolução do problema para a contabilização do tempo de serviço.

Em suma, queremos efetivamente saudar em última análise os peticionários que contribuíram também eles para que hoje tivéssemos aprovado a proposta que foi apresentada à Assembleia e que efetivamente dá resposta à petição que agora discutimos. A resposta que é dada, julgamos nós, contribui também para um melhor sistema educativo regional.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queremos congratular a Petição n.º 28/XI e o seu primeiro signatário, Hildeberto Manuel Pereira Peixoto, bem como todos os seus subscritores.

Esta petição muito caracteriza a situação ultrapassada pelos docentes nos Açores. A carreira dos professores foi sendo sucessivamente desvalorizada, sem qualquer decoro sobre os professores que tudo dão pelos seus alunos. Foram os congelamentos que afetaram toda a administração pública, incluindo obviamente os professores, foram os processos de transição entre carreiras, que atrasaram em 3 anos o tempo em falta para atingir o topo da carreira e agora ainda vão ter de suportar estes “princípios orientadores” para a gestão curricular.

E mais uma vez isto não é feito por acaso. Tem objetivos políticos: nivelar salários por baixo, atacar rendimentos, desvalorizar profissionais e as suas carreiras, além de terem vontade de reduzir o número de profissionais.

Não é na educação que temos de poupar!

Para o PCP a luta travada por todos os professores da Região foi essencial e decisiva e só demonstra que com luta podemos reaver todos os direitos que nos retiraram, ao mesmo tempo que nos tentavam convencer de que estavam perdidos para sempre.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Saudamos e reconhecemos o envolvimento dos peticionários na pessoa do professor Hildeberto Peixoto numa causa que no entendimento dos envolvidos e

por razões também regimentais fazia sentido e merecia a apreciação parlamentar.

É bom que mais uma vez se debata aquela que é a voz escrita de um setor profissional, que como se sabe, na altura fez manifestações públicas. Tanto hoje como na altura o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sempre esteve disponível para ouvir. Nunca nos escondemos, falámos sempre a verdade.

É de registar que muitas vezes nesta Casa e na opinião pública e publicada, se quer dar a entender nas entrelinhas que temos uma sociedade amarrada, uma pobre sociedade naquela que é a sua participação cívica.

Ora bem, avaliando pelo número de petições só nesta legislatura, a liberdade é coisa que se assiste em alto e bom som e com elevada participação. Respira-se liberdade na defesa dos legítimos interesses coletivos e setoriais. Não podemos nós, com a legitimidade do voto dos açorianos, em liberdade e com sentido de justiça social, ter uma posição que não seja a de pensar um todo e nunca uma parte por mais importante que esta seja.

Esta petição que agora se debate foi dias antes da sua entrada nos serviços parlamentares confiada ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista em reunião tida no 18 de julho de 2018 como na mesma altura se referenciavam os professores do Grupo Central.

Nessa reunião para além da apresentação dos propósitos da petição ouvidos atentamente e com toda a dignidade desde logo com a representação máxima do responsável da Comissão de Assuntos Sociais e duas outras Sras. Deputadas (daí denota-se bem a importância que o Grupo Parlamentar deu a esta situação), ouvimos os propósitos da petição, o que movia os professores e foi igualmente dito com verdade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tudo, mas tudo faria para garantir que os professores da Região teriam sempre o melhor estatuto da carreira docente do país.

Esse professores sabem bem que essa situação é verdade. Sabem bem a carreira dos professores nos açores é valorizada e deixava desde logo aqui um exemplo. Há pouco, pelo Sr. Secretário já foram referidos quatro ou cinco, mas só o facto nos Açores, na nossa carreira, na carreira dos professor, não existem cotas.

No penúltimo parágrafo da petição, como se apresentasse como uma componente resolutiva da mesma, é dito e passo a citar: “A sua reivindicação não dá espaço para aceitar qualquer outra solução que não seja a contabilização de todo o tempo de serviço de cada um e exigindo que esta situação seja resolvida o mais rapidamente em nome da autonomia.”

Ora bem, neste feliz dia para o sistema educativo regional, Sras. Peticionárias e Srs. Peticionários, a vossa vontade também foi atendida, porque nesta agenda parlamentar acabámos de aprovar a proposta do Governo Regional que recuperará os sete anos não contabilizados em seis anos.

Ademais e importa também no âmbito desta apreciação referir aquelas que foram as importantes declarações do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura que mostra desde logo, naquela que é a sua preocupação para o sistema educativo regional, como dizia a visão de um governo socialista aqui na pessoa do Sr. Secretário Regional da Educação, de quem sabe e conhece com proximidade o sistema educativo, de quem sabe e conhece com proximidade aquilo que o sistema educativo precisa e, portanto, este relatório também sobre esta mesma petição foram muito importantes as declarações do Sr. Secretário de quem efetivamente percebe o que se está a passar no sistema educativo regional, respondendo que nós já temos incentivos, mas que muito se poderá fazer e esta é, sem dúvida, a grande bandeira do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que muito já tem feito, mas muito com certeza há a fazer.

Por fim, que bom é ver e ler cidadãos conscientes do poder autonómico, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Falta só as bandeirinhas!

A Oradora: ... do poder dos órgãos próprios da Região com esta forte iniciativa cívica e com partidos que falam a verdade, sem nunca manipular os cidadãos para os seus fins eleitorais, decidindo com justiça, porque também assim, decidindo com justiça e falando a verdade, é também uma forma de combater a abstenção.

Muito obrigada.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos este nosso ponto da Agenda.

Sr. Deputado Luís Maurício pede a palavra para?

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Para no âmbito daquilo que é o nosso Regimento solicitar um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando também o nosso horário vamos interromper os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 33 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: Visa regular a Lei de Organização e Funcionamento da Entidade para a Transparência – n.º 249/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 05 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 05 – 27;

Assunto: Procede à oitava alteração à Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, e à terceira alteração à Lei dos Partidos Políticos, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto, e aprova o Regime Jurídico das Fundações e Associações de Partidos Políticos – n.º 1215/XIII (NINSC) - n.º 250/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 05 – 16

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 06 – 05.

2 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece as regras de identificação dos animais de companhia, criando o Sistema de Informação de Animais de Companhia – MAFDR – (Reg. DL 32/2019) – n.º 116/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 05 – 14

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 05 – 24;

Assunto: Transpõe a Diretiva de Execução (UE) 2018/1581, no que diz respeito aos métodos de cálculo das obrigações de armazenagem, e altera o Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro – MATE – (Reg. DL 212/2019) – n.º 117/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 05 – 15

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 06 – 03;

Assunto: Altera o regime jurídico emergente do pagamento indevido de prestações de segurança social e os regimes jurídicos de proteção nas eventualidades de invalidez, velhice e morte do regime geral de segurança social – MTSSS – (Reg. DL 220/2019) – n.º 118/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 05 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 05 – 24;

Assunto: Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019

- MF - (Reg. DL 232/2019) – n.º 119/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 05 – 30

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 06 – 04 (querendo).

3 - Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [“Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores – FUNDOPESCA” – n.º 35/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 05 – 21

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 08.

4 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Classificação da Igreja do Carmo – n.º 146/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 05 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 06 – 21;

Assunto: [Reabilitação do Porto das Poças na ilha das Flores – n.º 147/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 05 – 24

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 06 – 25.

5 - Requerimentos:

Assunto: [Obras em curso na zona de proteção do monumento nacional “Forte de Santa Cruz”](#)

Autores: Carlos Ferreira, Luís Garcia e César Toste (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 13

Referência: 54.03.07 – N.º 635/XI;

Assunto: [Custos com a aeronave Airbus A330 da SATA Azores Airlines](#)

Autores: António Pedroso, Luís Garcia, Luís Rendeiro e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 636/XI;

Assunto: [Falta de manutenção dos reservatórios de água para a lavoura em São Jorge](#)

Autor: Jorge Paiva (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 17

Referência: 54.01.05 – N.º 637/XI;

Assunto: [Requalificação do Porto de Santa Iria, na freguesia da Ribeirinha, concelho da Ribeira Grande](#)

Autores: Jaime Vieira, Catarina Chamacame Furtado e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 20

Referência: 54.03.02 – N.º 638/XI;

Assunto: [Dação em pagamento](#)

Autores: António Pedroso, Luís Garcia, Luís Rendeiro, João Bruto da Costa e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 639/XI;

Assunto: [Sentenças de processos judiciais](#)

Autores: António Pedroso, Luís Garcia, Luís Rendeiro, João Bruto da Costa e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 640/XI;

Assunto: [Falta de resposta da SATA às necessidades da ilha de São Jorge](#)

Autor: Jorge Paiva (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 22

Referência: 54.01.05 – N.º 641/XI;

Assunto: [Majoração dos apoios do PREIT](#)

Autores: Mónica Seidi, César Toste e Luis Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 23

Referência: 54.03.03 – N.º 642/XI;

Assunto: [Fisioterapia na ilha do Corvo](#)

Autores: Bruno Belo e Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 24

Referência: 54.03.09 – N.º 643/XI;

Assunto: [Apoios sociais aos trabalhadores em situação desemprego na ilha do Pico](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 27

Referência: 54.03.06 – N.º 644/XI;

Assunto: [Projeto a ser submetido aos Fundos EEA Grants no âmbito Observatório do Atlântico e protocolo assinado entre o Governo Regional, a Fundação Oceano Azul e a Fundação Waitt](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 28

Referência: 54.06.00 – N.º 645/XI;

Assunto: [Dados concretos sobre cirurgias no Hospital da Horta \(2018\)](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 28

Referência: 54.03.07 – N.º 646/XI;

Assunto: [Preservação do património cultural em situações de catástrofe](#)

Autores: Artur Lima e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 30

Referência: 54.01.00 – N.º 647/XI;

Assunto: [Atrasos nos pagamentos de diárias aos utentes do Serviço Regional de Saúde](#)

Autores: Luís Maurício, Mónica Seidi, João Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo, Elisa Sousa, António Pedroso, Marco Costa e Carlos Ferreira (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 648/XI;

Assunto: [Reabilitação do pontão poente do Núcleo de Recreio Náutico das Lajes das Flores](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 05 – 30

Referência: 54.06.08 – N.º 649/XI.

6 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Trabalho desenvolvido no âmbito da valorização das relheiras dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 05 – 10

Referência: 54.07.00 – N.º 593/XI;

Assunto: [Recursos humanos do Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 05 – 14

Referência: 54.01.00 – N.º 539/XI;

Assunto: [Reprogramação do Portugal 2020 e do Açores 2020](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 05 – 20

Referência: 54.03.00 – N.º 592/XI;

Assunto: [Apoios públicos aos diversos parceiros do Projeto “Quinta do Norte”](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 05 – 20

Referência: 54.03.00 – N.º 612/XI;

Assunto: [Licença para apanha de lapas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 05 – 20

Referência: 54.04.00 – N.º 625/XI;

Assunto: [Caminho agrícola dos Terreiros](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 05 – 23

Referência: 54.04.08 – N.º 609/XI;

Assunto: [Certificação Energética de Edifícios nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 05 – 28

Referência: 54.03.00 – N.º 568/XI;

Assunto: [Doentes portadores de Machado Joseph, na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 05 – 28

Referência: 54.06.08 – N.º 629/XI;

Assunto: [Heliportos existentes na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 05 – 28

Referência: 54.03.00 – N.º 631/X.

7 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a informar que os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 7/2019 – “Décima terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro, e 6/2019/A, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional” – e 8/2019 – “Regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais na Região Autónoma dos Açores” – foram enviados para publicação em Diário da República, em 29 de abril de 2019, segundo informação do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: António Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 05 – 10;

Assunto: Ofício remetendo Voto de Protesto – Requalificação da Escola Básica e Secundária de Santa Maria

Proveniência: Pedro Miguel Teixeira Carreiro Coutinho, Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto

Data de Entrada: 2019 – 05 – 15;

Assunto: Ofício requerendo, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, a audição urgente, na Comissão de Assuntos Sociais, do Secretário Regional da Saúde, a respeito do processo concursal referente à contratação de um fisioterapeuta para a Unidade de Saúde da Ilha do Corvo.

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2019 – 05 – 16;

Assunto: Correio eletrónico do Conselho das Finanças Públicas a remeter o relatório n.º 4/2019, relativo à *Evolução orçamental da administração local 2018*

Proveniência: Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2019 – 05 – 16;

Assunto: Ofício remetendo Voto de Congratulação e de Saudação – Conquista do título de Campeão Nacional de Vela, na classe de Laser Standart pelo velejador faialense, Rui Silveira

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2019 – 05 – 16;

Assunto: Ofício n.º 41/47/GPALRAP/2019 a agradecer o Voto de Pesar e manifestação de solidariedade, de 2 de maio, pelo trágico acidente do navio

“AMFITRITI”, no passado dia 25 de maio, quando efetuava a ligação marítima entre as ilhas de S. Tomé e do Príncipe

Proveniência: João Paulo Prazeres Cassandra, Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Príncipe

Data de Entrada: 2019 – 05 – 22;

Assunto: Correio eletrónico do Conselho das Finanças Públicas a remeter o relatório n.º 5/2019, relativo à *Evolução orçamental da Segurança Social e CGA em 2018*

Proveniência: Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2019 – 05 – 23;

Assunto: Remessa de relatório aprovado n.º 01/2019-FS/SRATC (Ação n.º 15-204-FS3) – Auditoria à aplicação do novo regime de administração financeira na Direção Regional da Habitação

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 05 – 24;

Assunto: Debate de urgência sobre “Aumento do Investimento Privado e Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (COMPETIR+)”

Proveniência: Francisco Vale César, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2019 – 05 – 28;

Assunto: Ofício a propor, ao abrigo da Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas, que Sua Excelência, o Presidente da República, dê instruções à Sua Excelência a Chanceler da Ordem do Infante D. Henrique, Doutora Manuela Ferreira Leite,

no sentido de ser instaurado processo disciplinar, tendo em vista a irradiação de membro da Ordem do Infante D. Henrique do cidadão José Manuel Rodrigues Berardo.

Proveniência: Filipe Martiniano Martins de Sousa, Presidente do Partido Juntos Pelo Povo

Data de Entrada: 2019 – 05 – 28;

Assunto: Debate de urgência sobre “Incumprimento dos compromissos do Governo da República para com a Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2019 – 05 – 28;

Assunto: Ofício a remeter Voto de Saudação aprovado do Partido Socialista sobre o 25 de abril e o 1.º de maio

Proveniência: Mário Abreu, Presidente da Assembleia de Freguesia dos Flamengos

Data de Entrada: 2019 – 05 – 29;

Assunto: Ofício a remeter a deliberação sobre a 2ª fase da Obra de Reordenamento do Porto da Horta

Proveniência: Guilherme Marinho Pinto de Sousa, Presidente do Conselho de Ilha do Faial

Data de Entrada: 2019 – 05 – 29;

Assunto: Debate de urgência sobre "Políticas de prevenção e combate às toxicodependências"

Proveniência: Luís Maurício, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2019 – 05 – 29;

Assunto: Ofício a informar que foi enviado para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 6/2019 - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, que regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às organizações não governamentais de ambiente e altera a composição do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 05 – 29;

Assunto: Ofício a informar que foi enviado para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 4/2019 - Programa Casa Renovada, Casa Habitada e o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2019 - Regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas dos Açores

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 05 – 29.

8 - Relatórios:

Assunto: [Audição n.º 242/XI-AR – “Projeto de Lei n.º 1188/XIII/4.ª \(CDS-PP\) – 3.ª alteração ao Decreto-Lei 163/2006, de 8 de agosto, de modo a tornar eficaz o cumprimento e fiscalização de regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais”](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 05 – 21;

Assunto: [Audição n.º 243/XI-AR – “Projeto de Lei n.º 1193/XIII/4.ª \(PCP\) – Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insulabridade \(11.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas\)”](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 05 – 21;

Assunto: [Audição n.º 244/XI-AR – “Projeto de Lei n.º 1194/XIII/4.ª \(PCP\) – Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insulabridade \(11.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas\)”](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 05 – 21;

Assunto: [Audição n.º 247/XI-AR – “Projeto de Lei n.º 1206/XIII/4.ª \(PEV\) – Atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insulabridade \(alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do trabalho em Funções Públicas\)”](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 05 – 21;

Assunto: [Audição n.º 248/XI-AR – “Projeto de Lei n.º 1207/XIII/4.ª \(PEV\) – Aplicação do suplemento de risco, penosidade e insulabridade \(alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas\)”](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 05 – 21;

Assunto: [Anteposta de Lei n.º 10/X – “Estabelece o regime jurídico da regularização dos «Chãos de Melhoras»”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 05 – 31;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XI – “Cria o apoio para aquisição de medicamentos para idosos \(APAMID\)”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 05 – 30;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XI – “Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 05 – 30;

Assunto: [Audição n.º 230/XI-AR – “Proposta de Lei n.º 183/XIII \(ALRAM\) – Estabelece as medidas das disposições da Convenção Europeia para a proteção dos animais de companhia \(oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro\)”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 05 – 14;

Assunto: [Audição n.º 116/XI-GR - “Projeto de Decreto-Lei que estabelece as regras de identificação dos animais de companhia, criando o Sistema de Informação de Animais de Companhia – MAFDR – \(Reg. DL 32/2019\)”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 05 – 23.

9 - Diários:

Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia n.ºs 88 e 89.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 90, 91, 92, 93 e 94.

A Redatora, Ana Machado